

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS /AP (CRAS)

TERRITÓRIO METROPOLITANO

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL





Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Estado de Assistência social - SEAS

Coordenação de Formulação e Gestão da Política de Assistência Social – CFGPAS

Núcleo de Monitoramento e Avaliação – NMAs

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS /AP (CRAS)

TERRITÓRIO METROPOLITANO

**Macapá
2023**

Clécio Luís Vilhena Vieira
Governador do Estado do Amapá

Aline Paranhos Varonil Gurgel
Secretária de Estado de Assistência Social - SEAS

Rarison Richard Santiago Pinto
Secretário Adjunto de Política de Assistência Social/SEAS

Hugo Tibiriça Paranhos Cunha
Secretário Adjunto de Apoio à Gestão/SEAS

Ester Lima Ribeiro
Coordenadora em exercício da Coordenação de
Formulação e Gestão da Política de Assistência Social – CFGPAS/SEAS

ELABORAÇÃO:

Ainete Alcantara Rocha Guedes
Analista de Planejamento e Orçamento- Socióloga - NMA/CFGPAS

Cinthy Paola do Nascimento
Analista Administrativo – Assistente Social- NMA/CFGPAS

Cláudia Ferreira Silva Oliveira
Analista de Planejamento e Orçamento- Socióloga - NMA/CFGPAS

Daniris Pantoja da Silva
Analista de Planejamento e Orçamento – Assistente Social- NMA/CFGPAS

SUMÁRIO

1- IDENTIFICAÇÃO	8
2- INTRODUÇÃO	8
3- METODOLOGIA	9
4- PERFIL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO TERRITÓRIO METROPOLITANO.....	9
4.1- Macapá	9
4.2- Santana	10
5- QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11
6- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	12
6.1 – Localização da Unidade.....	13
6.2 - Dias de funcionamento do equipamento	14
6.3 - Horário de funcionamento do equipamento	14
6.4 – Identificação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	15
6.5 - Estrutura física do CRAS (Espaço físico).....	15
6.5.1 - Composição do espaço físico do CRAS.....	17
6.6- Condições de acessibilidade do CRAS para pessoas com deficiência e pessoas idosas ...	18
6.7- Os equipamentos e materiais disponíveis em perfeito funcionamento	20
7- SERVIÇOS OFERTADOS.....	21
7.1- Forma de acesso dos usuários aos serviços do CRAS	22
7.2- Sobre registro de planejamento dos atendimentos através do prontuário SUAS	23
7.3- Nível de dificuldade apresentada na articulação/relacionamento com os órgãos ou entidades públicas.....	23
7.4- Se o CRAS consegue atender todas as demandas dos bairros que compõem os territórios de abrangência	25
7.4.1- Os motivos do CRAS não atender todas as demandas do bairro do território de abrangência.....	26
7.5- Quantidade de famílias que não estão sendo acompanhadas devido ao CRAS não conseguir atender todas as demandas dos bairros do seu território de abrangência	27
7.6- Especificação do tipo de público que poderia ser atendido e não está devido às situações apresentadas anteriormente.....	28
7.7- Demandas atendidas que não competem ao CRAS, especificação dos órgãos/instituições demandantes	29
7.8- Estratégias utilizadas pela equipe do CRAS para a busca ativa dos usuários e famílias ..	30
7.9- Funcionamento do equipamento no período da pandemia da COVID-19	32
8- SOBRE AS MEDIDAS TOMADAS DE ACORDO COM A NORMATIVA DA PORTARIA N. 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020, E EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.....	32
9- ATENDIMENTOS OFERTADOS PELOS EQUIPAMENTOS EM 2022.....	34
10- REALIZAÇÃO EM 2022 DE AÇÕES COMUNITÁRIAS.....	35

11- REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARTICULARIZADAS EM 2022	36
12- SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF	36
12.1- Quadro 2- Identificação da equipe de referência do PAIF	37
12.2- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar do PAIF.	37
12.3- Tempo de acompanhamento familiar	39
12.4- Formas de realização do acompanhamento familiar e perfil das famílias	39
12.5- Famílias desligadas do acompanhamento por motivo de superação das situações de vulnerabilidade social.	41
12.6- Encaminhamentos realizados pela equipe de referência do CRAS/PAIF	42
12.7- Ações e atividades desenvolvidas no âmbito do PAIF	43
12.8- Atividades coletivas realizadas com as famílias	46
12.9- Perfil predominante dos participantes das oficinas do PAIF e estratégias para a realização dessas oficinas	46
12.10- Temáticas abordadas nas oficinas com as famílias	47
12.11- Atendimento quanto à demanda dos serviços da Proteção Social Especial	48
12.12- Quantitativo (média) dos Serviços da Proteção Social Especial que a equipe do PAIF atende.....	49
13- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV	50
13.1- Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em 2022	50
13.2- Formas de acesso ao SCFV	51
13.3- Encaminhamentos realizados em 2022	52
13.4- Quantidade de grupos atendidos no SCFV em 2022.....	52
13.5- A existência de rede referenciada para oferta do SCFV	53
13.6- Quantidade de usuários em situação prioritária inseridos no SCFV em 2022, conforme descrito na Resolução CIT n. 01/2013.....	54
13.7- Quantidade de usuários inseridos no SCFV que superaram as situações prioritárias em que se encontravam	55
13.8- Construção de Parecer Técnico elaborado pela equipe de nível superior do CRAS, aos usuários em situação prioritária.....	56
13.9- Dificuldades encontradas para a operacionalização do serviço	57
13.10- O conhecimento do orientador sobre o seu papel nos grupos, conforme a Resolução CNAS Nº 09, de 15 de abril de 2014.....	58
13.11- Realização de reuniões/encontros entre equipe técnica com os orientadores e coordenação.....	59
13.12- Execução das ações de acordo com os eixos norteadores do SCFV (Convivência, Participação Social, Direito de Ser).....	60
13.13- Avaliação com as famílias através da observação dos resultados e impactos do SCFV	61
13.14- Técnico de referência para tratar das questões relacionadas ao SCFV	63
13.14.1- Quadro 3 – Técnicos de referência do SCFV do Território Metropolitano	63
14- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS	63
14.1- Oferta do serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas	64

14.2- Formas de acesso do usuário ao serviço da PSB em domicílio	65
14.3- Perfil das demandas atendidas com pessoas idosas e o quantitativo de acompanhamento pela equipe técnica no SPB no domicílio	65
14.4- Perfil das demandas atendidas com pessoas com deficiência e o quantitativo de acompanhamento pela equipe técnica no SPB no domicílio	66
14.5- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU para os usuários em acompanhamento no serviço	66
14.6- Formas de registro dos atendimentos realizados.....	67
15- EQUIPE VOLANTE.....	68
15.1- Em relação a equipe técnica adicional (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS) específica para o deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas	69
15.2- Territórios atendidos pela Equipe Volante	69
15.3- Tipos de atendimento realizados pela equipe volante nas comunidades	70
15.4- Composição da equipe volante (equipe exclusiva)	71
15.5- Meios de deslocamento realizados pela equipe volante nas comunidades e as dificuldades encontradas pela equipe	71
15.6- Disponibilidade de lancha da Assistência Social complementar da equipe volante	72
16- PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E CADÚNICO	73
16.1- Concessão de Benefícios Eventuais, decorrente da situação de calamidade provocada pela pandemia da COVID 19.....	73
16.1.1- Quadro 4 – Quantidade de Benefícios eventuais ofertados por equipamentos	73
16.1.2- O conhecimento da equipe técnica sobre a resolução que estabelece os critérios de concessão de benefícios eventuais.....	74
16.2- Benefício da Prestação Continuada (BPC).....	74
16.2.1- Ações realizadas pela equipe técnica proporcionada aos beneficiários ou usuários com perfil de acesso ao BPC neste CRAS	75
16.2.2- Quantitativo de pessoas idosas beneficiárias do BPC em situação de acolhimento institucional	76
16.2.3- Quantitativo de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC em situação de acolhimento institucional.....	76
16.2.4- Estratégias utilizadas para inclusão/atualização dos beneficiários do BPC no CadÚnico.....	77
16.2.5- Dificuldades enfrentadas para realizar a atualização e/ou inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico	77
16.3- BPC na Escola.....	78
16.3.1- Dificuldades para a aplicação dos questionários aos beneficiários.....	78
16.3.2- De que forma acontece a articulação com o grupo gestor.....	79
16.3.3- Cadastro do Plano de Acompanhamento dos Beneficiários no sistema do programa	80
16.3.4- Dificuldades dos usuários para requerer o BPC.....	80
16.4- Realização do cadastramento ou atualização do CadÚnico	81
16.5- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família pela equipe de referência.....	81
16.5.1- Caso realize acompanhamento, se as informações são inseridas no SICON	83
16.5.2- Os dados do CADÚNICO são utilizados para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda ou realização de estudos e pesquisas a serem executadas no âmbito do município.....	83
16.6- Se o município possui agência do Instituto Nacional de Serviço Social	84

17- GESTÃO E TERRITÓRIO.....	84
17.1- Periodicidade das atividades de gestão	84
17.1.1- Reuniões de planejamento entre a equipe de referência e a coordenação.....	84
17.1.2- Reunião da equipe de referência para discussão de casos.....	84
17.1.3- Elaboração de relatórios	85
17.1.4- Planejamento de atividades coletivas	85
17.1.5- Se as ações do CRAS são planejadas de acordo com as demandas identificadas no território.....	85
17.2- Se há povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS	85
17.2.1- Se o equipamento atendeu em 2022 povos e Comunidades Tradicionais.....	87
17.2.2- Para o atendimento às comunidades tradicionais, se a equipe de referência do CRAS possui qualificação adequada	87
18- GESTÃO DE PESSOAS.....	90
18.1- Quadro 5 - Composição da Equipe Técnica do CRAS	90
18.2- Sobre o coordenador do CRAS, se exerce exclusivamente a função de coordenador e qual a formação	92
18.3- Nos últimos 12 meses, se a unidade proporcionou ou facilitou a participação dos seus profissionais em capacitação sobre os temas específicos	93
18.4- Na unidade CRAS, algum profissional já participou de algum curso do CAPACITASUAS nos últimos 12 meses.....	94
18.5- No exercício de 2022 se o equipamento recebeu algum apoio técnico da SIMS.....	95
18.6- Se o município recebeu assessoramento do Núcleo de Proteção Social Básica - NPB/CPS/SIMS.....	96
18.7- Se a Unidade tem acesso ao CADSUAS.....	96
18.8- A frequência de atualização das informações dos equipamentos no CADSUAS.....	97
18.9- Sobre os atendimentos da unidade, se são informados em algum sistema da Rede SUAS.....	97
18.10- Se a unidade realiza o preenchimento do Prontuário Eletrônico do SUAS	98
18.11- A frequência de preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos – RMA, na unidade.....	98
18.12- A frequência de preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC	99
19- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	99
19.1- Medidas utilizadas para qualificar o processo de monitoramento e avaliação do serviço prestado no equipamento	99
19.2- Se o município, através dos serviços e programas executados por este equipamento, ofereceu resposta adequada às demandas do território.....	101
19.3- Sobre as atividades realizadas	101
19.4- Quadro 6 - Responsáveis pelas informações coletadas conforme: Termo de Responsabilidade	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	106
SITES CONSULTADOS	108
ANEXOS.....	109

1- IDENTIFICAÇÃO

Tema: Relatório de Sistematização do Monitoramento dos Equipamentos Socioassistenciais realizado ao território de Assistência Social **METROPOLITANO**¹, aplicados aos **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Realização: Coordenadoria de Formulação e Gestão da Política de Assistência Social, por meio do Núcleo de Monitoramento Avaliação.

Período de aplicação do questionário de monitoramento: abril a julho de 2023.

2- INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social vem por meio deste relatório, apresentar o resultado do Monitoramento dos serviços socioassistenciais realizado aos dezesseis municípios do estado do Amapá. Este trabalho é feito pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NMA), que faz parte da Coordenadoria de Formulação e Gestão da Política de Assistência Social/SIMS.

E nele são desenvolvidas as atividades inerentes a Vigilância Socioassistencial que é uma área vinculada à Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como responsabilidade principal, a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre as famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

À Vigilância Socioassistencial, compete transformar em dados as informações relativas aos programas, projetos, bem como, recursos materiais e humanos referentes às condições dos municípios e do estado. Para isso, é necessário o monitoramento contínuo e sistemático dos serviços, feito a partir do estudo produzidos anualmente por esta secretaria que tem a competência de gerir, coordenar e monitorar a Política de assistência social no território amapaense.

Cabe a SIMS, portanto, realizar diagnósticos territoriais, construir indicadores e dados que servirão de suporte para as decisões da gestão responsável acerca dos serviços oferecidos a população visando orientar na tomada de decisões e intervir para o melhor atendimento às demandas da população local.

Portanto, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação/CFGPAS/SIMS informa a seguir a situação atual dos oito (8) Equipamentos Socioassistenciais: **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do TERRITÓRIO METROPOLITANO**. Realizado com base nas informações prestadas pelos coordenadores e equipe técnica de cada equipamento.

¹A divisão do Estado em Territórios da Assistência foi deliberada e definida pela resolução nº 13/2014 da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), datado em 30 de maio de 2014, o que ficou estabelecido da seguinte forma: I – Fronteira (Oiapoque); II- Lagos (Amapá, Pracuúba, Calçoene e Tartarugalzinho); III - Território Tumucumaque (Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí); IV- Território do Araguaari (Ferreira Gomes, Pedra Branca, Porto Grande e Serra do Navio); V- Território da Pororoca (Cutias e Itaubal); VI- Território Metropolitano (Macapá e Santana).

3- METODOLOGIA

O relatório de Monitoramento dos Equipamentos Socioassistenciais do estado do Amapá foi realizado aos dezesseis municípios do estado, por território de abrangência, ocorreu a partir das seguintes etapas: a primeira delas foi a elaboração dos instrumentais produzidos pelos técnicos do NMA. Trata-se dos questionários referentes aos Equipamentos: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro POP, Unidade de Acolhimento Institucional, Centro de Convivência e Serviço de Família Acolhedora - designados aos coordenadores dos equipamentos.

Em seguida, os questionários foram organizados na plataforma *Google forms*, cujo objetivo foi facilitar a apreensão dos dados e sua aplicação, que posteriormente deram base para identificação e seleção de informação possibilitando projeções organizadas por **equipamentos socioassistenciais** e por **Territórios de Assistência Social**.

A outra etapa aconteceu com a aplicação dos questionários *In loco*, nos 16 (dezesseis) municípios do Estado, por territórios de abrangência (territórios Socioassistenciais) no período de abril a julho de 2023, iniciando no dia 12 de abril com o Território Metropolitano e finalizando com o Território do Tumucumaque no dia 28 de julho. Importa ressaltar que o instrumental foi construído e direcionado aos coordenadores, assim como, os técnicos também tiveram suas participações na prestação das informações acerca dos equipamentos.

O relatório apresenta gráficos construídos no editor de planilhas Excel, cujo intuito foi facilitar a leitura e análise das questões abordadas nos questionários de monitoramento. Embora existam gráficos relacionados ao número total dos equipamentos socioassistenciais, alguns dados percentuais organizados, dizem respeito ao número de respostas apresentadas por equipamentos às questões e não a totalidade deles, ou seja, a somatória do percentual final pode exceder cem por cento.

No corpo do relatório foram posicionadas frases, parágrafos ou palavras em negrito para destacar fato, ideia, relevância ou indicadores para melhor assimilação da análise. Da mesma forma, as análises e discussões foram feitas tomando como base as legislações, artigos científicos e normativas pertinentes a Política de Assistência Social local e federal com o objetivo de quantificar/qualificar a situação dos referidos EQUIPAMENTOS quanto a sua execução nos municípios do estado.

4- PERFIL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO TERRITÓRIO METROPOLITANO

4.1- Macapá

Capital do estado do Amapá, localizada² no Sudeste do estado, estendendo-se da margem do rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do rio Maruanum. O município de Macapá foi oficialmente criado pela Lei n.º 281 de 06 de setembro de 1856. É a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador (que divide o planeta em dois hemisférios).

² Informações disponíveis no site do governo de estado do Amapá: <https://www.portal.ap.gov.br/>

Possui uma população de 442.933 (quatro centos e quarenta e dois mil novecentos e trinta e três) habitantes, segundo último censo do IBGE 2022. Uma população 4% rural e 96% urbana. Em termos econômicos, atualmente, Macapá tem como atividades de destaque a administração pública, o comércio, alojamento e alimentação e ainda a construção civil. De acordo com a classificação pelo porte populacional dos municípios (PNAS, 2004), Macapá é considerado de Grande Porte. Dados recente do Ministério da Cidadania referente ao Cadastro Único para programas sociais de junho de 2023 (Relatório de Informação - RI), apontam que o Município possui o total de 115.684 (cento e quinze mil, seiscentos e oitenta e quatro) famílias cadastradas no CadÚnico, destas 67.341 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e um) famílias com renda per capita mensal até R\$ 218,00 e mais 21.724 (vinte e um mil, setecentos e vinte e quatro) com renda per capita mensal de R\$ 218,01 até (1/2) meio salário mínimo. Quando observadas as pessoas cadastradas no CadÚnico, o número aumenta, segundo os dados coletados de junho de 2023 há 268.644 pessoas cadastradas, destas 175.058 pessoas com renda per capita mensal de até R\$218,00 e 55.261 (cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e um) pessoas com renda per capita mensal de R\$ 218,01 até ½ (meio) salário mínimo. Já em relação ao Programa Bolsa Família, os dados do Ministério da Cidadania de agosto de 2023 (RI) apontam que o Município de Macapá possui 171.111 (cento e setenta e um mil, cento e onze) pessoas cadastradas. 57.874 (cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro) famílias recebendo o recurso do médio mensal de R\$730,79 (setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos). Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, conforme os dados (RI) do Ministério da Cidadania de maio de 2023 há um total de beneficiários pela fonte pagadora de 18.802 (dezoito mil, oitocentos e dois) beneficiários, destes constam inscritos no Cadastro Único 14.711, o que apresenta um percentual de 78% de beneficiários do BPC inscritos no CadÚnico.

4.2- Santana

Santana é o segundo maior município, localizado no Sudeste do estado do Amapá, o município de Santana foi oficialmente criado pela Lei Federal n.º 7.639, em 17 de dezembro de 1987. Possui uma população de 107.373 (cento e sete mil trezentos e setenta e três), habitantes, segundo Censo IBGE 2022. Uma população 2% rural e 98% urbana. Em termos econômicos, atualmente Santana tem como atividades de destaque a administração pública, serviços e indústria de transformação.

De acordo com a classificação pelo porte populacional dos municípios (PNAS, 2004), Santana é considerado de Grande Porte. Dados recente do Ministério da Cidadania referente ao Cadastro Único para programas sociais de junho de 2023 (Relatório de Informação - RI), apontam que o Município possui o total de 39.489 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove) famílias cadastradas no CadÚnico, Destas, 26.399 (vinte e seis mil, trezentos e noventa e nove) famílias estão vivendo com renda per capita mensal de até R\$218, 00 e, 4.529 (quatro mil, quinhentos e vinte e nove) famílias vivendo com renda per capita mensal de R\$218,00 até ½ (meio) salário mínimo. Em relação a pessoas cadastradas, os dados apontam 83.196 (oitenta e três mil, cento e noventa e seis) pessoas cadastradas. Destas, 61.316 (sessenta e um mil, trezentos e dezesseis) pessoas com renda per capita de até R\$ 218,00, e 11.141 (onze mil, cento e quarenta e um) pessoas com renda per capita de R\$218,01 até ½ (meio) salário

mínimo. Já em relação ao Programa Bolsa Família, os dados do Ministério da Cidadania de agosto de 2023 (RI) apontam que o município de Santana possui 58.604 (cinquenta e oito mil, seiscentos e quatro) pessoas beneficiadas. E 22.164 (vinte e dois mil, cento e sessenta e quatro) famílias, que recebem recurso médio mensal de R\$709,92 (setecentos e nove reais e noventa e dois centavos).

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, conforme os dados (RI) do Ministério da Cidadania de maio de 2023 há um total de beneficiários pela fonte pagadora de 7.367 (sete mil, trezentos e sessenta e sete) beneficiários, destes constam inscritos no Cadastro Único 6.167, (seis mil, cento e sessenta e sete) o que apresenta um percentual de 83% de beneficiários do BPC inscritos no CadÚnico.

5- QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Território Metropolitano, possui em sua rede socioassistencial: 08 (oito) Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo eles:

Município: Macapá	Equipamento: CRAS União. Localização: Urbano Periférico
Endereço: Avenida Hugo Alves Pinto nº 39, bairro Perpétuo Socorro	
Telefone: (96) 988136847	E-mail: crasuniao.01@gmail.com
Data de implantação: 20/10/2020	
Coordenadora: Marlete dos Reis Dias Oliveira	
Capacidade de Referenciamento: 2.500 famílias referenciadas	
Município: Macapá	Equipamento: CRAS Felicidade. Localização: Urbano Periférico
Endereço: Rua Rio Grande do Norte nº s/n, bairro Pacoval	
Telefone: (96) 991331463	E-mail: crasfelicidade@outlook.com
Data de implantação: 01/08/2006	
Coordenadora: Keuren Vanessa de Oliveira Nascimento	
Capacidade de Referenciamento: 5.000 famílias referenciadas	
Município: Macapá	Equipamento: CRAS Igualdade Localização: Urbano Periférico
Endereço: Rua 03 nº 926, bairro: Marabaixo	
Telefone: (96) 991999389	E-mail: keila_mariafernanda@outlook.com
Data de implantação: 03/09/2020	
Coordenadora: Keila Regina da Costa Brito	
Capacidade de Referenciamento: 5.000 famílias referenciadas	
Município: Macapá	Equipamento: CRAS Simpatia Localização: Urbano Periférico
Endereço: Vila operaria s/n – bairro Murici – Fazendinha	
Telefone: (96) 992005141	E-mail: crasfazendinha2020@gmail.com
Data de implantação: 01/08/2005	
Coordenadora: Darliene Riandra Bastos de Jesus Tavares	
Capacidade de Referenciamento: 3. 500 famílias referenciadas	

Município: Macapá	Equipamento: CRAS Amor Localização: Urbano Periférico
Endereço: Av. Carlos Lins Cortes s/n Infraero II	
Telefone: (96)	E-mail: crasamorcoordenacao@gmail.com
Data de implantação: 24/06/2022	
Coordenadora: Suellen Aparecida Farias Sousa	
Capacidade de Referenciamento: 3. 500 famílias referenciadas	
Município: Macapá	Equipamento: CRAS Esperança Localização: Urbano Periférico
Endereço: Avenida Almirante Barroso, nº 2536 bairro Santa Rita	
Telefone: (96) 991636888	E-mail: sr.marcosaberlado@hotmail.com
Data de implantação: 01/01/2005	
Coordenador: Marcos Aberlado Rodrigues da Silva	
Capacidade de Referenciamento: 5.000 famílias referenciadas	
Município: Macapá	Equipamento: CRAS Alegria Localização: Urbano Periférico
Endereço: Rua exército da redenção Sn/complexo Macapá criança, Pedrinhas	
Telefone: (96) 992006862	E-mail: craspedrinhas2016@gmail.com
Data de implantação: 01/04/2008	
Coordenador: Ivanildo da Silva Ferreira	
Capacidade de Referenciamento: 3. 500 famílias referenciadas	
Município: Santana	Equipamento: CRAS Paraíso Localização: Urbano Central
Endereço: Rua Osvaldo Cruz s/n bairro Paraíso	
Telefone: (96) 984162865	E-mail: glaucirenhe@gmail.com
Data de implantação: 14/04/2022	
Coordenadora: Glaucirenhe França	
Capacidade de Referenciamento: 5.000 famílias referenciadas	

6- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O Centro de Referência de Assistência Social é um serviço disponibilizado pelos municípios para dar suporte aos usuários da Política de Assistência Social, conforme orientações técnicas:

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 9).

Dessa forma, seu efetivo funcionamento é imprescindível para o desempenho das suas funções e oferta com qualidade de serviços socioassistenciais.

A estrutura e o período de atendimento devem ser adequados, de forma a responder aos direitos dos usuários do SUAS. Sendo assim, alguns elementos devem ser observados para o seu funcionamento, conforme definido pelo Ministério da Cidadania, o índice de

desenvolvimento do CRAS, são indicadores sintéticos que buscam medir, de forma indireta a qualidade dos serviços ofertados nos CRAS. Os indicadores são compostos por informações que retratam a estrutura física das unidades, identificação, período de funcionamento, os recursos humanos disponíveis, o escopo das ações, serviços e benefícios ofertados à população, características e vulnerabilidades do público atendido no território.

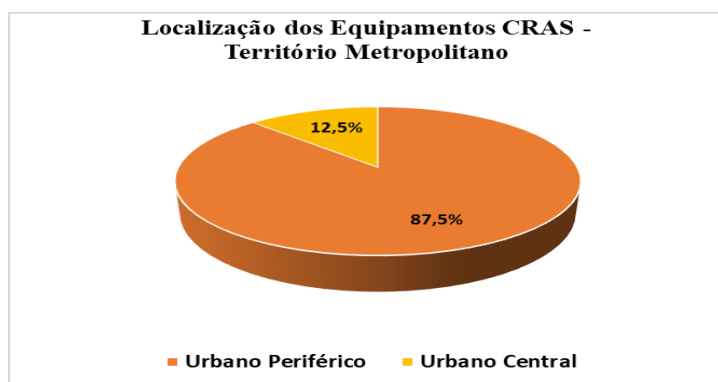
Este equipamento socioassistencial, deverá ser organizado de modo que as famílias que vivem no território de abrangência do CRAS o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos.

6.1 – Localização da Unidade

O CRAS deve ser instalado próximo do local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, conforme indicadores definidos na NOB-SUAS (IDEM, 2009, p.34). E a taxa de vulnerabilidade social, mencionada na NOB-SUAS, é um importante indicador da necessidade de oferta de serviços de Proteção Básica. Por isso, deverá situar-se em local de maior acessibilidade para poder realizar a cobertura das áreas vulneráveis por meio do deslocamento de sua equipe.

Dessa forma, no **Território Metropolitano**, a maioria das Unidades (são oito equipamentos), estão localizadas na parte urbano periférico, quais sejam: o **CRAS União**, localizado na avenida Hugo Alves Pinto nº 39, bairro Perpétuo Socorro; **CRAS Felicidade**, situado na rua Rio Grande do Norte nº s/n, bairro Pacoval; **CRAS Igualdade**, localizado na rua 03 nº 926, bairro: Marabaixo; **CRAS Simpatia**, na Vila Operária s/n – bairro Murici – Fazendinha; **CRAS Amor**, situado na av. Carlos Lins Cortes s/n Infraero II; **CRAS Esperança**, na avenida Almirante Barroso, nº 2536 bairro Santa Rita; e **CRAS Alegria**, localizado na rua Exército da Redenção Sn/complexo Macapá Criança, bairro Pedrinhas. Diferente do **CRAS Paraíso** que está localizado na parte urbano central, na rua Osvaldo Cruz s/n bairro Paraíso

Gráfico 1: Demonstra a localização dos equipamentos no território metropolitano



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

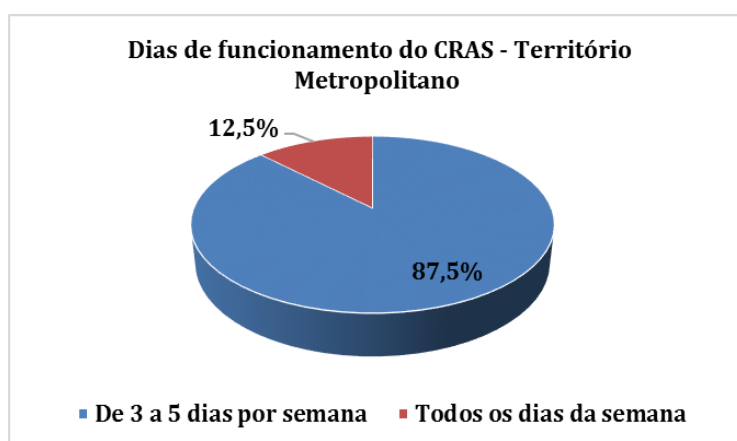
De acordo com o gráfico, dos 8 (oito) equipamentos, 7 (sete) responderam que estão localizados em região urbano periférico equivalendo 87,5%, e apenas 12,5% está em região urbano central.

6.2 - Dias de funcionamento do equipamento

Conforme Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009), o CRAS deve funcionar, no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando 40 horas semanais, com a equipe de referência do CRAS completa. Esse horário pode ser flexível, permitindo que a unidade funcione aos finais de semana e horários noturnos, desde que isso ocorra para possibilitar uma maior participação das famílias e da comunidade nos serviços, ações e projetos ofertados.

Quanto aos dias de funcionamento, o **CRAS Felicidade**, informou que funciona todos os dias da semana, de 6 a 7 horas por dia. Os demais equipamentos funcionam de 03 a 05 dias por semana, no caso de segunda a sexta.

Gráfico 2: Demonstra os dias de funcionamento dos equipamentos no território



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, 87,5% dos equipamentos funcionam de 3 a 5 dias por semana; e 12,5% todos os dias da semana.

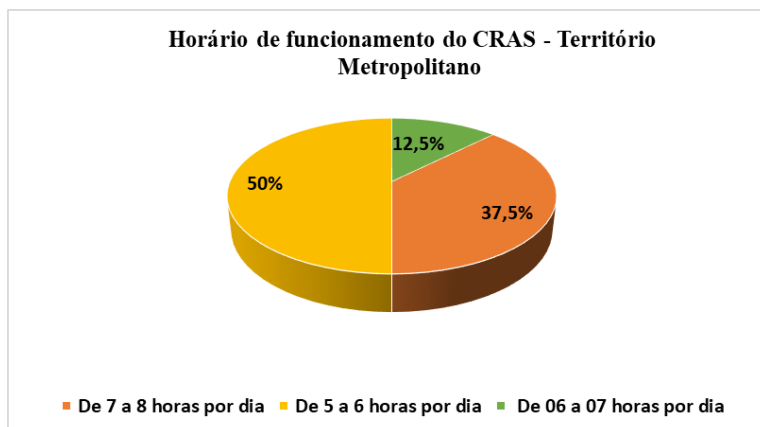
Observação: Embora o CRAS Felicidade tenha informado que o equipamento funciona todos os dias da semana, verificou-se que não funciona nos sábados e domingos.

6.3 - Horário de funcionamento do equipamento

Quanto ao horário de funcionamento, é realizado da seguinte forma: o **CRAS Igualdade**, **CRAS Simpatia**, **CRAS Amor** e **CRAS Alegria**, funcionam de 5h á 6h por dia; CRAS União, CRAS Paraíso e CRAS Esperança, funcionam de 7h á 8h por dia; e **CRAS Felicidade** de 06 a 07 horas por dia.

Obs.: Foi identificado incongruência na informação do **CRAS Felicidade**, haja vista que no dia da realização do monitoramento, o referido equipamento não estava funcionando no período da tarde.

Gráfico 3: Demonstra os horários de funcionamento dos equipamentos no território



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 50% dos equipamentos funcionam de 5 a 6 horas por dia, 37,5% de 7 a 8 horas por dia e 12,5% de 06 a 07 horas por dia.

6.4 – Identificação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

De acordo com as Orientações Técnicas (2009), todos os CRAS devem ter identificação por meio de uma placa, como forma de garantir a visibilidade da unidade, bem como, o acesso facilitado às famílias e usuários beneficiários. E neste viés, o nome de fantasia é a denominação atribuída a cada CRAS com o objetivo de melhor identificá-lo. Portanto, é necessário adotar a placa padrão e instalá-la na frente do prédio de forma que garanta sua visibilidade.

Dessa forma, no **Território Metropolitano**, verificou-se que todos os CRAS possuem placa de identificação conforme as prerrogativas do SUAS.

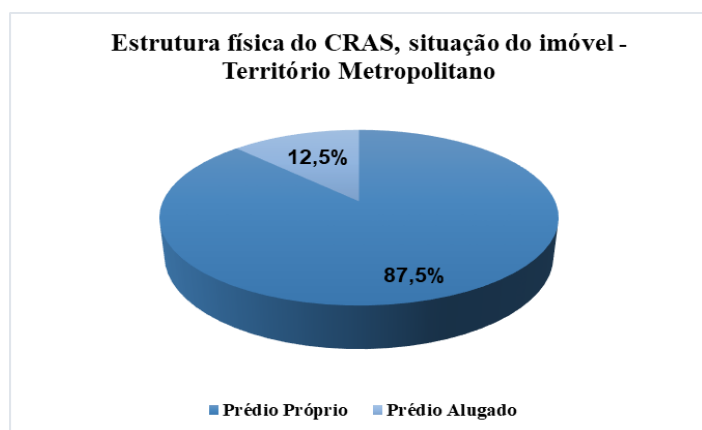
6.5 - Estrutura física do CRAS (Espaço físico)

A estrutura física do CRAS deve ser adequada para atender aos direitos dos usuários. Neste sentido, conforme as orientações técnicas - Centro de Referência de Assistência Social (2009), é necessário que a infraestrutura e os ambientes do equipamento tenham requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais. O espaço físico do CRAS deve necessariamente possuir ambientes que garantam a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), compatível com a capacidade/ano de atendimento de cada CRAS, além de ambiente específico que garanta o cumprimento de sua função de gestão territorial da proteção social básica.

Alguns cuidados devem ser observados na adequação do espaço físico do CRAS, tais como a instalação, estes equipamentos devem ser preferencialmente em imóvel estatal, em especial imóvel adquirido pela gestão municipal para essa finalidade (IDEM, 2009, p.48), é importante para que a unidade se constitua como referência para a população. Os imóveis alugados, devem se atentar ao tempo de duração do aluguel, prevenindo as constantes mudanças de endereço, esta ação pode constituir um fator que põe em risco esta referência do equipamento para os usuários.

Em relação a situação do imóvel, o **CRAS União, CRAS Felicidade, CRAS Igualdade, CRAS Simpatia, CRAS Amor, CRAS Alegria e CRAS Paraíso**, possuem espaço próprio, apenas o **CRAS Esperança**, possui prédio alugado. E dentre eles, alguns equipamentos são de uso compartilhado: o **CRAS Simpatia, CRAS Alegria e o CRAS Esperança**, compartilham seu imóvel com o Cadúnico; **CRAS Amor**, compartilha seu imóvel com o Cadúnico e SEMED, e o **CRAS Paraíso**, compartilha com o Departamento de Benefícios Eventuais e Benefícios de prestação continuada.

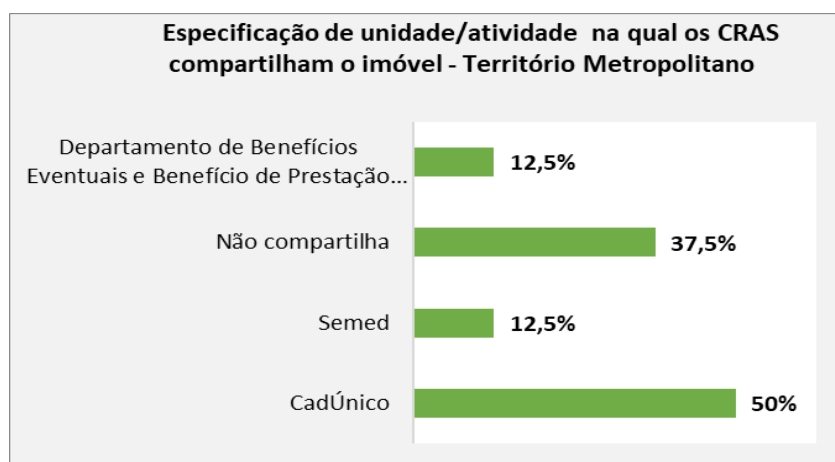
Gráfico 4: Refere-se à situação do imóvel



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico 87,5% dos oito equipamentos informaram que possuem prédio próprio e 12,5% respondeu que o prédio é alugado.

Gráfico 5: Demonstra se o imóvel é compartilhado e o tipo de unidade/atividade com o qual é compartilhado



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Dos 8 (oito) equipamentos que responderam, 5 (cinco) compartilham o imóvel com outro serviço, 50% das respostas foi para o compartilhamento com Cadúnico; 12,5% das repostas compartilha com a SEMED; 12,5% com o Departamento de benefícios eventuais e prestação continuada e 37,5% não compartilha o imóvel.

6.5.1 - Composição do espaço físico do CRAS

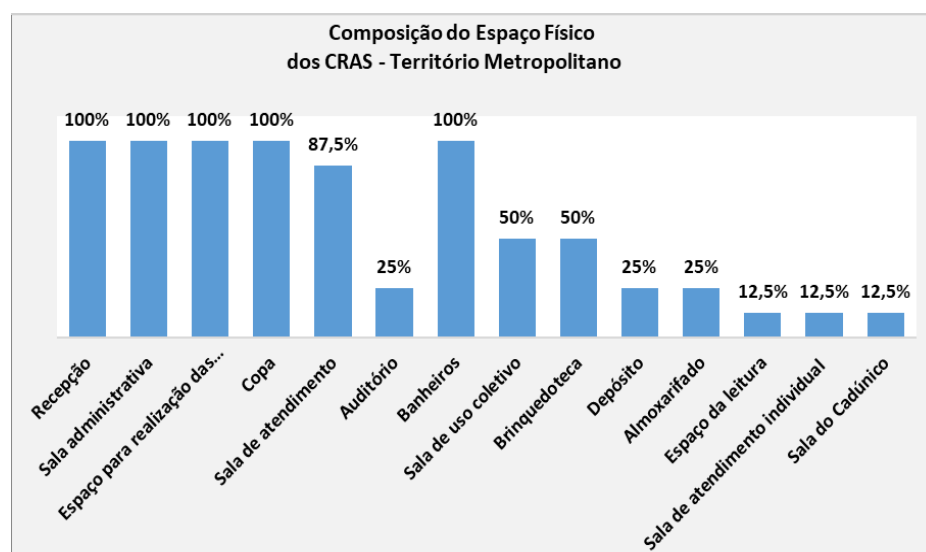
É imprescindível que a infraestrutura e os ambientes do CRAS respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica nele ofertados (IDEM, 2009, p.48). Na Dimensão Estrutura Física (item avaliado no CENSO SUAS), são fatores importantes para a classificação das unidades em cada nível, a quantidade de salas para atendimento que as unidades dispõem, a quantidade de banheiros, bem como, as questões relacionadas a acessibilidade e equipamentos, como computadores conectados à internet, impressora, telefone e veículo disponível. Todo CRAS, conforme a normativa deve dispor de recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros, cada espaço possui uma finalidade indispensável para execução das atividades do equipamento.

- **Recepção:** espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, principalmente, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos. Na recepção deve-se afixar cartazes (ou informações) que traduzam os direitos socioassistenciais dos usuários, como a divulgação de eventos, campanhas, reuniões de fóruns, conselhos, cursos e outras informações referentes ao seu território de abrangência, e que possam ser de interesse da população;
- **Sala de atendimento:** espaço destinado ao atendimento individualizado de famílias e indivíduos. As salas de atendimento não devem ser atribuídas aos técnicos de nível superior, isto é, as salas não devem receber a denominação de “sala da (o) assistente social” e “sala da (o) psicóloga (o)”. A atenção promovida pela equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os espaços físicos devem refletir essa concepção;
- **Sala de uso coletivo:** espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade absoluta para a realização de atividades com grupos de famílias, do PAIF. Destina-se também à realização de palestras, reuniões, exposições, apresentações, entre outros;
- **Sala administrativa:** espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação. Este espaço, para uso da coordenação e dos profissionais do CRAS;
- **Banheiros:** os CRAS devem possuir banheiros para uso feminino e masculino, bem como banheiros que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência;
- **Copa ou cozinha:** é um espaço importante nos CRAS para o preparo de lanches oferecidos aos usuários, em especial no decorrer do desenvolvimento de grupos de famílias ou serviços de convivência, bem como, para o uso da equipe de referência do CRAS.

O **CRAS União**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, sala de atendimento, Banheiros, sala de uso coletivo, Sala de atendimento individual, cadúnico, almoxarifado; **CRAS Felicidade**, possui recepção, sala administrativa, espaço para

realização das oficinas, copa, sala de atendimento, auditório, banheiros, brinquedoteca e sala de depósito; **CRAS Igualdade**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, sala de atendimento, banheiros e brinquedoteca; **CRAS Simpatia**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, sala de atendimento, banheiros, almoxarifado e brinquedoteca; **CRAS Amor**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, sala de atendimento, banheiros, sala de uso coletivo, brinquedoteca e depósitos; **CRAS Esperança**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, sala de atendimento, banheiros, sala de uso coletivo e espaço da leitura; **CRAS Alegria**, possui recepção, sala administrativa, espaço para realização das oficinas, copa, auditório, banheiros e sala de uso coletivo; **CRAS Paraíso**, possui recepção, sala administrativa, banheiros, espaço para realização das oficinas, copa e sala de atendimento.

Gráfico 6: Demonstra a composição do espaço físico dos equipamentos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Dentre o que compõe o espaço físico dos equipamentos: todos os equipamentos responderam banheiros (8 respostas), 100%; copa 100%; espaço para realização das oficinas 100%; possuem sala administrativa 100%; e recepção 100%. Seguindo com 88% das respostas (7 respostas) para sala de atendimento; 50% sala de uso coletivo (4 respostas); 50% brinquedoteca; 25% auditório (2 respostas); 25% depósito, 25% almoxarifado. E ainda, 12,5% espaço da leitura (1 resposta), 12,5% sala de atendimento individual e 12,5% sala do Cadúnico.

6.6- Condições de acessibilidade do CRAS para pessoas com deficiência e pessoas idosas

O imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosas. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários. De acordo com o caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social, o

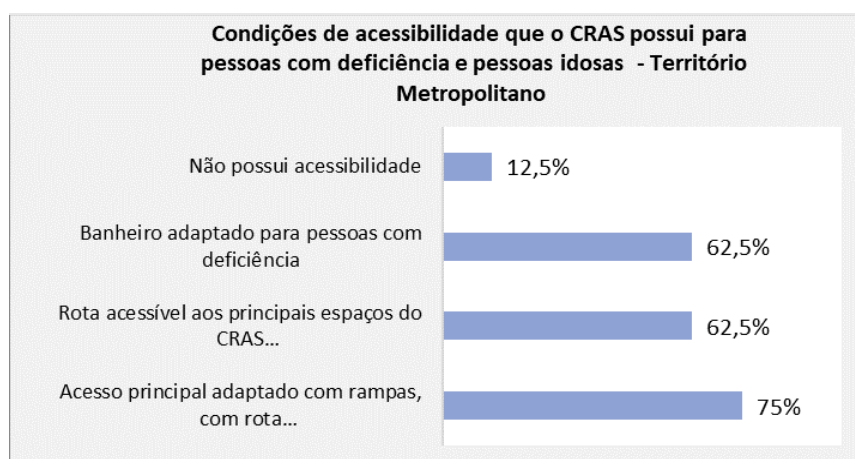
equipamento deve atender às normas de acessibilidade da ABNT³ em particular devem possuir:

- a) acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS;
- b) rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimentos, sala de uso coletivo e banheiros);
- c) banheiro adaptado para pessoas com deficiência;
- d) pessoas disponíveis e treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência (com conhecimento em Libras 29, treinados em auxiliar pessoas em cadeiras de roda, com deficiência visual, entre outros).

Também é importante que o CRAS adquira materiais favorecedores do atendimento socioassistencial destinado a pessoas com deficiência, tais como material informativo em braile, em áudio, entre outros.

Diante disso, no território estudado, **o CRAS Alegria**, possui banheiro adaptado para pessoas com deficiência; **CRAS Esperança**, possui acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção; **CRAS Paraíso**, possui acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS e rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimentos, sala de uso coletivo e banheiros); **CRAS Amor**, **CRAS União**, **CRAS Felicidade** e **CRAS Igualdade**, possuem acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS, rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimentos, sala de uso coletivo e banheiros) e banheiro adaptado para pessoas com deficiência; **CRAS Simpatia**, não possui acessibilidade;

Gráfico 7: Demonstra as condições de acessibilidade dos equipamentos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

³ As normas de acessibilidade são reguladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A norma que se refere à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos é a NBR 9050.

Conforme o gráfico, quanto a acessibilidade dos equipamentos, 75% responderam (6 respostas) que possui acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS; 62,5% (5 respostas) que possui rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo e banheiros); seguindo com 62,5% com banheiro adaptado para pessoas com deficiência e 12,5% não possui acessibilidade.

6.7- Os equipamentos e materiais disponíveis em perfeito funcionamento

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), além dos espaços físicos, o CRAS deve contar com mobiliário adequado para cada um dos ambientes. Tais como: televisor, aparelho de DVD, som, microfone, máquina fotográfica e outros materiais são recomendáveis. É ainda determinante que o CRAS disponha de equipamentos e condições de conectividade e que permitam agilidade dos processos de trabalho e maior interação com a rede socioassistencial e setorial, tais como linha telefônica e computador com acesso à internet. Outro item essencial para o desenvolvimento do PAIF é o automóvel, sobretudo para a realização de visitas domiciliares e para o acompanhamento de famílias em áreas dispersas do território de abrangência do CRAS.

Para o desenvolvimento dos serviços do CRAS do Território mencionado foi informado o seguinte:

CRAS União, possui telefone fixo, telefone celular da unidade, notebook, computador de mesa, impressora, máquina copiadora, normativas técnicas (necessárias ao trabalho técnico, para consulta) brinquedoteca e veículo de uso compartilhado.

CRAS Felicidade, possui telefone celular da unidade, notebook, computador de mesa, impressora, máquina copiadora, brinquedoteca, materiais pedagógicos/esportivos, acervo bibliográfico e veículo compartilhado com a SEMAS

CRAS Igualdade, possui telefone celular da unidade, notebook, computador de mesa, impressora, normativas técnicas necessárias ao trabalho técnico, para consulta, brinquedoteca, materiais pedagógicos/esportivos e veículo de uso compartilhado.

CRAS Simpatia, possui telefone celular da unidade, computador de mesa, impressora. Máquina copiadora, normativas técnicas necessárias ao trabalho técnico, para consulta, brinquedoteca e veículo de uso compartilhado.

CRAS Amor, possui telefone celular da unidade, notebook, computador de mesa, impressora, máquina copiadora, brinquedoteca, materiais pedagógicos/esportivos, datashow, acervo bibliográfico e veículo de uso compartilhado.

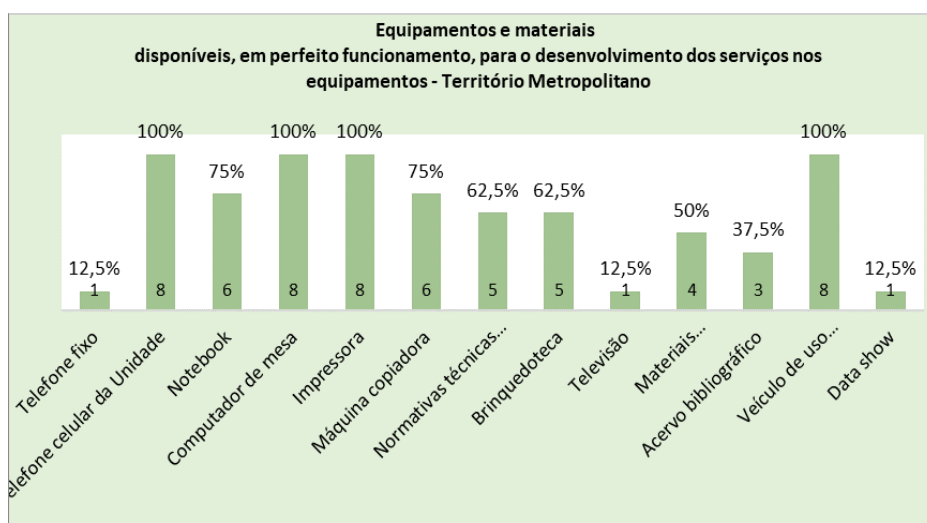
CRAS Paraíso, possui telefone celular, computador de mesa, impressora, máquina copiadora, normativas técnicas necessárias ao trabalho técnico, para consulta, materiais pedagógicos/esportivos e veículo de uso compartilhado.

CRAS Esperança, possui telefone celular, notebook, computador de mesa, impressora, normativas técnicas necessárias ao trabalho técnico, para consulta, acervo bibliográfico e veículo de uso compartilhado.

CRAS Alegria, possui telefone celular da Unidade, notebook, computador de mesa, impressora, máquina copiadora, televisão e veículo de uso compartilhado.

E sobre o item, quantos computadores, em perfeito funcionamento, o equipamento, possui: **CRAS União, CRAS Felicidade, CRAS Igualdade, CRAS Amor**, possuem mais de 05 (cinco); e **CRAS Simpatia, CRAS Esperança e CRAS Alegria**, possuem de 2 (dois) a 4 (quatro) computadores.

Gráfico 8: Demonstra os equipamentos e materiais disponíveis em perfeito funcionamento nos CRAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 100% das respostas foram para computador de mesa; 100% telefone celular da unidade; 100% impressora e o mesmo valor para veículo de uso compartilhado. Seguindo com 75% para notebook; 75% máquina copiadora, 62,5% normativas técnicas, 62,5% brinquedoteca; 50% materiais pedagógicos; 37,5% acervo bibliográfico e ainda 12,5% data show; e o mesmo valor para telefone fixo.

Obs.: É importante destacar que em algumas unidades do CRAS, os telefones celulares da unidade não estavam em funcionamento, foi observado o uso dos celulares dos servidores, coordenadores e técnicos.

7- SERVIÇOS OFERTADOS

A busca ativa tem papel fundamental na proteção social, pois através dela, é possível ter informações sobre o território, um fator importante para promover o planejamento local quanto a oferta de serviços. Neste sentido, e conforme mencionado no caderno de orientações técnicas- CRAS:

A busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e

valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p.29).

Sendo assim, realizar busca ativa significa levar o Estado ao indivíduo que não usufrui de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de proteção e promoção social. Dessa forma, superando a atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea. (REIS, 2019).

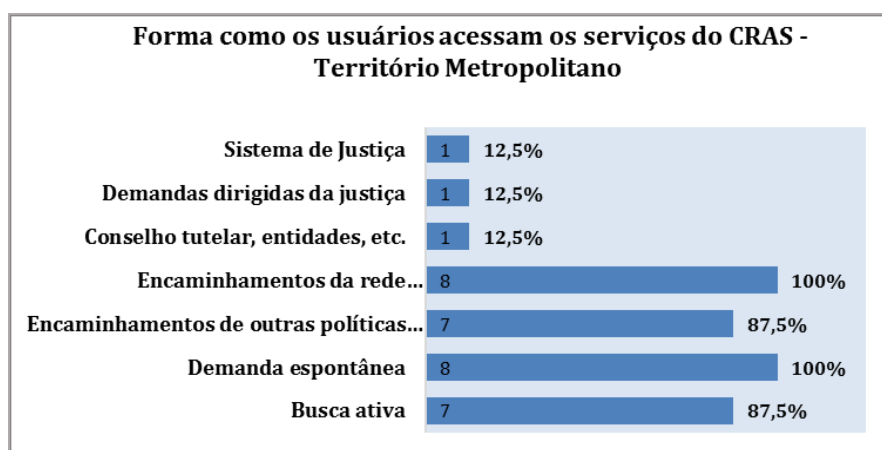
Além do mais, ela permite garantias ao possibilitar, localizar e incluir no Cadastro Único as famílias que vivem em circunstâncias de privação socioeconômica. Bem como mantê-lo atualizado, pois esse instrumento é a porta de entrada para vários Programas Sociais do Governo Federal e funciona como um guia para que ele possa entender e tentar suprir as necessidades básicas da população (IDEM, 2019).

7.1- Forma de acesso dos usuários aos serviços do CRAS

Em relação ao acesso dos usuários aos serviços do equipamento, foi informado o seguinte:

CRAS União: busca ativa, demanda espontânea, encaminhamento de outras políticas setoriais, encaminhamentos da rede socioassistencial e por meio do conselho tutelar e entidades etc. No **CRAS Felicidade, CRAS Amor e CRAS esperança:** busca ativa, demanda espontânea, encaminhamento de outras políticas setoriais e encaminhamentos da rede socioassistencial. No **CRAS Igualdade:** busca ativa, demanda espontânea e encaminhamentos da rede socioassistencial. Seguindo com o **CRAS Simpatia:** demanda espontânea, encaminhamentos de outras políticas setoriais e encaminhamentos da rede socioassistencial. E ainda, o **CRAS Paraíso:** busca ativa, demanda espontânea, encaminhamento de outras políticas setoriais e encaminhamentos da rede socioassistencial e demandas dirigidas da justiça. E no **CRAS Alegria:** busca ativa, demanda espontânea, encaminhamento de outras políticas setoriais, encaminhamentos da rede socioassistencial e por meio do sistema de justiça.

Gráfico 9: Demonstra a forma como os usuários acessam os serviços do CRAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, os 8 (oito) equipamentos do território mencionado adotam como forma a demanda espontânea, com porcentual de 100%, e neste mesmo valor o acesso, também, acontece por meio de encaminhamentos da rede socioassistencial. Seguindo com a busca ativa 87,5%; encaminhamentos de outras políticas setoriais, também com 87, 5%. E ainda 12,5% através do sistema de justiça; 12,5% das demandas dirigidas da justiça; e 12,5% do conselho tutelar, entidades etc.

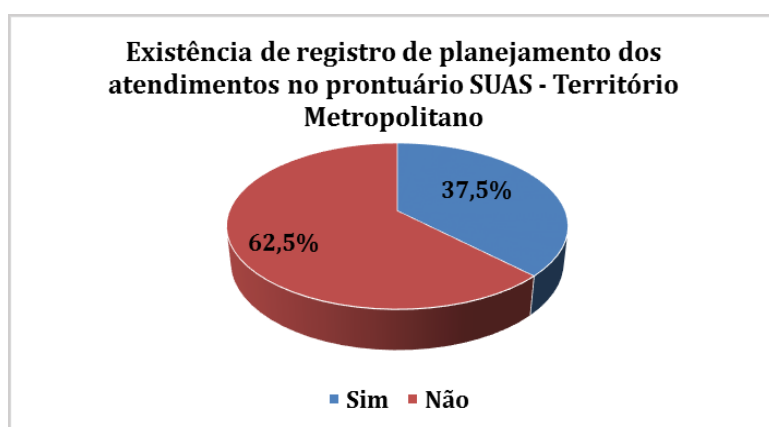
7.2- Sobre registro de planejamento dos atendimentos através do prontuário SUAS

O Prontuário SUAS é fundamental como ferramenta de registro das informações sobre o trabalho social desenvolvido nos equipamentos. Nesta perspectiva, consoante ao Manual de Instruções do Prontuário SUAS, ele é um instrumento técnico que tem como objetivo contribuir para a organização e qualificação do conjunto de informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social realizado com as famílias/indivíduos (MANUAL DE INSTRUÇÕES PRONTUÁRIO SUAS, 2014, p. 13)

Além disso, permite aos profissionais da unidade registrar as principais características da família e as ações realizadas com a mesma, preservando assim todo o histórico de relacionamento da família com os serviços da unidade.

Sobre o registro no prontuário SUAS, as respostas foram as seguintes: o **CRAS Amor**, **CRAS União**, **CRAS Simpatia**, responderam positivamente. Contudo, o **CRAS Felicidade**, **CRAS Igualdade**, **CRAS Paraíso**, **CRAS Esperança** e **CRAS Alegria**, informaram que não há registro. Cabe destacar que o **CRAS Felicidade**, informou que não consegue acessar o formulário online devido à dificuldade de reconhecimento da senha no sistema.

Gráfico 10: Demonstra sobre o registro no prontuário SUAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 62,5% dos equipamentos responderam que não há registro, e 37,5% responderam positivamente.

7.3- Nível de dificuldade apresentada na articulação/relacionamento com os órgãos ou entidades públicas

Em relação a articulação e relacionamento com órgãos e entidades, os coordenadores/equipe, responderam o seguinte:

CRAS União: informou que **não tem dificuldade** alguma com a Secretaria de Saúde, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Gestão Estadual de Assistência Social, Agência de Previdência (INSS), Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI). Contudo, possui **muita dificuldade** com o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar e Sistema de Segurança Pública.

CRAS Felicidade: informou que **não tem dificuldade** com o Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Gestão Estadual de Assistência Social, Agência de Previdência (INSS), Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI) e Sistema de Segurança Pública. Informou ainda que possui **pouca dificuldade** com o Sistema de Justiça.

CRAS Igualdade: respondeu que **não possui dificuldades** com o Conselho Tutelar, e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). E que seu nível de dificuldade com o Sistema de Justiça, Gestão Estadual de Assistência Social e Agência de Previdência (INSS), **é pouca**. Contudo, informou que possui **muita dificuldade** com a Secretaria de Saúde, Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI) e Sistema de Segurança Pública.

CRAS Simpatia: informou que **não tem dificuldades** com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Gestão Estadual de Assistência Social. E que possui **pouca dificuldade** com o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Agência de Previdência (INSS), Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI). No entanto, possui **muita dificuldade** com o Sistema de Segurança Pública.

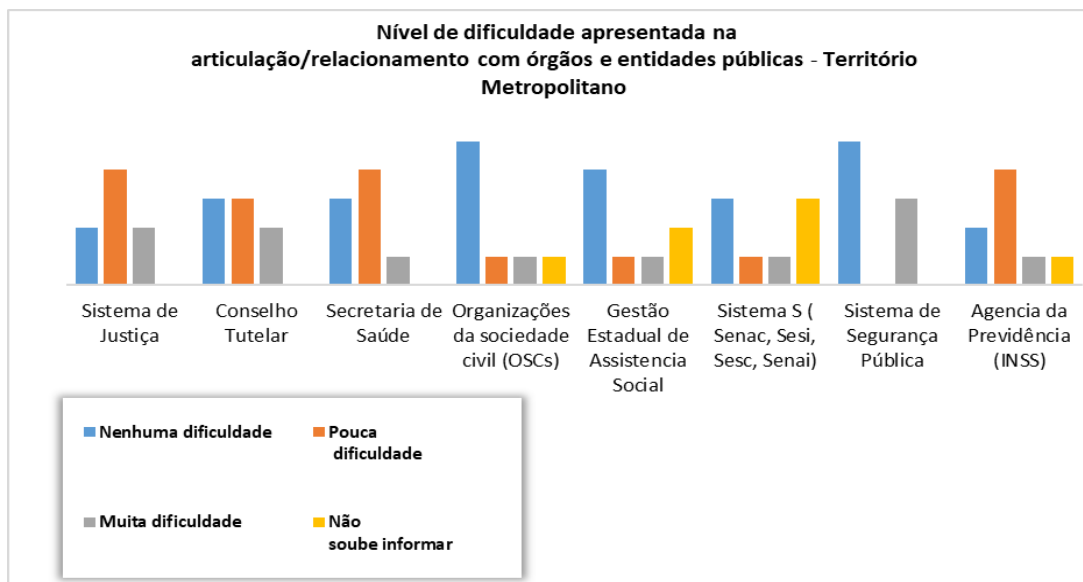
CRAS Amor: respondeu que **não possui dificuldades** com o Sistema de Segurança Pública, **pouca dificuldade** com a Secretaria de Saúde. Todavia, possui **muita dificuldade** com o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). E não soube informar essa relação/articulação com a Gestão Estadual de Assistência Social, Agência de Previdência (INSS), e Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI).

CRAS Paraíso: informou que **não possui dificuldades** com o Sistema de Justiça e com o Sistema de Segurança Pública. E ainda, que possui **pouca dificuldade** com o Conselho Tutelar e Secretaria de Saúde. Contudo, possui **muita dificuldade** com a Gestão Estadual de Assistência Social e Agência de Previdência (INSS). E não soube informar o nível de dificuldade com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI).

CRAS Esperança: informou que **não possui dificuldade** com o Sistema de Segurança Pública e que possui **pouca dificuldade** com o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Secretaria De Saúde, com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Agência de Previdência (INSS). Contudo, não soube informar o nível de dificuldade com a Gestão Estadual de Assistência Estadual e Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI).

CRAS Alegria: informou que **não possui dificuldades com o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde**, com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Gestão Estadual de Assistência Social e Sistema S (SENAC, SESI, SESC, SENAI). E ainda, que possui pouca dificuldade com a Agência de Previdência (INSS).

Gráfico 11: Representa o nível de dificuldade dos equipamentos socioassistenciais na articulação/relacionamento com os órgãos e entidades públicas



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, o nível de dificuldade dos órgãos e entidades públicas com os equipamentos socioassistenciais do referido território está representando da seguinte forma:

Nenhuma dificuldade: na articulação com Sistema de Justiça (2 respostas); Conselho Tutelar (3 respostas); Secretaria de Saúde (3 respostas); Organizações da Sociedade Civil (5 respostas); Gestão Estadual de Assistência Social (4 respostas); Sistema S (3 respostas); Sistema de Segurança Pública (5 respostas); Agência de Previdência – INSS (2 respostas).

Pouca dificuldade: na articulação com Sistema de Justiça (4 respostas); Conselho Tutelar (3 respostas); Secretaria de Saúde (4 respostas); Organizações da Sociedade Civil (1 resposta); Gestão Estadual da Assistência Social (1 resposta); Sistema S (1 resposta); e Agência de Previdência – INSS (4 respostas).

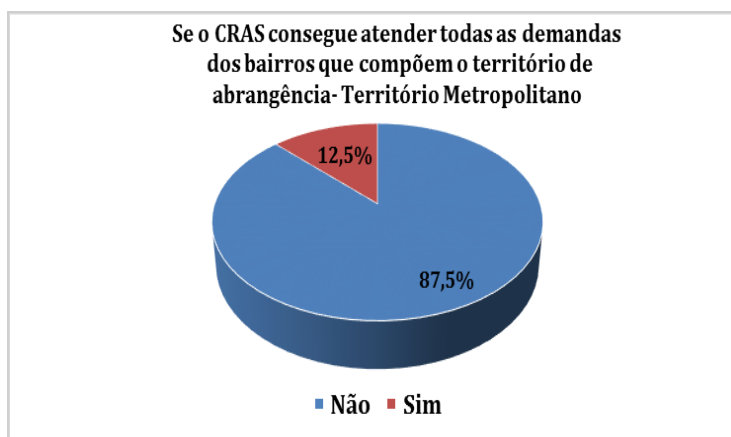
Muita dificuldade: na articulação com Sistema de Justiça (2 respostas); Conselho Tutelar (2 respostas); Secretaria de Saúde (1 respostas); Organizações da Sociedade Civil (1 resposta); Gestão Estadual de Assistência Social (1 resposta); Sistema S (1 resposta); Sistema de Segurança Pública (3 respostas); e Agência de Previdência – INSS (1 resposta).

Não souberam informar: Organizações da Sociedade Civil (1 resposta); Gestão Estadual da Assistência Social (2 respostas); Sistema S (3 respostas); e Agência de Previdência – INSS (1 resposta).

7.4- Se o CRAS consegue atender todas as demandas dos bairros que compõem os territórios de abrangência

Conforme informações prestadas pelas coordenações dos equipamentos do referido território, o **CRAS Alegria, CRAS Paraíso, CRAS Amor, CRAS Simpatia, CRAS Igualdade, CRAS Felicidade e CRAS União** não conseguem atender todas as demandas dos seus territórios de abrangência. Todavia, apenas o **CRAS Esperança** informou que consegue atender.

Gráfico 12: Demonstra se os equipamentos conseguem atender todas as demandas do território de abrangência



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, 87,5% dos equipamentos informaram que não conseguem atender todas as demandas do território de abrangência e apenas 12,5% informou que consegue.

7.4.1- Os motivos do CRAS não atender todas as demandas do bairro do território de abrangência

Em relação aos motivos, foram apontados os seguintes:

CRAS União: grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, atendimento de demandas não pertinentes ao CRAS.

CRAS Felicidade: grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, atendimento de demandas não pertinentes ao CRAS e ausência de planejamento de estratégia no território.

CRAS Igualdade: equipe insuficiente, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade e dificuldade dos usuários de acessar o equipamento devido aos ramais.

CRAS Simpatia: equipe insuficiente, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, atendimento de demandas não pertinentes ao CRAS e ausência de busca ativa.

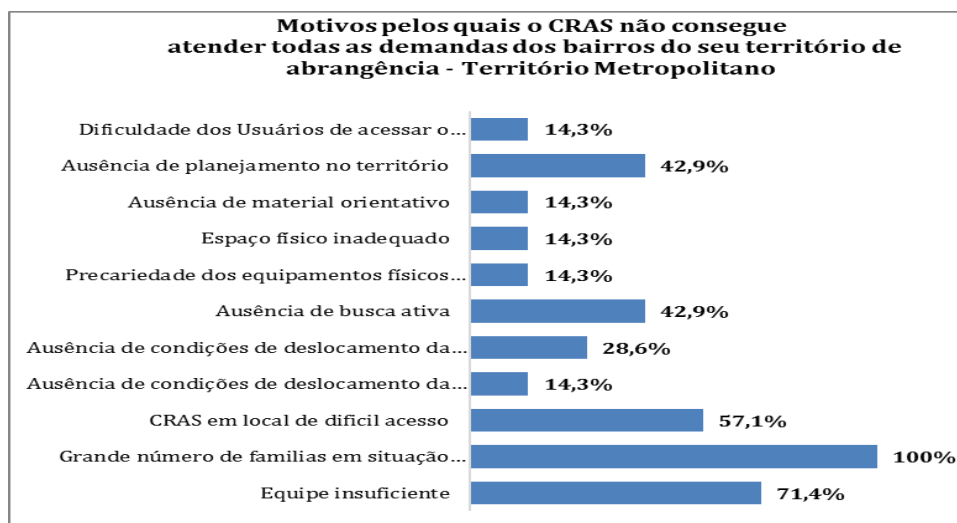
CRAS Amor: equipe insuficiente, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, atendimento de demandas não pertinentes ao CRAS, ausência de condições de deslocamento da equipe, ausência de busca ativa e ausência de planejamento de estratégia no território.

CRAS Paraíso: equipe insuficiente, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade

CRAS Alegria: equipe insuficiente, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, CRAS em local de difícil acesso à população, ausência de condições de deslocamento da equipe, ausência de busca ativa, precariedade dos equipamentos físicos necessários ao trabalho técnico, espaço físico inadequado, ausência de material orientativo e ausência de planejamento de estratégia no território.

Obs.: O CRAS Esperança informou que consegue atender todas as demandas de abrangência do território.

Gráfico 13: Demonstra os motivos pelos quais o CRAS não consegue atender todas as demandas dos bairros do seu território de abrangência



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

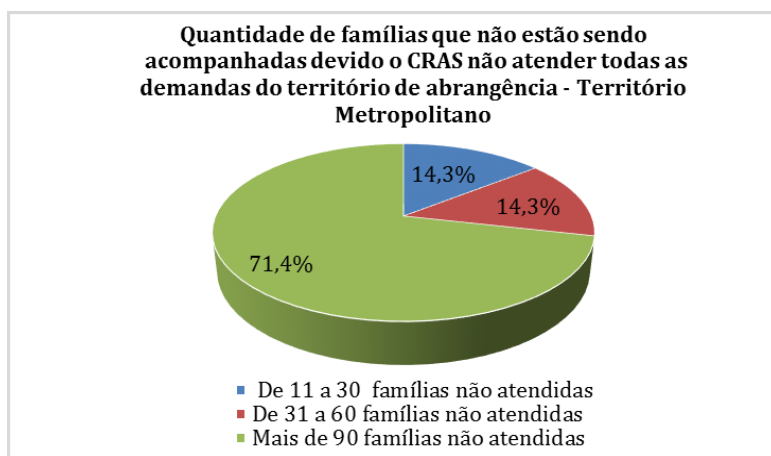
De acordo com o gráfico, dos 7 equipamentos que responderam, 100% informou como motivo, o grande número de famílias em situação de vulnerabilidade; 71,4% apontou equipe insuficiente; 57,1% CRAS situado em local de difícil acesso; 42,9% ausência de busca ativa; 42,9% ausência de planejamento no território; 28,6% ausência de condições de deslocamento da equipe. E ainda, 14,3% dificuldades dos usuários em acessar o equipamento; e de igual valor para ausência de material orientativo, espaço físico inadequado; precariedade dos equipamentos físicos necessários ao trabalho técnico.

7.5- Quantidade de famílias que não estão sendo acompanhadas devido ao CRAS não conseguir atender todas as demandas dos bairros do seu território de abrangência

Os equipamentos **CRAS Paraíso**, **CRAS Amor**, **CRAS Simpatia**, **CRAS Igualdade** e **CRAS Felicidade** informaram que, aproximadamente, mais de 90 famílias não foram acompanhadas devido o equipamento não conseguir atender todas as demandas de sua abrangência. Seguindo com o **CRAS Alegria** que informou aproximadamente de 31 a 60 famílias. E o **CRAS União** de 11 a 30 famílias

Obs.: O CRAS Esperança informou que consegue atender todas as demandas de abrangência do território, logo não respondeu à questão.

Gráfico 14: Demonstra o quantitativo de famílias não atendidas/acompanhadas, conforme a questão anterior



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

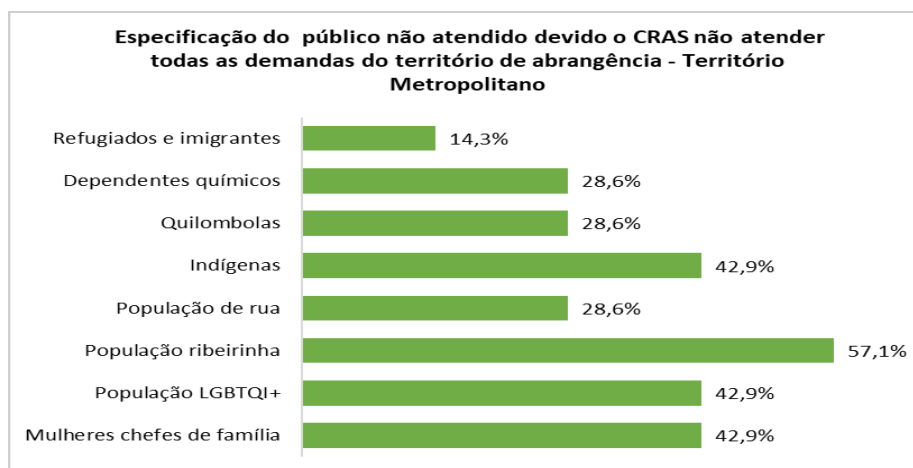
De acordo com o gráfico, 71,4% das respostas apontam para o quantitativo de mais de 90 famílias não atendidas; 14,3% aproximadamente entre 31 a 60 famílias; e 14,3% de 11 a 30 famílias.

7.6- Especificação do tipo de público que poderia ser atendido e não está devido às situações apresentadas anteriormente

O **CRAS União** informou como público não atendido: população de rua, o **CRAS Felicidade**: população LGBT+, população ribeirinha e indígenas. O **CRAS Igualdade**: mulheres chefes de família, LGBT+, quilombolas, refugiados e imigrantes. **CRAS Simpatia**: população LGBT+, população ribeirinha e população de rua. **CRAS Amor**: população ribeirinha, indígenas, e dependentes químicos. **CRAS Paraíso**: mulheres chefes de família, população ribeirinha, indígenas e quilombolas. **CRAS Alegria**: mulheres chefes de família e dependentes químicos.

Obs.: O **CRAS Esperança** informou que consegue atender todas as demandas de abrangência do território, logo não respondeu à questão.

Gráfico 15: Especificação do público não atendido devido o equipamento não conseguir atender todas as demandas dos bairros do seu território de abrangência



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, 57, 1% das respostas foi para população ribeirinha; 42,9% população LGBTQI+; 42,9% mulheres chefes de família; 42,9% indígenas; 28,6% população de rua; 28,6% quilombolas; o mesmo valor para dependentes químicos e ainda, 14,3% refugiados e imigrantes.

7.7- Demandas atendidas que não competem ao CRAS, especificação dos órgãos/instituições demandantes

Conforme informações da equipe técnica dos equipamentos os órgãos e instituições demandantes são as seguintes:

O **CRAS Alegria**, informou que os órgãos demandantes são de outras políticas públicas: como habitação, segurança alimentar, obra, infraestrutura e meio ambiente. O **CRAS Esperança** também informou o poder judiciário. O **CRAS Paraíso** sinalizou para a Política de Saúde. Enquanto que o **CRAS Amor** indicou o poder judiciário, conselho tutelar e o CREAS. E ainda, os demais como o **CRAS Simpatia** informou também o poder judiciário, conselho tutelar, política de educação e ministério público. O **CRAS Igualdade** informou o poder judiciário, conselho tutelar e Ministério Público. O **CRAS Felicidade** informou a política de saúde, entretanto essas solicitações são encaminhadas para o setor jurídico da Secretaria Municipal de Assistência Social e o **CRAS União** apontou o poder judiciário, conselho tutelar, Ministério público e Centro POP.

Obs.: Um ponto relevante e observado nesta questão é que mais da metade dos equipamentos deste território pontuou que o órgão/instituição que encaminha demandas que não competem ao CRAS é o Sistema de Justiça.

Sobre isso, importa salientar que o Sistema de Justiça deve dialogar previamente com o órgão gestor da Assistência Social, para desta forma estabelecer fluxos e protocolos de atendimento para evitar determinar providências diretamente à rede socioassistencial sem o cumprimento do fluxo e protocolos previamente estabelecidos. O art. 17 da resolução nº 119/CNAS de 04 de agosto de 2023 preconiza o seguinte:

As demandas expedidas pelo Sistema de Justiça e Sistema de Defesa e Garantia de Direitos devem ser recebidas pelo órgão gestor da política de assistência social, de forma a preservar as equipes de referência dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de práticas vexatórias e condutas abusivas, que possam trazer prejuízos ao desenvolvimento do trabalho. De maneira que a resposta qualificada da Assistência Social se dá pela inserção desses usuários no conjunto de suas proteções, uma vez que a política de assistência social é de caráter protetivo e não investigativo e fiscalizador (RESOLUÇÃO Nº 119/CNAS, 2023)

Além disso, o art. 11 da mesma Resolução nº 119/ CNAS sobre os trabalhadores do SUAS, ainda expressa que:

A atuação das (os) trabalhadoras (es) do SUAS deve pautar-se sempre pela observância das normativas do SUAS e dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social no acompanhamento da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e das medidas de proteção aplicadas pelas autoridades competentes do Sistema de Justiça e do Sistema de Defesa e Garantia de Direitos, previstas em legislações específicas de proteção à (aos) usuárias (os) atendidos pelos serviços socioassistenciais. (RESOLUÇÃO 119/CNAS/2023).

Isto posto, quando órgãos do Sistema de Justiça exigem dos profissionais do SUAS a realização de atividades ou a elaboração de documentos não condizentes com as suas atribuições no serviço em que atua, bem como, com a missão e diretrizes da Política de Assistência Social, enseja-se prejuízo do exercício da função de proteção social e o alcance dos objetivos da Assistência Social.

Assim, foi criado, em 06 de novembro de 2019, através da Portaria 184/2019 – SIMS, o protocolo de intenções nº 001/2019, o qual tem objetivo de associar esforços e informações entre SIMS, PGE/AP, TJAP, MP/AP, DPE/AP, visando aperfeiçoamento do SUAS e a articulação entre os órgãos mencionados.

Gráfico 16: Demonstra acerca dos órgãos demandantes das atividades/serviços que não competem ao CRAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, observa-se que o maior número de respostas, 62,5% apontam para o Poder Judiciário (5 respostas), como demandante de ações que não competem ao CRAS; 50% (4 respostas) para o Conselho tutelar; 37,5% (3 respostas) para o Ministério público; 25% (2 respostas) para Política de Saúde e ainda, 12,5 (1 resposta) para Política de Educação; 12,5 atividades advindas da habitação, segurança alimentar, obra, infraestrutura e meio ambiente; 12,5 Centro POP e 12,5% CREAS.

7.8- Estratégias utilizadas pela equipe do CRAS para a busca ativa dos usuários e famílias

As estratégias informadas pelos técnicos e coordenadores, posicionadas por equipamento são as seguintes:

CRAS União: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento; informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais; ações com outras políticas setoriais.

CRAS Felicidade: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); Campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, cartazes, utilização de carro de som e redes sociais;

utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento; e informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.

CRAS Igualdade: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento.

CRAS Simpatia: Contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.

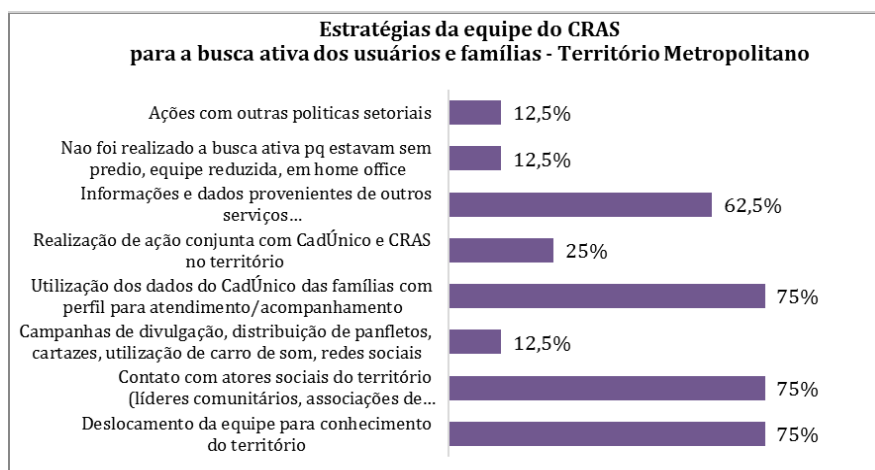
CRAS Paraíso: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento; realização de ação conjunta com CadÚnico e CRAS no território; e informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.

CRAS Esperança: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento; realização de ação conjunta com CadÚnico e CRAS no território; e informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.

CRAS Alegria: Deslocamento da equipe para conhecimento do território; contato com atores sociais do território (líderes comunitários, associações de bairro etc.); e utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento.

Obs.: O CRAS Amor informou que a busca ativa não foi realizada em 2022 em virtude de estarem sem prédio, equipe reduzida e trabalho home office.

Gráfico 17: Representa as estratégias que a equipe do CRAS utiliza para a busca ativa dos usuários e famílias



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 75% das respostas foram para deslocamento da equipe para conhecimento do território (6 respostas); 75% para contato com atores sociais do território

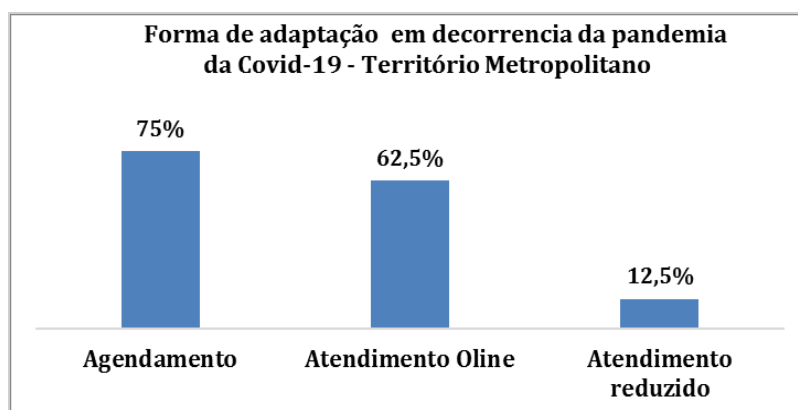
(líderes comunitários, associações de bairros etc.); o mesmo valor para utilização dos dados do CadÚnico das famílias com perfil para atendimento/acompanhamento; 62,5% para informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais. E ainda, 25% para realização de ação conjunta com CadÚnico e CRAS no território; 12,5% campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, cartazes, utilização de carro de som, redes sociais; 12,5% para ações com outras políticas setoriais; e 12,5% não foi realizado, em virtude de estarem sem prédio, equipe reduzida e home office etc.

7.9- Funcionamento do equipamento no período da pandemia da COVID-19

O **CRAS Alegria**, **CRAS Esperança**, **CRAS Paraíso**, **CRAS Simpatia**, **CRAS Igualdade**, **CRAS Felicidade** e **CRAS União** funcionaram normalmente em 2022, quando ainda estava no período da pandemia do COVID-19. Entretanto, o **CRAS Felicidade**, no 1º semestre realizou atendimento online e agendamento. Mas todos os equipamentos precisaram fazer adaptações no atendimento, e, dentre elas, estão a implementação do atendimento online, o agendamento e redução nos atendimentos, este último apontado pelo **CRAS União**.

Já o **CRAS Amor** informou que não funcionou normalmente na pandemia da Covid-19 no ano de 2022, e que houve adaptação no atendimento através de agendamentos.

Gráfico 18: Demonstra a forma de adaptação dos CRAS no período da pandemia da COVID-19 em 2022



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 75% (6 respostas) para forma de adaptação apontaram para o agendamento; 62,5% (5 respostas) para o agendamento online; e 12,5% (1 resposta), para o atendimento reduzido.

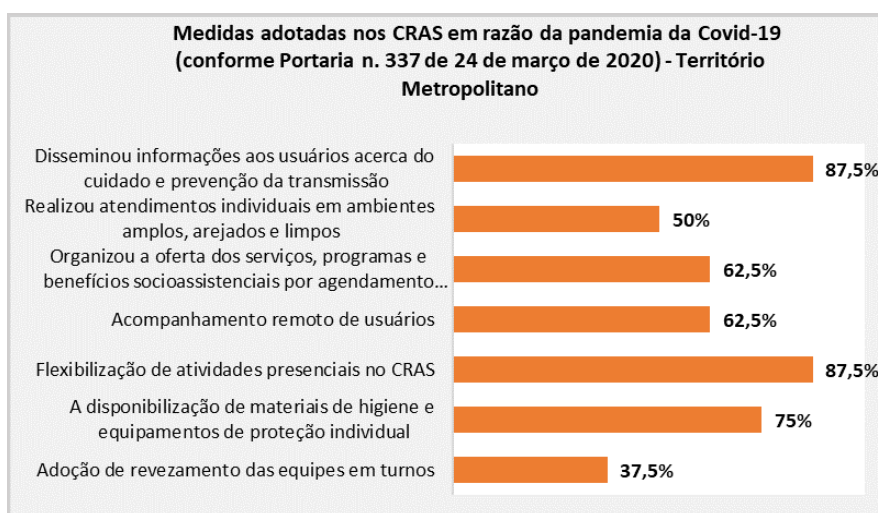
8- SOBRE AS MEDIDAS TOMADAS DE ACORDO COM A NORMATIVA DA PORTARIA N. 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020, E EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

A Portaria orienta acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, conforme o art. 3º Sem prejuízo do disposto nesta Portaria, os órgãos gestores da política de assistência social dos estados, municípios e Distrito Federal adotarão uma ou mais das medidas de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão para preservar a oferta regular e essencial dos serviços, programas e benefícios

socioassistenciais, quais sejam: I - adoção de regime de jornada em turnos de revezamento; II - adoção de medidas de segurança para os profissionais do SUAS com a disponibilização de materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individual – EPI; IV - flexibilizar as atividades presenciais dos usuários no âmbito dos CRAS e dos CREAS, com vistas a reduzir a circulação de pessoas e evitar a aglomeração nos equipamentos; V - intensificar as atividades de: a) disseminação de informação aos usuários acerca do cuidado e prevenção da transmissão, conforme orientações do Ministério da Saúde; e c) acompanhamento remoto dos usuários, por meio de ligação telefônica ou aplicativos de mensagens - como WhatsApp, principalmente daqueles tidos como grupos de risco, tais como idosos, gestantes e lactantes, visando assegurar a sua proteção. VI - Organizar a oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais preferencialmente por agendamento remoto, priorizando os atendimentos individualizados graves ou urgentes, evitando-se a aglomeração de pessoas nas salas de espera ou recepção das unidades.

As unidades apresentaram a flexibilização de atividades presenciais nos CRAS e a disseminação de informações aos usuários acerca do cuidado e prevenção da transmissão, como as medidas mais recorrentes pelos CRAS, perfazendo um total de 7 (sete) respostas cada. Após, vem a disponibilização de materiais de higiene e equipamentos de proteção individuais, sendo indicado pelos **CRAS União, Simpatia, Amor, Paraíso Esperança e Alegria**. O acompanhamento remoto de usuários e a organização da oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais por agendamento remoto foram indicados por cinco (05) equipamentos. Os **CRAS União, Simpatia, Paraíso e Esperança** sinalizaram a realização de atendimentos individuais em ambientes amplos, arejados e limpos, perfazendo um total de quatro (04) respostas. Por último, adoção de revezamento das equipes em turnos, com três (03) respostas.

Gráfico 19: Demonstra as medidas tomadas de acordo com a normativa da Portaria n. 337, de 24 de março de 2020 em razão da pandemia da Covid-19 em 2022



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, mais da metade das respostas foram para disseminação de informações aos usuários acerca do cuidado e prevenção da transmissão com 87,5%; e

flexibilização de atividades presenciais no CRAS, esta com o mesmo valor; a disponibilização de materiais de higiene e equipamentos de proteção individual com 75%; acompanhamento remoto de usuários com 62,5%; organizou a oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais por agendamento remoto com 62,5%. Seguindo com, realizou atendimentos individuais em ambientes amplos, arejados e limpos com 50%; e adoção de revezamento das equipes em turnos com 37,5% das respostas.

9- ATENDIMENTOS OFERTADOS PELOS EQUIPAMENTOS EM 2022

Conforme Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009), o CRAS é uma unidade que desempenha a gestão da proteção básica, desta forma realiza o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado, através deste serviço algumas ações são prioritárias para a execução deste trabalho social, sendo elas, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

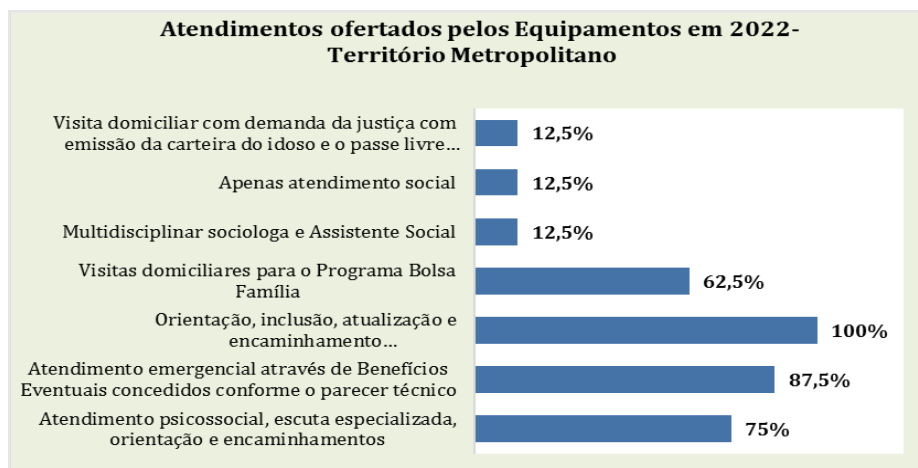
[...] acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.7)

Logo, no **Território Metropolitano**, todos os 8 (oito) equipamentos informaram como atendimento ofertado, o de orientação, inclusão, atualização e encaminhamento no CadÚnico.

Outro atendimento foi o emergencial através de Benefícios Eventuais concedidos conforme o parecer técnico, informados pelas unidades **CRAS União, Igualdade, Simpatia, Amor, Paraíso, Esperança e Alegria**. Seguindo com o atendimento psicossocial, escuta especializada, orientação e encaminhamentos, apontados pelas equipes das unidades (**CRAS Alegria, Esperança, Paraíso, Amor, Igualdade e Felicidade**).

E ainda, as visitas domiciliares para o programa bolsa família, informados pelas equipes dos **CRAS União, Felicidade, Simpatia, Paraíso e Esperança**. E finalizando com os equipamentos **CRAS União, Felicidade e Simpatia** que elencaram, respectivamente, as opções de “apenas atendimento social; visitas domiciliares, com demandas da justiça, com emissão de carteira do idoso e passe livre para pessoas com deficiência; e os atendimentos multidisciplinar com Sociólogas e Assistentes Sociais.

Gráfico 20: Demonstra os atendimentos ofertados pelos CRAS em 2022



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

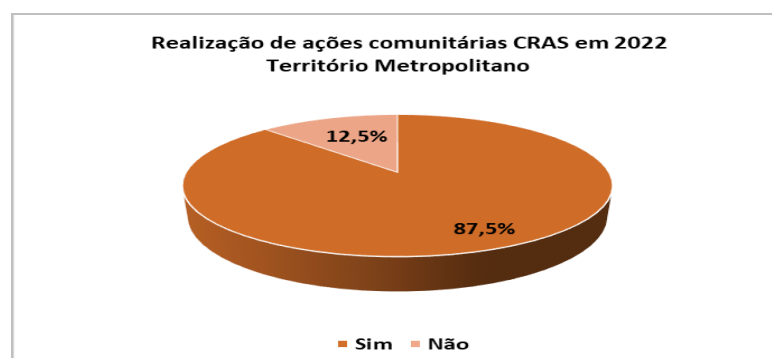
Conforme o gráfico, todos os equipamentos ofertaram no período de 2022 o atendimento de orientação, inclusão, atualização e encaminhamento no CadÚnico, sinalizando 100%. Em seguida, o atendimento emergencial através de benefícios eventuais concedidos conforme o parecer técnico, com 87,5%; atendimento psicossocial, escuta especializada, orientação e encaminhamentos com 76% das respostas; seguindo com visitas domiciliares para o programa bolsa família, com 62,5% e ainda, apenas atendimentos social com 12,5%; visitas domiciliares, com demandas da justiça, com emissão de carteira do idoso e passe livre para pessoas com deficiência, 12,5% e os atendimentos multidisciplinar com Sociólogas e Assistentes Sociais, com mesmo valor de 12,5%.

10- REALIZAÇÃO EM 2022 DE AÇÕES COMUNITÁRIAS

Em relação a essas ações, exceto o **CRAS Simpatia**, todos os outros equipamentos (**CRAS Esperança, CRAS Alegria, CRAS Paraíso, CRAS Amor, CRAS Igualdade, CRAS Felicidade e CRAS União**) informaram ter realizado ações comunitárias em 2022. Neste sentido, satisfazendo um total de 30 (trinta), ações comunitárias realizadas em 2022 pelo território Metropolitano, cujo quantitativo por unidade se deu da seguinte forma: **CRAS Igualdade** 07 ações; **CRAS Paraíso** 06 ações; **CRAS Felicidade** 05 ações; **CRAS Amor** 04 ações; **CRAS Esperança e CRAS Alegria** 03 ações cada e **CRAS União** 02 ações.

Obs.: o CRAS Simpatia informou que não realizou essas ações no ano de 2022.

Gráfico 21: Demonstra a realização de ações comunitárias em 2022



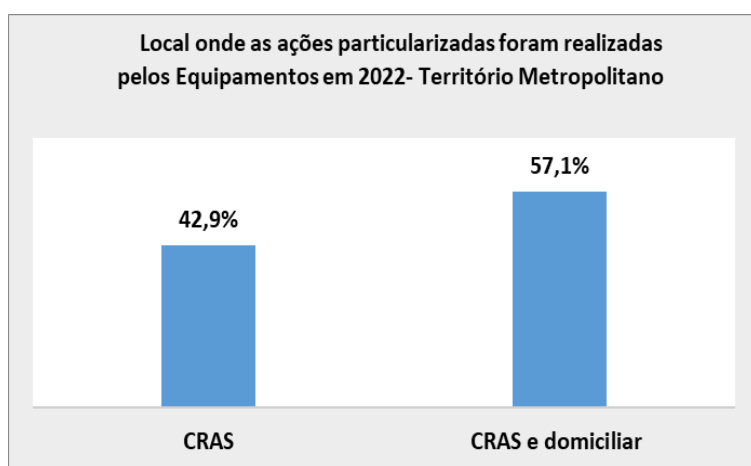
Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, 87,5% dos equipamentos do referido território realizou ações comunitárias em 2022, e apenas 12,5% informou que não realizou.

11- REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARTICULARIZADAS EM 2022

Em relação a essas ações, 7 (sete) equipamentos informaram ter realizado ações particularizadas em 2022, apenas o **CRAS Felicidade** informou que não ocorreu. Dentre os equipamentos que realizaram, todos informaram que essas ações foram realizadas no próprio prédio do CRAS. Contudo, as Unidades **CRAS Igualdade, Simpatia, Amor e Esperança** além do prédio do CRAS realizaram também as ações em domicílio.

Gráfico 22: Refere-se a realização de ações particularizadas e o local



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, dos 7(sete) equipamentos que realizaram ações particularizadas, 42,9 informaram que as ações aconteceram no próprio prédio do CRAS, e 57,1% que além do prédio, também foram realizadas de forma domiciliar.

12- SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

O PAIF é fundamental para a proteção básica na assistência social, conforme Orientações Técnicas Sobre o serviço:

O PAIF é essencial para a proteção de assistência social, vez que assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, contribui para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva. Fortalece, ainda, vínculos familiares e comunitários, favorecendo a ampliação de perspectivas de vida das famílias mais vulneráveis e o acesso a oportunidades (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, P.5).

Nesta perspectiva, e em acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o serviço consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009)

12.1- Quadro 2- Identificação da equipe de referência do PAIF

CRAS União		Cargo	Vínculo
01	Maraci Damasceno Picanço	Assistente Social	Efetiva
02	Janaina Ramos de Oliveira	Assistente Social	Efetiva
03	Melian de Souza	Educadora Social	Efetiva
CRAS Felicidade			
01	Cláudia de Fátima Moraes da luz, Assistente	Assistente Social	Efetiva
02	Cláudia Tatiana Ferreira Cavalcante	Psicóloga	Efetiva
03	Denise Cardoso de Andrade	Assistente Social	Efetiva
04	Ana Paula Miranda kunkel	Psicóloga	Efetiva
CRAS Simpatia			
01	Meiri Rose Carvalho dos Santos	Assistente Social	Efetiva
02	Marciany Ribeiro Nascimento	Socióloga	Efetiva
CRAS Amor			
01	Josilene Santos Mendes	Assistente Social	Efetiva
02	Tainá Brito de Abreu	Psicóloga	Efetiva
03	Katia Samara Silva de Freitas	Assistente Social	Comissionada
04	Suelen Patricia Smith Trindade	Psicóloga	Efetiva
CRAS Paraíso			
01	Alexandra Mora Coelho - Assistente Social	Assistente Social	Contrato
02	Sonize Moraes	Pedagoga	Contrato
03	Kezia Moraes da Costa	Assistente Administrativo	Contrato
CRAS Esperança, CRAS Alegria e CRAS Igualdade, não possui equipe exclusiva, o serviço é realizado pela equipe técnica do CRAS.			

12.2- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar do PAIF.

De acordo com as Orientações Técnicas Sobre o PAIF (2012), o Plano de Acompanhamento Familiar é um instrumento de diagnóstico que direcionará todo o trabalho da equipe de referência, sendo pautado na lógica do trabalho social com famílias no SUAS. Essa lógica materializa-se através de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, considerando as potencialidades das famílias e vulnerabilidades às quais estão submetidas no território onde vivem. O plano estabelece objetivos a serem alcançados, realização de mediações periódicas, inserção em ações do PAIF, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, alcançar aquisições e ter acesso a direitos.

Dos oito (8) equipamentos pertencentes ao **Território Metropolitano**, sete (7) deles elaboram o Plano de Acompanhamento Familiar, exceto o **CRAS União**, o qual informou que não.

Desta forma, dos sete (7), equipamentos que realizam, desenvolvem da seguinte forma:

CRAS Felicidade e CRAS Amor, arquiva os atendimentos em armário institucional específico para esses fins, garantindo sigilo.

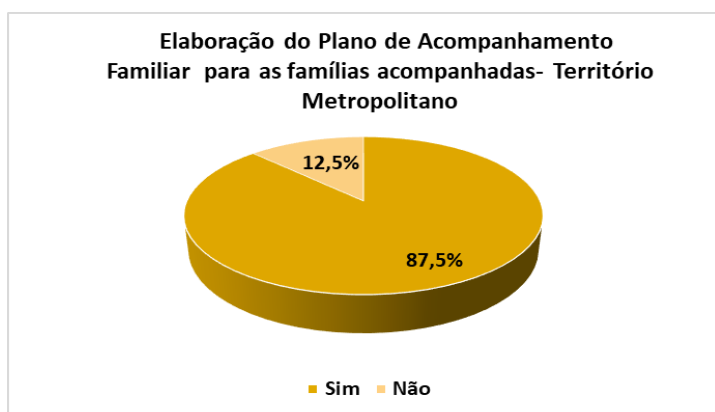
CRAS Igualdade e CRAS Esperança, a equipe utiliza o prontuário físico de acompanhamento técnico; e arquiva os atendimentos em armário institucional específico para esses fins, garantindo sigilo.

CRAS Simpatia, a equipe arquiva os atendimentos em armário institucional específico para esses fins, garantindo sigilo; e a equipe arquiva os atendimentos em arquivo pessoal

CRAS Paraíso, a equipe utiliza o prontuário físico de acompanhamento técnico; arquiva os atendimentos em armário institucional específico para esses fins, garantindo sigilo; e arquiva os atendimentos em arquivo pessoal

CRAS Alegria, a equipe utiliza o prontuário físico de acompanhamento técnico; e arquiva os atendimentos em arquivo pessoal

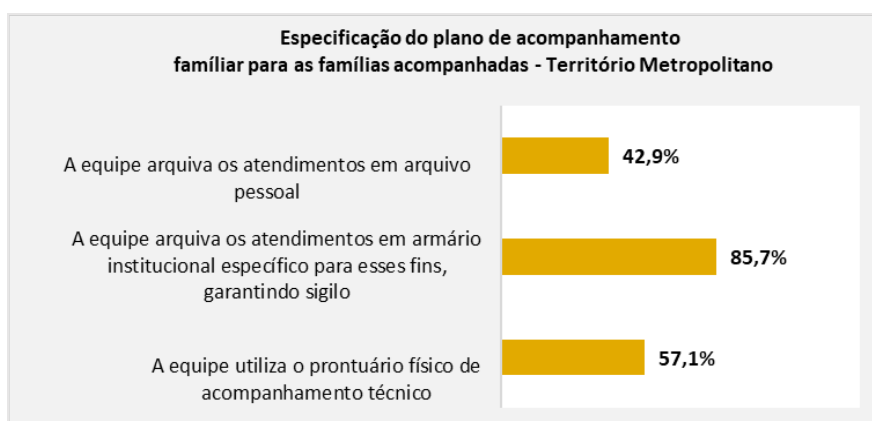
Gráfico 23: Demonstra quanto a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico demonstra que 87,5% dos equipamentos do território metropolitano realizam a elaboração do Plano de acompanhamento familiar do PAIF, e apenas 12,5% não realiza.

Gráfico 24: Demonstração da forma de elaboração do Plano de acompanhamento familiar do PAIF



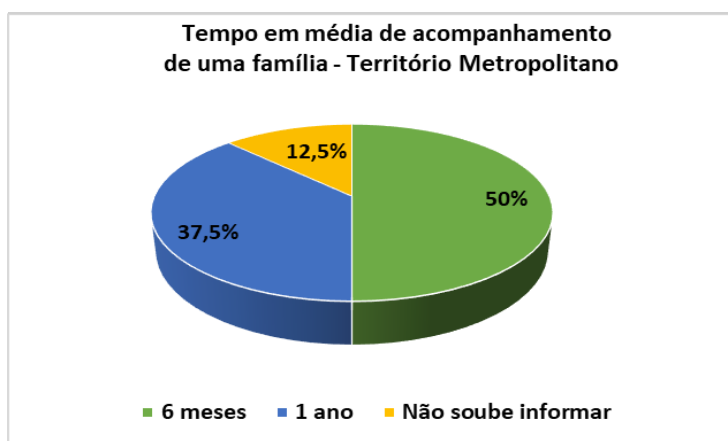
Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, observa-se que 85,7% das respostas, as equipes arquivam os atendimentos em armário institucional específico para esses fins, com garantia de sigilo; 57,1% as equipes utilizam o prontuário físico de acompanhamento técnico; e 42,9% a equipe arquiva os atendimentos em arquivo pessoal.

12.3- Tempo de acompanhamento familiar

Em relação ao tempo de acompanhamento familiar, o **CRAS Felicidade, Igualdade, Esperança e Alegria** realizam, em média, o acompanhamento em um período de seis (06) meses. O **CRAS União, Simpatia e Paraíso** realizam em um período maior que um (01) ano. O **CRAS Amor** não soube informar o tempo de acompanhamento, alegou que houve intercorrência ao longo do ano, como a mudança de prédio e as famílias que são encaminhadas pela justiça as quais a equipe não tem a contra referência da mesma.

Gráfico 25: Demonstra o tempo em média de acompanhamento das famílias do PAIF



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico demonstra que 50% realizam o acompanhamento em um período de seis meses; 37,5% no período de 1 ano; e 12,5% não soube informar.

12.4- Formas de realização do acompanhamento familiar e perfil das famílias

Os oito (8) equipamentos socioassistenciais da proteção social básica informaram que realizam o acompanhamento familiar de forma **individualizada e em grupos**. E o perfil das famílias acompanhadas em grupos são os seguintes:

CRAS Amor: famílias beneficiárias do PAB; famílias em descumprimento das condicionalidades do PAB; família em fase de suspensão; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território

CRAS Paraíso: famílias com membros de 0 a 18 anos do Programa BPC na Escola; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território.

CRAS Esperança: famílias beneficiárias do PAB; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território.

CRAS Alegria: famílias beneficiárias do PAB; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território.

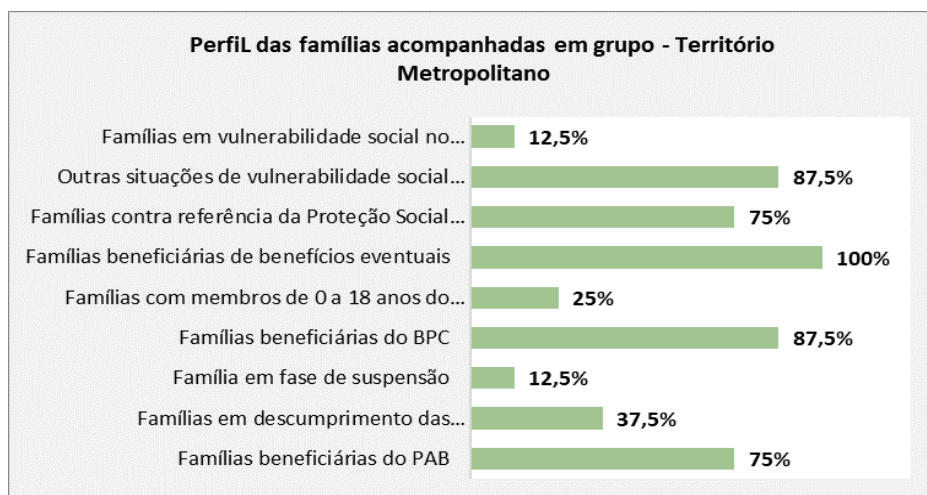
CRAS Simpatia: famílias beneficiárias do BPC; famílias com membros de 0 a 18 anos do Programa BPC na Escola; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território

CRAS Igualdade: famílias beneficiárias do PAB; famílias em descumprimento das condicionalidades do PAB; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território.

CRAS Felicidade: famílias beneficiárias do PAB; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; e famílias em vulnerabilidade social no território, famílias beneficiárias do programa alimenta Brasil

CRAS União: famílias beneficiárias do PAB; famílias em descumprimento das condicionalidades do PAB; famílias beneficiárias do BPC; famílias beneficiárias de benefícios eventuais; famílias contra referência da Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; e outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território.

Gráfico 26: Representa o perfil das famílias acompanhadas em grupos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, verifica-se que o perfil de famílias beneficiárias de benefícios eventuais está presente em todas as unidades totalizando 100%; com 87,5% famílias beneficiárias do BPC; e o mesmo valor para outras situações de vulnerabilidade social recorrentes no território; 75% para famílias contra referência da Proteção Social especial de Média e/ou Alta Complexidade; o mesmo valor de 75% para o perfil famílias beneficiárias do PAB; 37,5% famílias em descumprimento das condicionalidades do PAB; 25% famílias com membros de 0 a 18 anos do programa BPC na escola; e ainda 12,5% para famílias em

vulnerabilidade social no território, famílias beneficiárias do programa alimenta Brasil; e 12,5% para família em fase de suspensão.

12.5- Famílias desligadas do acompanhamento por motivo de superação das situações de vulnerabilidade social.

Conforme o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, no art. 20, o acompanhamento familiar é especificado como:

conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias (RESOLUÇÃO Nº7, CIT, 2009).

Os usuários da Assistência Social precisam contar com esse aporte para enfrentar a vulnerabilidade e o risco tal como se apresentam, para que possam construir estratégias de superação e autonomia. Além disso, o trabalho social com as famílias, desenvolvido no âmbito do PAIF tem o fito de fortalecer a atuação das famílias como protagonistas sociais, sem responsabilizá-las pela sua condição ou circunstância de vulnerabilidade que se encontram (PNAS, 2004).

Assim sendo, o Estado tem o dever de ofertar o apoio que se fizer necessário a fim de garantir as condições para que as famílias sejam fortalecidas e estejam aptas a proteger, promover e incluir todos os seus membros, superando assim as vulnerabilidades apresentadas, portanto, a propósito, a Política Nacional de Assistencial Social prevê o seguinte:

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS, 2004, p.36).

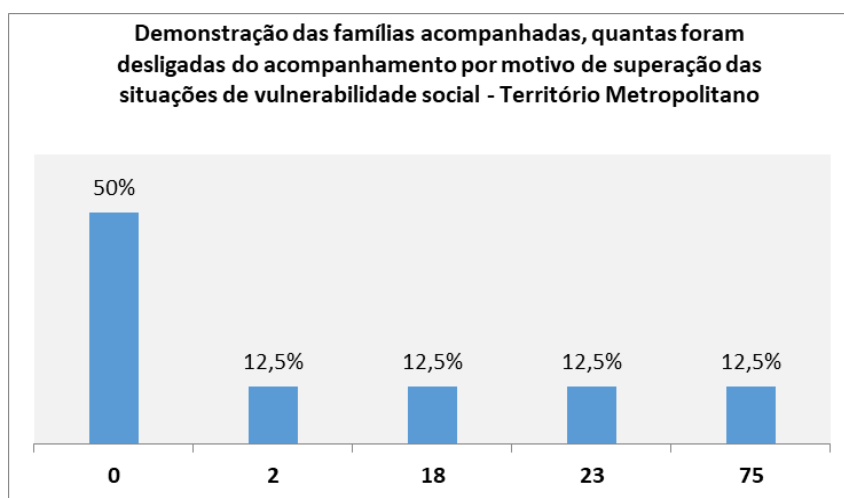
Portanto, faz-se necessário a realização de um planejamento técnico, de forma a possibilitar a participação do usuário nesse processo, proporcionando à equipe e aos usuários do serviço, uma leitura crítica das realidades vivenciadas, das vulnerabilidades existentes e também das potencialidades, da família atendida e do território em que o equipamento e as famílias estão inseridos.

Isto posto, em relação as famílias que foram desligadas do acompanhamento, por motivo de superação da situação de vulnerabilidade, no **Território Metropolitano**, o **CRAS Igualdade** informou o quantitativo de 23 (vinte e três) famílias desligadas; o **CRAS Paraíso**, o quantitativo de 75 (setenta e cinco) famílias; o **CRAS Esperança** de 18 (dezoito) famílias desligadas; e o **CRAS Alegria** informou que 02 (duas) famílias foram desligadas.

Os demais equipamentos socioassistenciais (**CRAS União, CRAS Felicidade, CRAS Simpatia e CRAS Amor**), não tiveram, em 2022, nenhuma família desligada dos

acompanhamentos socioassistenciais por motivo de superação das vulnerabilidades sociais apresentadas.

Gráfico 27: Representa o quantitativo de famílias desligadas dos acompanhamentos, em vista da superação de vulnerabilidade social



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

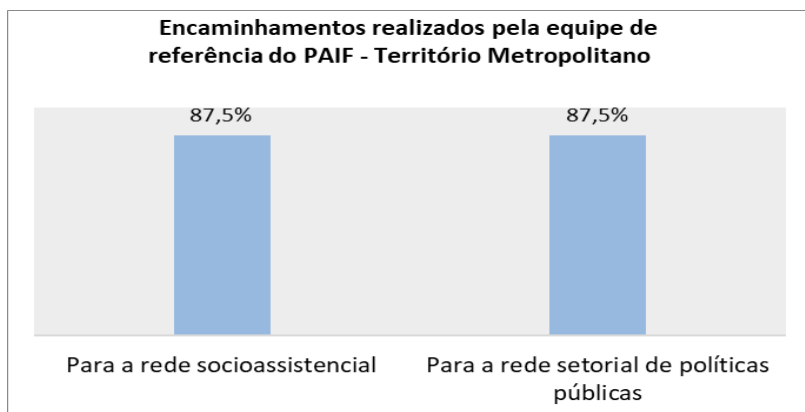
De acordo com o gráfico, metade das respostas sinalizam que não houve nenhum desligamento das famílias acompanhadas por superação da situação de vulnerabilidade, equivalendo 50%. Em contrapartida, a outra metade sinalizou que houve desligamento, dividida entre 12,5% para o desligamento de 2 famílias; mais 12,5% para o desligamento de 18 famílias; 12,5% para o desligamento de 23 famílias e 12,5% para o desligamento de 75 famílias.

12.6- Encaminhamentos realizados pela equipe de referência do CRAS/PAIF

De acordo com as informações prestadas sobre o encaminhamento do PAIF, as equipes de referência do PAIF dos oito (8) equipamentos do referido território, realizaram os devidos encaminhamentos.

Neste seguimento, as unidades **CRAS Alegria, CRAS Esperança, CRAS Paraíso, CRAS Amor, CRAS Felicidade e CRAS Igualdade** enviaram encaminhamentos tanto para a rede socioassistencial quanto para a rede setorial de políticas públicas. Contudo, o **CRAS Simpatia** apenas para a rede socioassistencial e o **CRAS União** para a rede setorial de políticas públicas.

Gráfico 28: Demonstra os encaminhamentos realizados pela equipe do PAIF para os setores



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, 87,5% das respostas dos 8 (oito) equipamentos do território mencionado realizaram encaminhamentos para a rede socioassistencial, e o mesmo percentual de 87,5%, os encaminhamentos destinaram-se para a rede setorial de políticas públicas, ressaltando que essa questão é multivalorada (sua soma pode ultrapassar 100%), em virtude de considerar o número de respostas de cada equipamento (são várias,) e não uma única resposta dos oito equipamentos.

12.7- Ações e atividades desenvolvidas no âmbito do PAIF

Todos os equipamentos socioassistenciais do referido território desenvolvem ações e atividades no âmbito do PAIF, quais sejam:

CRAS Esperança: Realiza acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados.

CRAS Alegria: acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; visitas domiciliares; palestras; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados; e encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o Sistema de Justiça.

CRAS Paraíso: Realiza acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de

famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados; e encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o Sistema de Justiça.

CRAS Amor: acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados; e encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o Sistema de Justiça.

CRAS Simpatia: Realiza acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados; e encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o Sistema de Justiça.

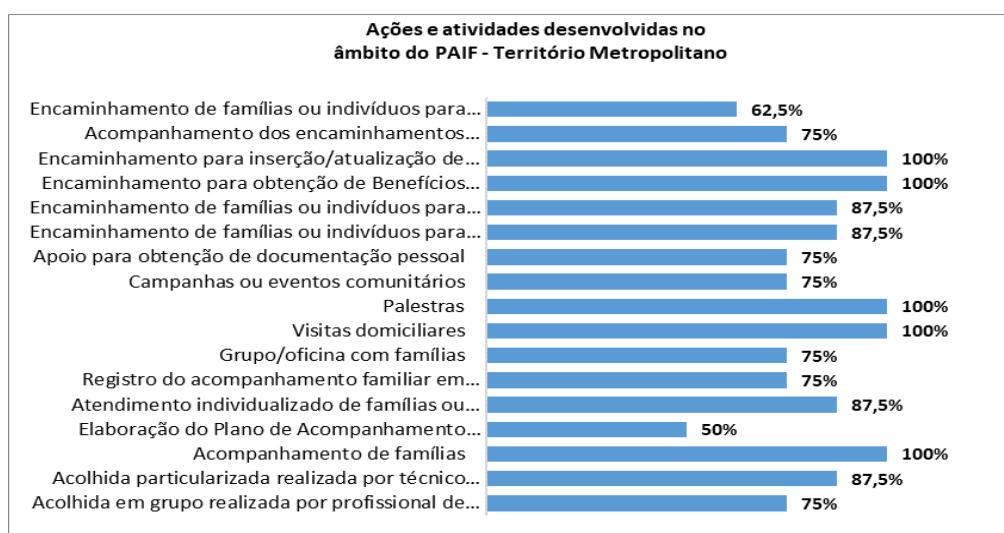
CRAS Igualdade: Realiza acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; apoio para obtenção de documentação pessoal; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados; e encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o Sistema de Justiça.

CRAS Felicidade: Realiza acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; acompanhamento de famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; visitas

domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; e encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico.

CRAS União: acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior; acompanhamento de famílias; atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras; campanhas ou eventos comunitários; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; e encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico;

Gráfico 29: Demonstra as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do PAIF



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, todos os equipamentos desenvolvem ações e atividades de encaminhamento para inserção/atualização de famílias no CadÚnico; encaminhamento para obtenção de benefícios eventuais; palestras; visitas domiciliares; e acompanhamento de famílias (com 100% cada atividade). Em seguida, encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, trabalho etc.); atendimento individualizado de famílias ou indivíduos; e acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior (com 87,5% cada ação/atividade). As demais com 75% cada, estão: acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; registro do acompanhamento familiar em prontuário; grupo/oficina com famílias; campanhas ou eventos comunitários; apoio para obtenção de documentação pessoal; e acompanhamento dos encaminhamentos realizados. E ainda, encaminhamento de famílias ou indivíduos para acessar o sistema de justiça com 62,5%.

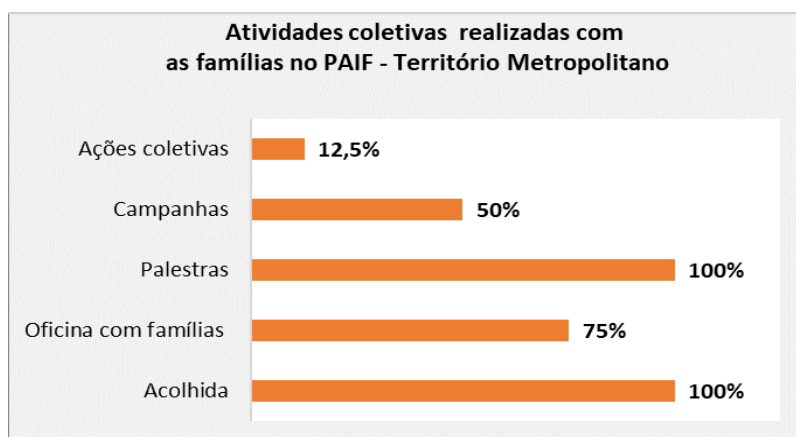
12.8- Atividades coletivas realizadas com as famílias

Conforme mencionado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), as ações coletivas visam promover o diálogo, a troca de experiências e valores, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade. Na medida em que as ações são realizadas, as famílias são incitadas a reflexão sobre as vulnerabilidades, riscos ou potencialidades e agregam diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum, essas ações passam a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projetos coletivos e o protagonismo da comunidade.

Em relação as atividades coletivas, todos os 8 (oito) equipamentos do referido território realizaram acolhida e palestras. Além disso, o **CRAS União e CRAS Simpatia** realizaram ainda oficina com famílias; o **CRAS Igualdade, CRAS Paraíso, e CRAS Esperança** realizaram oficina com famílias, bem como campanhas. E o **CRAS Amor** para mais das oficinas com famílias e campanhas realizou ações coletivas.

E referente a periodicidade de realização das oficinas com famílias, o **CRAS Alegria** informou que realizou uma vez ao mês. O **CRAS Esperança e CRAS Igualdade** há cada 15 dias; **CRAS Paraíso, CRAS Amor, e CRAS Simpatia** uma vez ao mês; o **CRAS Felicidade** realizou três vezes ao ano; e o **CRAS União** realizou duas oficinas no ano de 2022.

Gráfico 30: Demonstra as atividades coletivas realizadas com as famílias no âmbito do PAIF



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

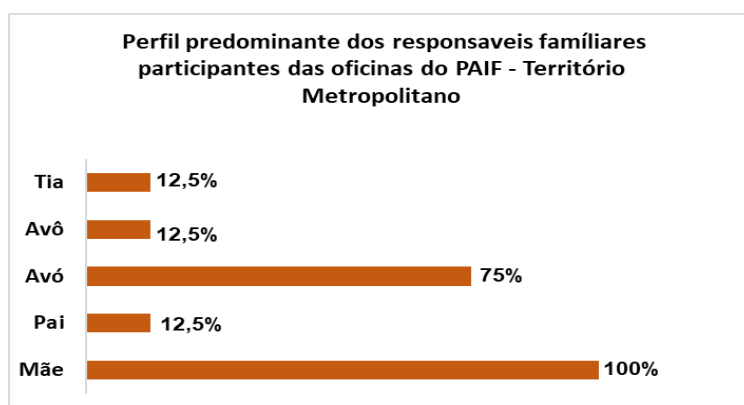
De acordo com o gráfico, todos os equipamentos realizaram palestras e acolhida totalizando 100% para cada atividade. Seguindo com 75% das respostas para oficina com famílias; 50% para campanhas e 12,5% para ações coletivas

12.9- Perfil predominante dos participantes das oficinas do PAIF e estratégias para a realização dessas oficinas

Quanto ao perfil dos participantes, todos os (8) oito equipamentos informaram, mãe, como perfil predominante. As unidades **CRAS Felicidade, Igualdade, Simpatia, Esperança e Alegria**, além disso, informaram também, avó. E o **CRAS Amor** informou ainda pai, avó e avô, bem como o **CRAS Felicidade**, ainda informou tia.

Sobre as estratégias para a realização das oficinas, quase todos os equipamentos, contemplaram o lanche como estratégia, exceto o **CRAS Paraíso**. Embora, o **CRAS União** tenha relatado que nem sempre há lanche para utilizar como estratégia na unidade. Outra estratégia informada pelos **CRAS União, Igualdade, Simpatia, Amor, Paraíso e Esperança** são os trabalhos manuais. E ainda, as atividades culturais informadas pelo **CRAS Alegria, CRAS Esperança, CRAS Amor, CRAS Simpatia, e CRAS Igualdade**. E por fim, a contemplação do programa Alimenta Brasil, de parceria da SIMS e RURAP, além das palestras e rodas de conversas, que foram informados pelos **CRAS Felicidade e o CRAS Amor**.

Gráfico 31: Demonstra o perfil predominante das famílias que participam do PAIF



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

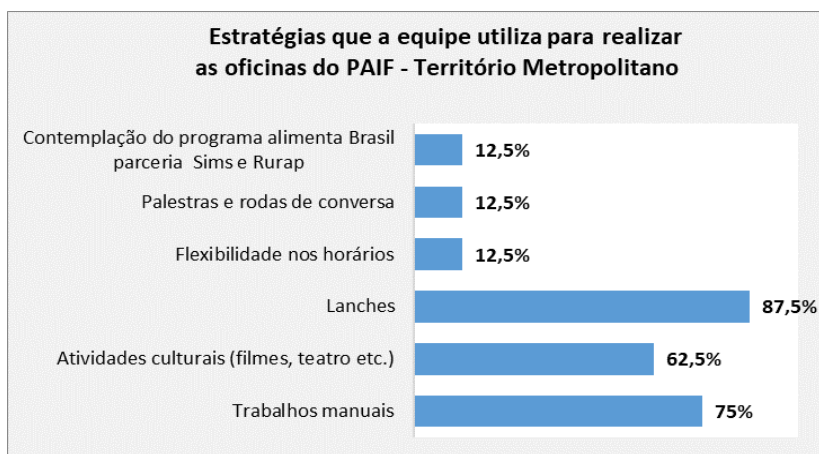
Verifica-se que o perfil predominante nas referidas atividades 100% é mãe; seguindo com 75% com avó; e os demais com 12,5% para pai, avô e tia. Importa ressaltar que o gráfico apresenta os dados percentuais por número de respostas dos equipamentos e não apenas por número de equipamentos, por isso a somatória do percentual final excede 100%.

12.10- Temáticas abordadas nas oficinas com as famílias

Sobre as temáticas abordadas, todos os equipamentos socioassistenciais do território estudado, informaram a “orientação sobre como acessar os direitos” e também “ aspectos da convivência familiar”. O **CRAS Esperança** ainda utilizou-se de temas de acordo com o calendário nacional. E ainda, a temática “vulnerabilidades e potencialidades do território foi informada por quase todos os equipamentos, exceto pelo **CRAS Alegria**. O equipamento **CRAS Felicidade** contemplou em suas estratégias o Programa Alimenta Brasil em seu planejamento.

E a média de participantes nessas oficinas foi a seguinte: cinco (05) dos oito (08) equipamentos informaram a uma média de 16 a 25 pessoas por oficina, quais sejam: **CRAS Alegria, Esperança, Amor, Simpatia e Felicidade**. Enquanto que o **CRAS União, Igualdade e Paraíso** informaram de 7 a 15 pessoas participantes.

Gráfico 32: Representa as estratégias utilizadas pelas equipes para realização das oficinas



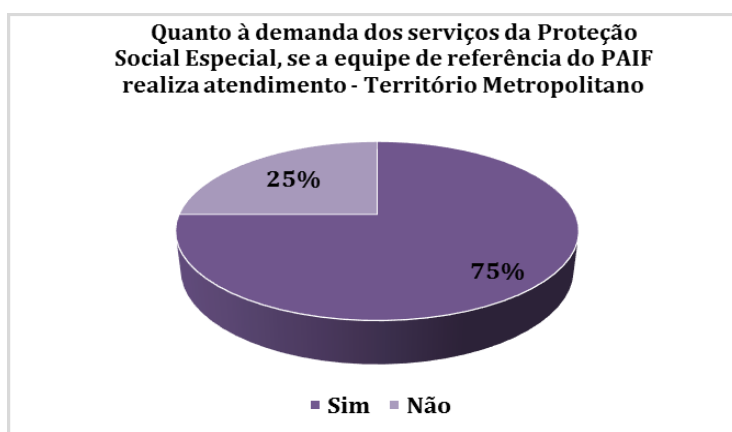
Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Observa-se no gráfico, que a maioria dos equipamentos utiliza como estratégia o lanche com 87,5%; em seguida vem os trabalhos manuais com 75% das respostas; seguindo, dessa forma, com as atividades culturais com 62,5% e as demais com 12,5%.

12.11- Atendimento quanto à demanda dos serviços da Proteção Social Especial

De acordo com as informações prestadas, a equipe de referência do PAIF dos equipamentos socioassistenciais, **CRAS Alegria, Simpatia, União, Esperança, Felicidade e Amor** realizam atendimento quanto a demanda dos serviços de proteção social especial. Por outro lado, os equipamentos **CRAS Igualdade e CRAS Paraíso**, informaram que não realizam os serviços já citados.

Gráfico 33: Demonstra se a equipe de referência do PAIF realiza atendimento dos serviços da Proteção social especial



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico demonstra que 75% das equipes de referência realizam atendimento da proteção social especial contra 25% que não realiza.

12.12- Quantitativo (média) dos Serviços da Proteção Social Especial que a equipe do PAIF atende.

Foi informado pela equipe técnica e/ou coordenação dos equipamentos socioassistenciais o seguinte:

CRAS Alegria (de 01 a 10 usuários): atendeu medidas socioeducativas, abuso sexual de crianças/adolescentes, violência doméstica, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de acolhimento.

CRAS Esperança (de 01 a 10 usuários): atendeu medidas socioeducativas, violência doméstica, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de acolhimento

CRAS Amor (de 01 a 10 usuários): atendeu trabalho infantil, medidas socioeducativas, abuso econômico, pessoas em situação de rua. E de 11 a 40 usuários: abuso sexual de criança/adolescente e violência doméstica.

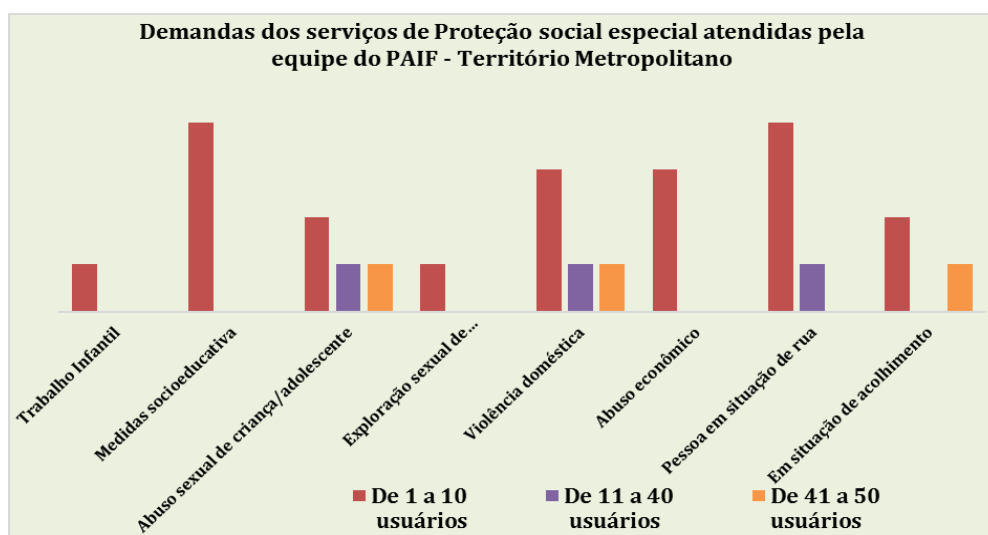
CRAS Simpatia (de 01 a 10 usuários): atendeu violência doméstica.

CRAS Igualdade (de 01 a 10 usuários): atendeu exploração sexual de criança /adolescente, abuso econômico. E ainda, (de 11 a 40 usuários): pessoas em situação de rua e pessoas em situação de acolhimento, e (de 41 a 50) usuários: abuso sexual de criança/adolescente, violência doméstica.

CRAS União (de 01 a 10 usuários), medidas socioeducativas, abuso sexual de criança/adolescente, abuso econômico e pessoas em situação de rua.

Obs.: Dois equipamentos não informaram esta questão, o **CRAS Paraíso** e o **Felicidade**.

Gráfico 34: Demonstra as demandas da proteção social especial atendidas pela equipe do PAIF



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Verifica-se que as medidas socioeducativas, pessoa em situação de rua; seguida de violência doméstica e abuso econômico são as demandas mais atendidas pela equipe do PAIF no que concerne as demandas da proteção social especial conforme demonstrado no gráfico:

De 1 a 10 usuários: trabalho infantil (1 resposta); medidas socioeducativas (4 respostas); abuso sexual de crianças/adolescentes (2 respostas); exploração sexual de criança/adolescente (1 resposta); violência doméstica (3 respostas), abuso econômico (3 respostas); pessoa em situação de rua (4 respostas); em situação de acolhimento (2 respostas).

De 11 a 40 usuários: abuso sexual de criança/adolescente (1 resposta); violência doméstica (1 resposta); pessoa em situação de rua (1 resposta).

De 41 a 50 usuários: abuso sexual de criança/adolescente (1 resposta); violência doméstica (1 resposta); e pessoas em situação de acolhimento (1 resposta)

13- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

Um dos eixos estruturantes do SUAS é a matricialidade sociofamiliar, que evidencia o foco das ofertas da política de assistência na proteção à família. Assim, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), os serviços socioassistenciais, como o SCFV, visam contribuir com o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, prevenindo a ocorrência e o agravamento de violações de direitos entre os seus membros.

O PAIF é um serviço imprescindível na proteção social básica, assegura a matricialidade sociofamiliar com finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, conforme Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, menciona:

O PAIF, reconhecendo a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas, tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária uma das garantias afiançadas pela PNAS (2004) e somente pode ser ofertado pelo poder público, por meio da equipe de referência do CRAS (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, 2009, p.32)

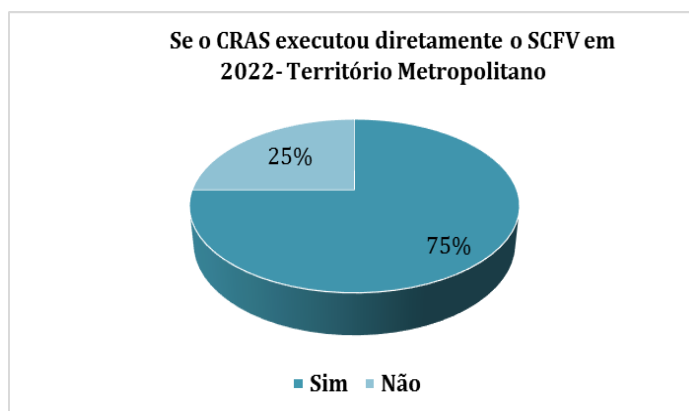
Dessarte, como serviço essencial da proteção básica, o SCFV deve manter articulação direta com o PAIF, bem como outros serviços ofertados nessa proteção social.

13.1- Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em 2022

No **Território Metropolitano**, quanto a execução do serviço, dos 8 (oito) equipamentos socioassistenciais, 06 (seis) executaram o SCFV em 2022 são eles: **CRAS União, Igualdade, Simpatia, Amor, Paraíso e Alegria**. E o quantitativo de usuários atendidos são os seguintes: **CRAS Igualdade** 603 (seiscentos e três) usuários, **CRAS Simpatia** 30 (trinta) usuários, **CRAS Paraíso** 815 (oitocentos e quinze) usuários e **Alegria** 188 (cento e oitenta e oito) usuários atendidos em 2022.

Contudo, os **CRAS União e Esperança** não executaram o SCFV, e os **CRAS União e Amor** não souberam informar o quantitativo dos usuários atendidos.

Gráfico 35: Demonstra se o CRAS executou o SCFV em 2022



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

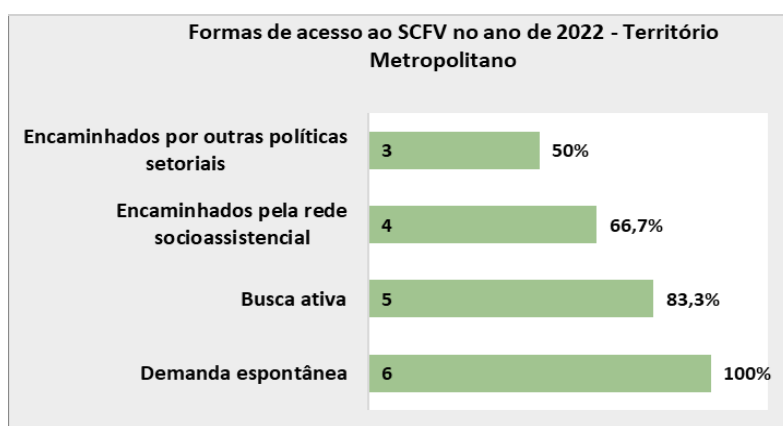
Conforme o gráfico, 75% dos equipamentos do referido território atenderam o SCFV, enquanto que 25% não executou.

13.2- Formas de acesso ao SCFV

O **CRAS União** tem como forma de acesso a demanda espontânea, o **CRAS Igualdade**, **CRAS Amor** e **CRAS Paraíso** além da demanda espontânea também através da busca ativa, encaminhados pela rede socioassistencial e encaminhados por outras políticas setoriais. O **CRAS Simpatia** através da demanda espontânea e busca ativa e o **CRAS Alegria** por demanda espontânea, busca ativa bem como por encaminhamento de outras políticas setoriais

Ressalta-se que os equipamentos **CRAS Felicidade e Esperança** não responderam esse item, por terem informado que não executaram o SCFV em 2022.

Gráfico 36: Demonstra as formas de acesso ao SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

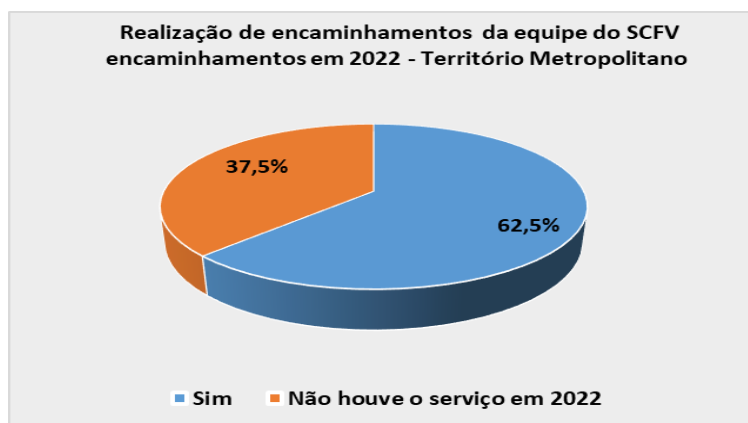
Dos 6 (seis) equipamentos que executaram o serviço em 2022, o gráfico aponta que todos têm como forma de acesso a demanda espontânea, equivalendo 100%. Seguindo com a busca ativa com 83,3%; encaminhados pela rede socioassistencial 66,7%; e 50% encaminhados por outras políticas setoriais.

13.3- Encaminhamentos realizados em 2022

Em relação aos encaminhamentos, o **CRAS Alegria e CRAS Igualdade** realizaram encaminhamento, para a rede setorial de políticas públicas. O **CRAS Paraíso e CRAS Amor** realizaram encaminhamentos para a rede socioassistencial bem como para a rede setorial de políticas públicas e o **CRAS Simpatia** realizou para a rede socioassistencial.

No entanto, o **CRAS Esperança, Felicidade** não executaram o serviço em 2022 e o **CRAS União** informou que não realizou encaminhamentos no ano de 2022.

Gráfico 37: Demonstra se houve realização de encaminhamentos da equipe do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Segundo o gráfico, 62,5% responderam que sim para a realização de encaminhamentos do SCFV contra 37,5% que responderam que não realizaram no ano mencionado.

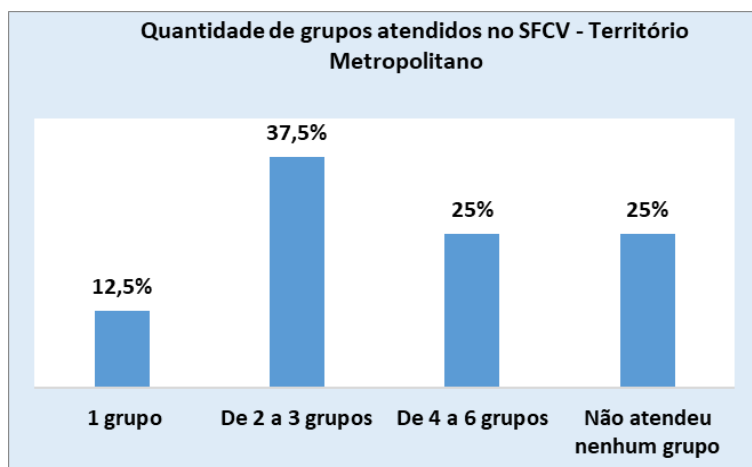
13.4- Quantidade de grupos atendidos no SCFV em 2022

Em 2022, o **CRAS Igualdade, Simpatia e Alegria** informaram que atenderam de 02 a 03 grupos. Enquanto que o **CRAS Amor e o CRAS Paraíso**, atenderam de 04 a 06 grupos. Já o **CRAS União**, apenas 01(um) grupo. Ressalta-se que os equipamentos **CRAS Felicidade e CRAS Esperança** não atenderam nenhum grupo no ano mencionado.

E sobre a quantidade de grupos pelos quais o orientador é responsável, houve resposta de quatro (4) equipamentos: **CRAS União, CRAS Alegria e CRAS Paraíso**, os quais citaram 01 (um) grupo por orientador. Já o **CRAS Amor** informou de 02 a 03 grupos.

Ressaltando que os equipamentos **CRAS Felicidade, Igualdade, Simpatia e Esperança** não informaram esta questão.

Gráfico 38: Demonstra a média de atendimentos pela equipe do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico demonstra que 37,5% atendeu de 2 a 3 grupos; 25% atendeu de 4 a 6 grupos; 25% não atendeu nenhum grupo; e ainda 12,5% apenas 1 grupo.

13.5- A existência de rede referenciada para oferta do SCFV

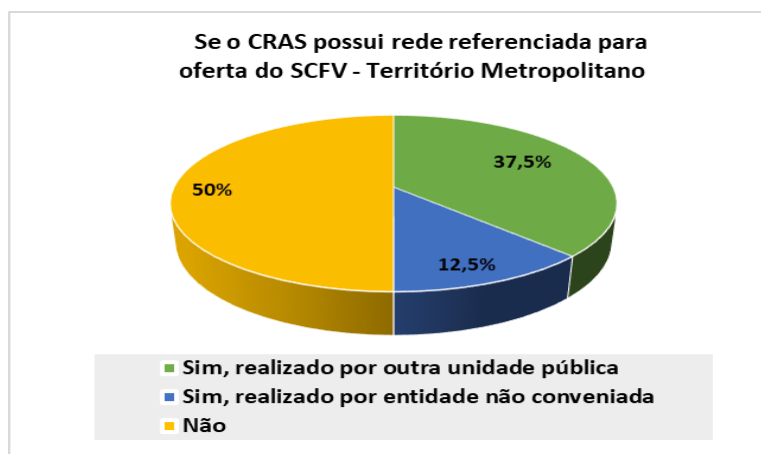
Conforme mencionado no caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009), o SCFV pode ser ofertado diretamente nos CRAS ou em Centros de Convivência, que são instituições públicas, ou indiretamente em instituições vinculadas as entidades de assistência social, devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social dos municípios. Cabe destacar que o CRAS se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS, desta forma o SCFV deve estar vinculada ao CRAS e articulado com o serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF).

Neste sentido, no **Território Metropolitano** apenas 4 (quatro) equipamentos possuem rede referenciada para oferta do SCFV, quais sejam: **CRAS Felicidade**, no entanto, foi realizado por outra unidade pública, uma vez que houve mudança de endereço do equipamento e foi ofertado para o público demandante do Conselho Tutelar, a partir dos 06 anos de idade. O **CRAS Igualdade**, também é realizado por outra unidade pública, que ofertam o serviço para pessoas idosas de 60 anos ou mais.

Neste seguimento está o **CRAS Simpatia**, que o serviço é realizado por entidade não conveniada, os quais ofertam o serviço para adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas de 60 anos ou mais. E ainda, o **CRAS Paraíso**, onde o serviço é realizado por outra unidade pública, que ofertado para crianças de 07 a 14 anos; adolescentes de 15 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas de 60 anos ou mais.

Ressaltando que o **CRAS União**, **CRAS Amor**, **CRAS Esperança** e **CRAS Alegria** não possuem rede referenciada para oferta do SCFV.

Gráfico 39: Demonstra se há rede referenciada para oferta do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 37,5% dos equipamentos do território mencionado possuem rede referenciada para oferta do SCFV, realizado por outra unidade pública, isso soma-se com 12,5% que é realizado por entidade não conveniada. Contudo, 50% não possui rede referenciada para a oferta do serviço.

13.6- Quantidade de usuários em situação prioritária inseridos no SCFV em 2022, conforme descrito na Resolução CIT n. 01/2013

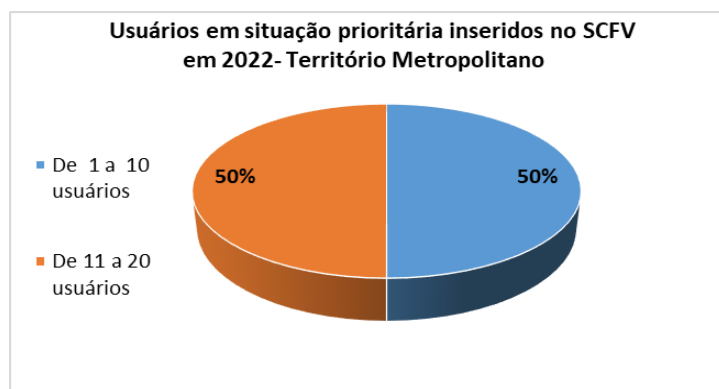
Conforme Resolução da Comissão Intergestores Tripartite nº 01 datada em 21/03/2013 que trata sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário, sendo estes: crianças, adolescentes e pessoas idosas: em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e, ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ ou exploração sexual; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

As crianças que constituem o público prioritário para o atendimento no SCFV são as que foram identificadas em situação de violência ou risco de violações de direitos. O seu encaminhamento ao SCFV costuma ser em decorrência disso, com o propósito de oferecer a elas proteção social, de modo a reduzir as chances de que essas e outras situações voltem a ocorrer ou de que sejam agravadas.

Em relação ao quantitativo de usuários em situação prioritária, 06 (seis) equipamentos informaram o seguinte: **CRAS União, Simpatia e Amor** apresentaram de 01 a 10 usuários, já os equipamentos **CRAS Igualdade, Paraíso e Alegria** apresentaram a quantidade de 11 a 20 usuários na situação mencionada e inseridos no serviço.

Contudo, não houve resposta, referente a questão do **CRAS Felicidade e CRAS Esperança** em virtude de não executarem o serviço em 2022

Gráfico 40: Representa a quantidade de usuários em situação prioritária do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

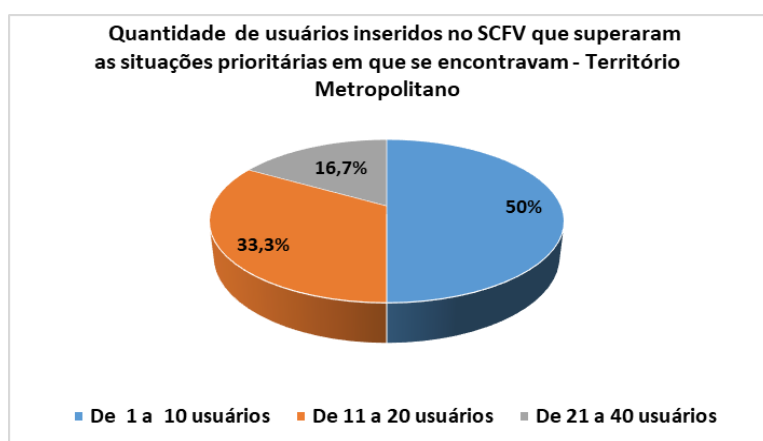
Segundo o gráfico, das 6 (seis) unidades CRAS que executaram o serviço em 2022, 50% das respostas consideram um quantitativo de 1 a 10 usuários atendidos no serviço em situação prioritária; o mesmo valor de 50% para o quantitativo de 11 a 20 usuários.

13.7- Quantidade de usuários inseridos no SCFV que superaram as situações prioritárias em que se encontravam

Sobre esse quantitativo de usuários, seis (06) equipamentos responderam o seguinte: **CRAS União, Simpatia e Amor**, informaram o quantitativo de 01 a 10 usuários que superaram as situações prioritárias. E as unidades **CRAS Paraíso e Alegria** responderam a média de 11 a 20 usuários. O **CRAS Igualdade** respondeu a média aproximada de 21 a 40 usuários, que superaram as situações prioritárias anteriores ao serviço prestado.

Lembrando que, o **CRAS Felicidade e Esperança** não informaram, em virtude de não terem executado o serviço no ano em referência.

Gráfico 41: Representa a quantidade de usuários que superaram as situações prioritárias



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Dos 6 (seis) equipamentos que executaram o serviço em 2022, o gráfico demonstra a média de 1 a 10 usuários equivalente a 50% que conseguiram superar as situações prioritárias as quais se encontravam antes do serviço; 33,3% a média de 11 a 20 usuários conseguiram superar as situações; e 16,7% a média de 21 a 40 usuários que superaram as condições

mencionadas. Ressaltando que dos 8 (oito) equipamentos, 2 (dois) não executou o serviço em 2022 e a porcentagem está de acordo com as seis unidades que realizaram o serviço.

13.8- Construção de Parecer Técnico elaborado pela equipe de nível superior do CRAS, aos usuários em situação prioritária

Conforme o Caderno de Orientações⁴, o acompanhamento no âmbito do serviço, deve ser executado por profissionais de nível superior, com base em pressupostos éticos, diretrizes teórico-metodológicas, conhecimento do território e das famílias que ali residem.

Além disso, no caderno de Orientações Técnicas PAIF é mencionado também a quem se destina o acompanhamento familiar do serviço, bem como a atenção especial que o profissional do equipamento deve ter com esse usuário, a saber:

O acompanhamento familiar do PAIF é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, risco social ou violação de direitos que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 55)

Neste sentido, conforme Orientações Técnicas do SCFV, quando constatada a situação de negligência, além de encaminhar os usuários ao SCFV, os profissionais também devem acionar a rede de proteção e defesa de direitos, tais como Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros, para que a situação seja apurada, bem como para que as autoridades competentes viabilizem as medidas capazes de resolver o problema.

Dada a necessidade do acompanhamento do público prioritário, de acordo com as Orientações Técnicas Sobre o PAIF⁵, é necessária a elaboração de um plano que deve conter: o registro dos encontros; as intervenções a serem realizadas com as famílias reunidas em grupo, as ações (coletivas ou particularizadas do PAIF) de interesse de cada família, a periodicidade das mediações com os profissionais que as acompanham e, no decorrer do acompanhamento, o gradual cumprimento dos objetivos estabelecidos, as respostas dadas pelo poder público, as adequações que o processo de acompanhamento pode requerer, a efetividade da intervenção, as aquisições alcançadas, etc. E caso, ocorra a necessidade de encaminhamentos o profissional, terá o registro e o seu parecer técnico sobre a demanda atendida.

Dito isto, no **CRAS União, Simpatia, Paraíso** todos os usuários em situação prioritária possuem parecer técnico elaborado pela equipe de nível superior. O **CRAS Felicidade**, apesar de não ter desenvolvido o serviço em 2022, informou também que todos os usuários possuem o parecer mencionado. No entanto, no **CRAS Igualdade** os usuários não possuem o parecer técnico, em virtude da unidade não possui equipe técnica suficiente, e ainda insuficiência de estrutura operacional (equipe, veículo, estrutura física, material), e ausência de material de orientação do público atendido. No **CRAS Amor e Alegria**, os usuários também não

⁴ CADERNO DE ORIENTAÇÕES. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica.

⁵ Orientações Técnicas Sobre o PAIF, Vol. 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 2012.

possuem o parecer técnico, aquele em razão da insuficiência de estrutura operacional, ou seja, equipe, veículo, estrutura física e material, e o último justificou que só realiza quando há demanda judicial.

Na unidade **CRAS Esperança**, os usuários na situação mencionada, não possuem o parecer técnico, todavia, não foi justificado o motivo, apenas que não houve o serviço em 2022.

13.9- Dificuldades encontradas para a operacionalização do serviço

Dentre as dificuldades mencionadas pelos técnicos/coordenação dos equipamentos em relação ao serviço de SCFV estão:

CRAS União: insuficiência de recursos humanos (técnico de referência); insuficiência de recursos humanos (orientador); insuficiência de recursos humanos (facilitador); e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros

CRAS Felicidade: falta de local apropriado; e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros.

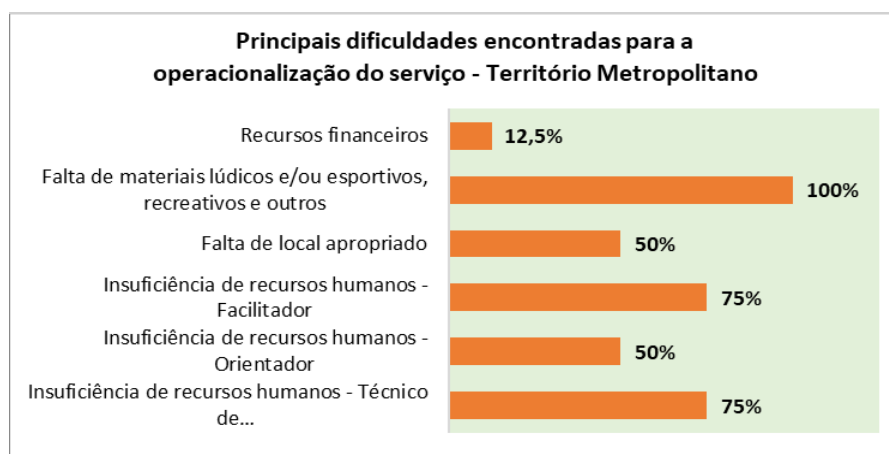
CRAS Igualdade, CRAS Esperança e CRAS Simpatia: insuficiência de recursos humanos (técnico de referência); insuficiência de recursos humanos (orientador); insuficiência de recursos humanos (facilitador); e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros.

CRAS Amor: insuficiência de recursos humanos (facilitador); falta de local apropriado; e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros

CRAS Paraíso: insuficiência de recursos humanos (técnico de referência); falta de local apropriado; e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros

CRAS Alegria: insuficiência de recursos humanos (técnico de referência); insuficiência de recursos humanos (facilitador); falta de local apropriado; e falta de materiais lúdicos e/ou esportivos, recreativos e outros.

Gráfico 42: Demonstra as dificuldades encontradas para a execução do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Verifica-se que todos os equipamentos consideram a falta de materiais lúdicos e/ou esportivos recreativos e outros como principal dificuldade com 100%. Seguindo com insuficiência de recursos humanos (técnico de referência), com 75%; e também insuficiência de recursos humanos (facilitador) com 75%; o outro informado é a falta de local apropriado com 50%; e ainda insuficiência de recursos humanos (orientador) com 50% bem como recursos financeiros com 13%.

Ressalta-se que embora, dois dos equipamentos não tenham executado o serviço em 2022, responderam à questão. Sugere-se que “as dificuldades” elencadas tenham sido o motivo da não execução do serviço. Dessa forma, a porcentagem foi baseada nos 8 (oito) equipamentos e não apenas nos 6 (seis) que realizaram o serviço.

13.10- O conhecimento do orientador sobre o seu papel nos grupos, conforme a Resolução CNAS Nº 09, de 15 de abril de 2014

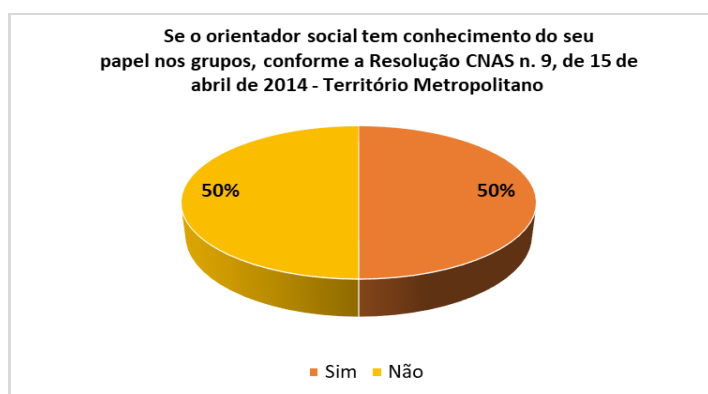
Conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, no art.4º, II é mencionado que o orientador social tem as seguintes atribuições:

a) desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; b) desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; c) assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; d) apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; e) atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; f) apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; g) apoiar e participar no planejamento das ações; h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; p) apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; q) apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; r) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; s) desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; t) apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; u) informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de

intermediação de mão de obra; v) acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos) apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas (RESOLUÇÃO Nº 9, CNAS, 2014).

Destarte, no **Território metropolitano**, no **CRAS Felicidade, Amor, Paraíso e Alegria** o orientador tem conhecimento sobre sua função de acordo com a resolução do CNAS já mencionada. Entretanto, quatro (04) equipamentos: **CRAS União, Igualdade, Simpatia e Esperança** informaram que, o orientador não possui o conhecimento sobre o seu papel nos grupos.

Gráfico 43: Demonstra o conhecimento sobre o papel do orientador nos grupos (Resolução CNAS Nº 09, de 15 de abril de 2014)



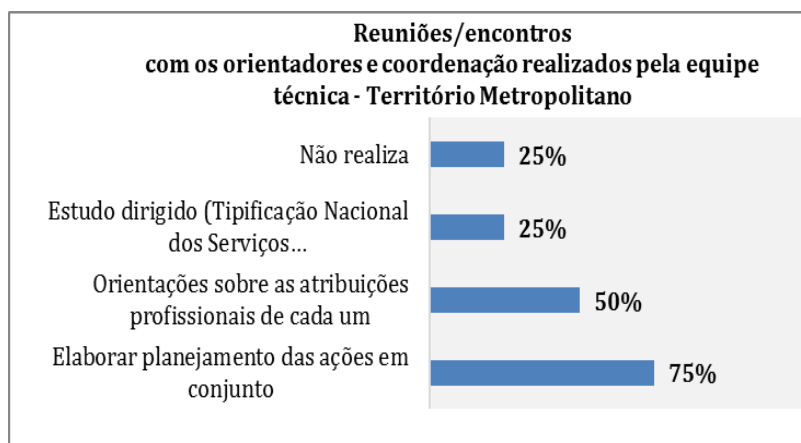
Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, dos oito equipamentos, 50% informaram que o orientador tem conhecimento do seu papel nos grupos, entretanto 50% respondeu que não tem o conhecimento.

13.11- Realização de reuniões/encontros entre equipe técnica com os orientadores e coordenação

CRAS Alegria e Simpatia, realizam reuniões para elaborar planejamento das ações em conjunto. Neste seguimento, o **CRAS Paraíso e Felicidade** realizam para elaborar planejamento das ações em conjunto; orientações sobre as atribuições profissionais de cada um; e estudo dirigido (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, caderno de perguntas frequentes, concepção de convivência e fortalecimento de vínculos etc.). E o **CRAS Amor e União** realizam para elaborar planejamento das ações em conjunto; e orientações sobre as atribuições profissionais de cada um. Contudo, o **CRAS Esperança e Igualdade** informaram que não realizam as reuniões mencionadas.

Gráfico 44: Representa as reuniões/encontros entre equipe técnica com os orientadores e coordenação



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Dentre as respostas dos 8 (oito) equipamentos, 75% realiza as reuniões/encontros para elaborar planejamento das ações em conjunto; 50% para orientações sobre as atribuições profissionais de cada um; 25% para e estudo dirigido (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, caderno de perguntas frequentes, concepção de convivência e fortalecimento de vínculos etc.), contudo, 25% respondeu que não realiza as reuniões.

13.12- Execução das ações de acordo com os eixos norteadores do SCFV (Convivência, Participação Social, Direito de Ser)

As ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as Orientações Técnicas do SCFV, devem ser norteadas pelos seguintes eixos: a participação, a convivência social e o direito de ser, conforme explica Medeiros (2023):

*A **convivência social** é considerada o principal eixo do SCFV, por traduzir a essência dos serviços da Proteção Social Básica e promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações e atividades estimulam o convívio social e familiar, o sentimento de pertença, a formação da identidade, a construção de novos projetos de vida, etc.*

*Já o **direito de ser**, estimula o exercício da infância e da adolescência, por meio de atividades que promovem a troca de experiências, e potencializam a vivência em cada ciclo de vida.*

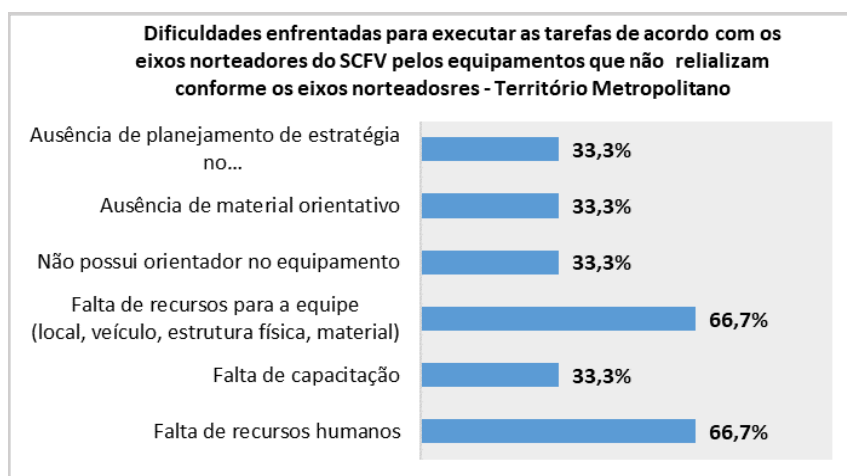
*Por fim, a **participação**, através da oferta de atividades do SCFV, busca estimular a participação dos usuários nos diversos espaços de controle social, e através da família, comunidade e escola, assegurando dessa forma o seu papel como sujeito de direitos e deveres (MEDEIROS, 2023).*

Destarte, a partir desses eixos é que são realizados os encontros dos grupos, bem como as atividades socioeducativas trabalhadas.

Neste sentido, no **Território Metropolitano**, quanto a execução das ações mencionadas, cinco (05) equipamentos executam suas ações conforme eixos norteadores do SCFV (**CRAS União, Felicidade, Simpatia, Amor e Alegria**). Entretanto os **CRAS Esperança, Paraíso e Igualdade**, não conduziram suas ações conforme estrutura orientada pelo SCFV (Convivência, Participação Social, Direito de Ser). Principalmente por apresentaram as dificuldades seguintes: **CRAS Esperança**: falta de recursos humanos; falta de capacitação; falta de recursos para a equipe (local, veículo, estrutura física, material) e Ausência de material orientativo. O **CRAS Paraíso**: Falta de recursos humanos; e Falta de recursos para a

equipe (local, veículo, estrutura física, material). E o **CRAS Igualdade** pelo fato de não possuir orientador no equipamento, logo, pela falta de recursos humanos.

Gráfico 45: Demonstra as dificuldades para execução das tarefas conforme os eixos norteadores do SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, dos 8 (oito) equipamentos do **Território Metropolitano**, 3 (três) responderam que não executam suas ações, conforme eixos norteadores do SCFV, em razão das seguintes dificuldades: 66,7 pela falta de recursos humanos; 66,7% pela falta de recursos para a equipe (local, veículo, estrutura física e material); 33,3% ausência de material orientativo; 33,3% por falta de capacitação; e ainda 33,3% por ausência de planejamento de estratégia no território.

13.13- Avaliação com as famílias através da observação dos resultados e impactos do SCFV

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelece que o monitoramento e avaliação dos serviços são meios de aferir, aperfeiçoar e aprimorar o conhecimento sobre os componentes que fazem parte desta política pública.

Sendo assim, monitorar e avaliar é fundamental para garantir a qualidade do trabalho no SCFV. O serviço tem uma intenção principal, que é a de fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos participantes.

E para isso, conforme o Caderno de Orientações Técnicas do SCFV, o serviço promove momentos de convivência com conversações e atividades que estimulam competências pessoais e relacionais na intenção de prevenir e/ou proteger os participantes de rupturas de vínculos. Logo, a importância ao longo do fazer profissional, verificar se o objetivo do serviço está de fato acontecendo, ou seja, é necessário avaliar o trabalho realizado junto aos usuários.

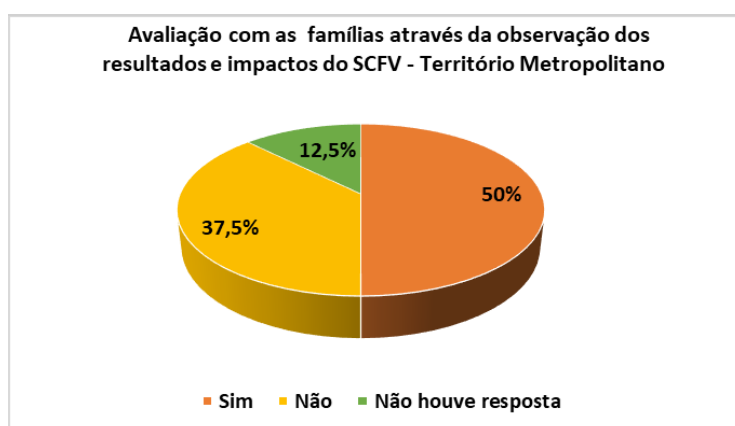
Em relação a avaliação com as famílias no SCFV, no **CRAS União e Amor**, as equipes não realizaram, todavia responderam que foram identificadas as potencialidades destas famílias atendidas. Contudo, no **CRAS Igualdade, Paraíso, Alegria e Simpatia**, as equipes de referência realizaram avaliação com as famílias e, portanto, obtiveram os seguintes resultados

alcançados: fortalecimento do convívio familiar e comunitário; acesso a serviços, programas e projetos; houve superação de risco social ou pessoal; e superação das fragilidades.

Por outro lado, o **CRAS felicidade** não respondeu à questão, ressalta-se que no ano mencionado, não foi executado o SCFV na unidade. Neste mesmo viés o **CRAS Esperança**, no entanto, respondeu que não realizou avaliação com as famílias, bem como não executou o serviço em 2022.

Sendo assim, verificou-se que, com exceção do **CRAS Esperança**, todos os outros equipamentos identificaram potencialidades nas famílias durante a execução do serviço, mesmo aqueles que não realizaram avaliação.

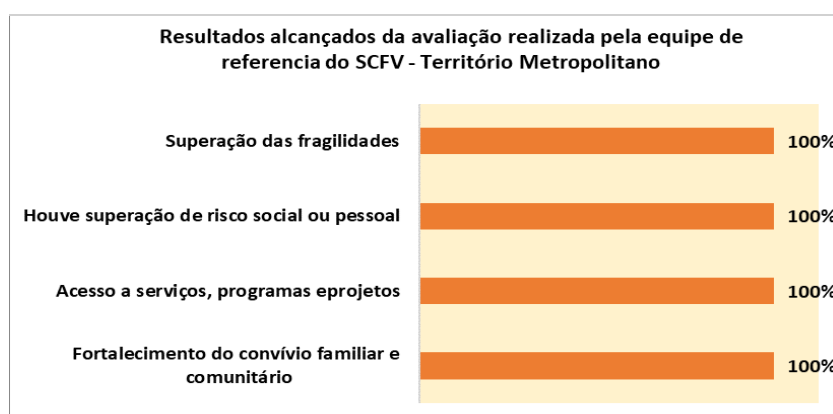
Gráfico 46: Demonstra a realização de avaliação com as famílias no SCFV (observando resultados e impactos).



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Verifica-se que 50% dos equipamentos realizam a avaliação com as famílias através da observação dos resultados e impactos; 37,5% não realiza; e 12,5% não respondeu (não executou o serviço em 2022).

Gráfico 47: Demonstra o resultado da avaliação com as famílias no SCFV



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

A resposta dos 4 (quatro) equipamentos que realizaram avaliação é de 100% para cada item, conforme o gráfico demonstra, ou seja, todos obtiveram os mesmos resultados alcançados na avaliação.

13.14- Técnico de referência para tratar das questões relacionadas ao SCFV

13.14.1- Quadro 3 – Técnicos de referência do SCFV do Território Metropolitano

Unidade/ referência	Técnico de	E-mail	Função/vínculo	Contato
CRAS Felicidade Miqueias Serrão Marques		serraosms@gmail.com	Sociólogo/efetivo	(96)99813482 15
CRAS Igualdade Keila Gouveia		-	Psicóloga/efetiva	-
CRAS Simpatia - Marciony Ribeiro Nascimento. - Meiri Rosi Carvalho dos Santos		marciony999@gmail.com bey-carvalho@hotmail.com	Socióloga Assistente Social	(96) 981357934 (96) 991098050
CRAS Amor - Rubiele de Abreu Oliveira. - Laudirene Vieira Pires		-	Socióloga/efetiva Educadora social/efetiva	-
CRAS Paraíso - Frankeila Sanches - Fernanda Martins de Souza. - Rafael Garcia - Cilene Coutinho de Souza. - Adilailson Oliveira de Sousa - Anderson Machado -Josiane Soares Fagunde		Não foi informado	Pedagoga/contrato Assistente Social/contrato Psicólogo/contrato Nível superior/ efetivo Monitor/contrato Monitor/contrato Monitor/contrato	
CRAS Alegria Elizângela Barbosa Pereira		Não foi informado	Assistente Social/efetiva	

Obs.: Ressalta-se que o **CRAS União** não possui equipe exclusiva do SCFV, são técnicos que executam os outros serviços do equipamento e o **CRAS Esperança** não possui equipe de referência, visto que o serviço não está sendo executado no equipamento.

14- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas além de ser relevante na proteção social básica, objetiva o seguinte:

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.16).

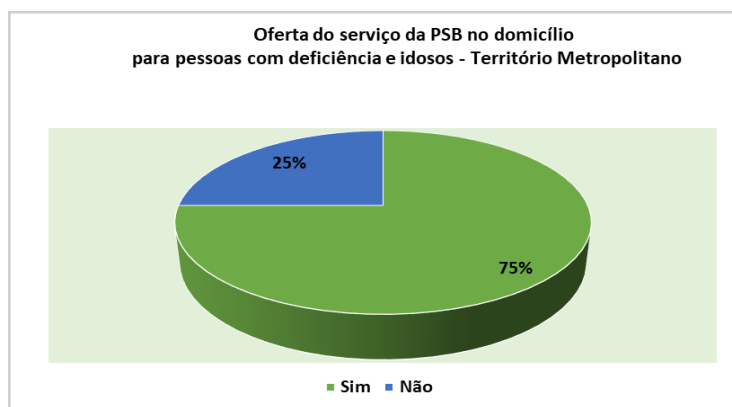
Desta forma, a oferta do Serviço no ambiente do domicílio considera que pessoas idosas e pessoas com deficiência podem apresentar vulnerabilidades sociais, inclusive associadas a

barreiras atitudinais e/ou sociogeográficas, à dependência de cuidados de terceiros ou à mobilidade limitada, que dificultam ou impedem a adesão, o acesso ou a participação regular nos serviços ofertados nos espaços/unidades do SUAS e no território, de maneira geral.

14.1- Oferta do serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas

Em relação ao serviço da PSB, verificou-se que quase todos os equipamentos do **Território Metropolitano (União, Paraíso, Amor, Alegria, Simpatia e Esperança)** executam, com a exceção do **CRAS Felicidade** e o **Igualdade**, os quais informaram que não executam pelos seguintes motivos: falta de recursos humanos; ausência de estrutura para deslocamento da equipe; falta de capacitação; e ausência de orientação técnica. E ainda a falta de transporte por parte do **CRAS Felicidade**.

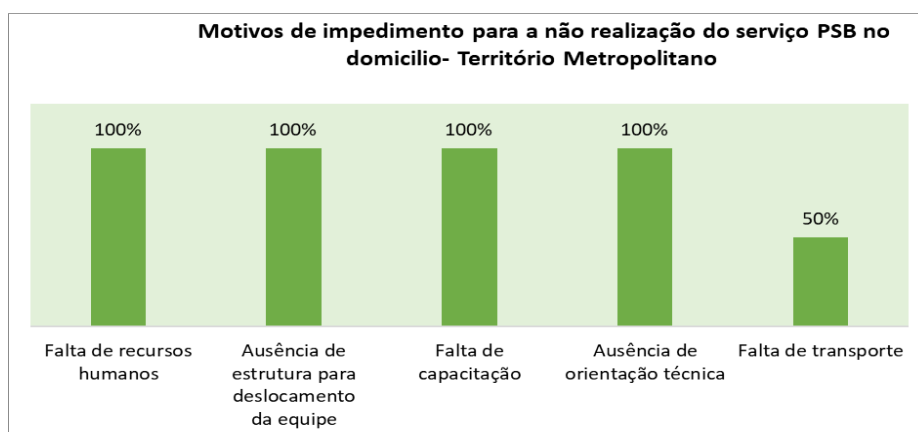
Gráfico 48: Demonstra a execução da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico demonstra que 75% dos equipamentos ofertam o serviço da PSB no domicílio para pessoa com deficiência e idosos, porém 25% não executa.

Gráfico 49: Apresenta os motivos da não execução do serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, os dois 2 (dois) equipamentos que não executam o serviço, praticamente informaram os mesmos motivos, assim totalizando o percentual de 100% para cada motivo e 50% para um equipamento, que informou, ainda, a falta de transporte.

14.2- Formas de acesso do usuário ao serviço da PSB em domicílio

Em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), é mencionado quanto ao usuário do serviço:

Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial: Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; Membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.17)

Além disso, a forma de acesso ao serviço se dão através de encaminhamentos realizados pelos CRAS ou pela equipe técnica de referência da Proteção Social Básica do município ou DF (IDEM, p.19).

Destarte, no **Território Metropolitano**, as formas de acesso ao serviço pelos usuários de acordo com cada equipamento é o seguinte:

No **CRAS União** prevalece a denúncia e demanda espontânea. E no **CRAS Simpatia** a busca ativa; demanda espontânea e encaminhamento da rede socioassistencial. E nos demais equipamentos (**CRAS Amor, CRAS Paraíso, CRAS Esperança e CRAS Alegria**) ocorre a denúncia, demanda espontânea, encaminhamentos da rede socioassistencial e encaminhamentos de outras políticas setoriais.

Obs.: Ressalta-se que o **CRAS Felicidade** não executou o serviço mencionado, porém, salientou que existe uma demanda grande na unidade. Da mesma forma está o **CRAS Igualdade** o qual não realiza o serviço.

14.3- Perfil das demandas atendidas com pessoas idosas e o quantitativo de acompanhamento pela equipe técnica no SPB no domicílio

Conforme o Caderno de Orientações Técnicas da Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosa, o serviço tem como público-alvo pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial os Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e/ou Membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

De acordo com as informações dos técnicos/coordenações, no **Território Metropolitano**, o perfil das demandas atendidas com as pessoas idosas são os seguintes:

No **CRAS Alegria, Esperança, Amor e Felicidade** há predominância de maus tratos; abandono; apropriação indébita de vencimentos; violência física; isolamento social; conflito intrafamiliar; conflito intergeracional e reduzida mobilidade. Nos demais equipamentos como o **CRAS União**; a predominância de maus tratos; abandono; apropriação indébita de vencimentos e reduzida mobilidade. No **CRAS Simpatia**, a presença de abandono;

apropriação indébita de vencimentos; isolamento social; conflito intrafamiliar e conflito intergeracional. E no **CRAS Paraíso**, o isolamento social, conflito intrafamiliar e reduzida mobilidade.

Em relação ao quantitativo de pessoas idosas que foram acompanhadas pela equipe técnica no ano de 2022, segue o seguinte: o **CRAS União** atendeu 04 (quatro) pessoas; o **CRAS Simpatia**: 15 (quinze) usuários; **CRAS Paraíso**: 137 (cento e trinta e sete) usuários; **CRAS Esperança**: 25 (vinte e cinco) usuários; **CRAS Alegria**: 06 (seis) usuários e **CRAS Amor**: 03 (três) usuários. O **CRAS Felicidade** e o **CRAS Igualdade** relataram zero atendimentos em virtude de não realizarem o serviço.

Obs.: O **CRAS Igualdade** não executou o Serviço de Proteção Social Básica no ano de 2022 e o **CRAS Felicidade** informou que não executa, entretanto existe uma demanda grande desse público.

14.4- Perfil das demandas atendidas com pessoas com deficiência e o quantitativo de acompanhamento pela equipe técnica no SPB no domicílio

O equipamento **CRAS Alegria** informou entre os perfis: maus tratos, abandono, apropriação indébita de vencimentos, violência física, isolamento social, conflito intrafamiliar, conflito intergeracional e reduzida mobilidade. O **CRAS Esperança**, informou somente maus tratos. O **CRAS Paraíso** relatou apropriação indébita, conflito intrafamiliar e reduzida mobilidade. O **CRAS Amor**, informou: maus tratos, abandono, violência física, isolamento social, conflito intrafamiliar, conflito intergeracional e reduzida mobilidade. Neste seguimento, o **CRAS Simpatia** informou dentre o abandono, isolamento social e conflito intrafamiliar. E ainda, o **CRAS Felicidade**, informou isolamento social, conflito intrafamiliar, conflito Inter geracional e reduzida mobilidade. O **CRAS União** relatou, maus tratos, abandono, apropriação indébita de vencimentos e reduzida mobilidade.

E sobre o quantitativo de pessoas com deficiência que foram acompanhadas pela equipe técnica no ano de 2022, ocorreu o seguinte: houve no **CRAS União** 03 (três) atendimentos; no **CRAS Simpatia** 05 (cinco); no **CRAS Amor** 04 (quatro); **CRAS Paraíso** 24 (vinte e quatro); **CRAS Esperança** 03 (três) e **CRAS Alegria**: 10 (dez) atendimentos.

Obs.: Ressalta-se que o **CRAS Igualdade** não executou o serviço no ano de 2022 e o **CRAS Felicidade** informou que não executa o serviço, entretanto relatou que existe uma demanda grande desse público.

14.5- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU para os usuários em acompanhamento no serviço

De acordo com o caderno de **Orientações Técnicas do PSB para pessoas com deficiência e idosa**, o **Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU** é o instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas, com linguagem acessível e objetiva, a partir dele é que serão identificados os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e as potencialidades do usuário.

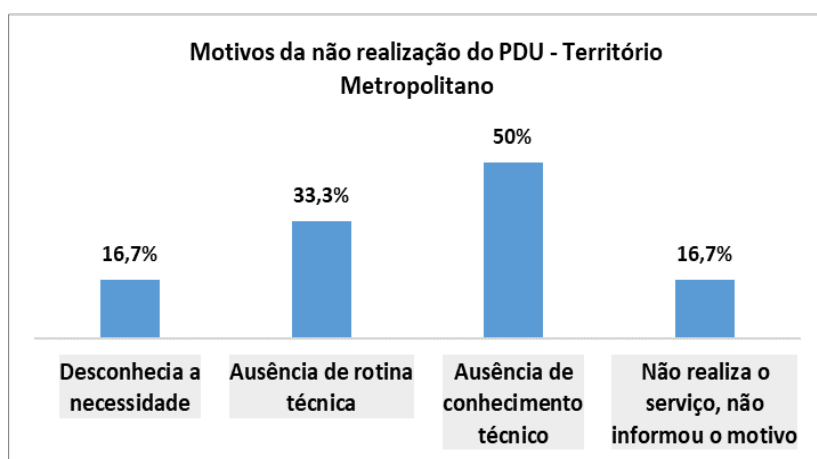
Na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário, é essencial atentar-se para o respeito à autonomia dos usuários. Por vezes, para avançar no desenvolvimento do

PDU, faz-se necessário pactuar ações ou intervenções profissionais conjuntas com outros serviços socioassistenciais, com outras políticas públicas e se for o caso, com órgãos de defesa de direitos. Nessa direção, na elaboração do Plano, é decisivo valorizar e reconhecer os recursos e potencialidades da pessoa, da família e do território (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO PSB, p.91).

Dentre os oito (08) equipamentos, apenas o **CRAS Felicidade e o CRAS Paraíso** utilizaram o PDU. Os equipamentos **CRAS União, CRAS Simpatia e CRAS Amor** informaram que não elaboraram o plano em decorrência da ausência de conhecimento técnico. O **CRAS Esperança e Amor**, indicaram a ausência de rotina técnica. E o **CRAS Alegria** relatou que não elabora o plano por desconhecer a necessidade.

Obs.: CRAS Igualdade não realizou o serviço no ano de referência.

Gráfico 50: Demonstra o motivo de não realização do PDU para os equipamentos que não realizam o serviço



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Quando perguntados por que não utilizam o Plano de Desenvolvimento do Usuário, conforme gráfico, 50% ausência de conhecimento técnico, 33,3% ausência de rotina técnica, 16,7% desconhecia a necessidade e 16,7% não realiza o serviço e/ou não informou o motivo.

14.6- Formas de registro dos atendimentos realizados

O Registro Mensal de Atendimentos é um documento com informações relevantes acerca do volume de atendimento, que permite realizar a busca pelo atendimento de demandas postas pelas famílias referenciadas nos CRAS, dessa forma:

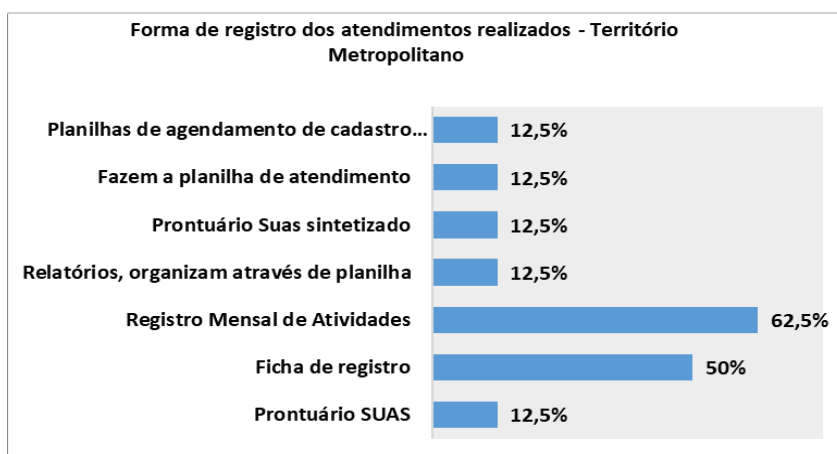
O Registro Mensal de Atendimentos é um sistema onde são registradas informações sobre o volume de atendimentos e alguns perfis de famílias e indivíduos atendidos/acompanhados nos CRAS. O registro das informações busca uniformizar os dados das atividades realizadas nas unidades CRAS em âmbito nacional e, dessa forma, proporcionar informações consistentes que contribuam para o desenvolvimento do sistema único de assistência social (SUAS). Na medida em que tais informações são retiradas mensalmente pelas unidades, é possível mapear a oferta de determinados serviços, quanto o volume de atendimento. (RELATÓRIO MENSAL DE ATENDIMENTO CRAS, 2018, p.3)

As informações, contidas a partir da alimentação dos relatórios no sistema RMA, permitem que a equipe de referência obtenha o mapeamento da oferta de serviços e o quantitativo de atendimentos, até mesmo de anos, anteriores para construir gráficos comparativos.

Dessa forma, o preenchimento do RMA registro de atendimento, permite ao profissional uma observação mais geral da situação familiar a partir dos serviços utilizados na rede. Que pode ser inclusão em programas de transferência de renda, existência de membros da família em medida de proteção (acolhimento) ou medida socioeducativa, entre outros aspectos, caracterizando inicialmente algumas vulnerabilidades familiares possíveis de serem identificadas nesse momento do atendimento.

Os equipamentos do **Território Metropolitano** (todos os oito) registraram os atendimentos realizados conforme segue: o **CRAS Alegria Esperança, Paraíso, Amor, Simpatia e Felicidade** realizaram através do registro mensal de atividades (sua principal forma de registro). Seguindo com a ficha de registro informado pelos equipamentos **CRAS Alegria, Amor, Simpatia e União**. E o **CRAS Amor** e o **CRAS Igualdade** realizaram através do Prontuário SUAS. O **CRAS Amor, Simpatia e Felicidade** realizaram através de planilhas de agendamento e de números de atendimentos. E o **CRAS União** fez utilização de relatórios como sua principal fonte de registro.

Gráfico 51: Demonstra a forma de registro de atendimentos realizados nos equipamentos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Sobre a forma de registro dos atendimentos realizados, conforme o gráfico, as equipes técnicas informaram, 62,5% registro mensal de atividades (RMA), 50% ficha de registro, 12,5% prontuário SUAS, 12,5% fazem planilhas de agendamento e de números de atendimentos, 12,5% prontuário SUAS sintetizado, 12,5% planilhas de atendimento e 12,5% relatórios, organizam através de planilhas.

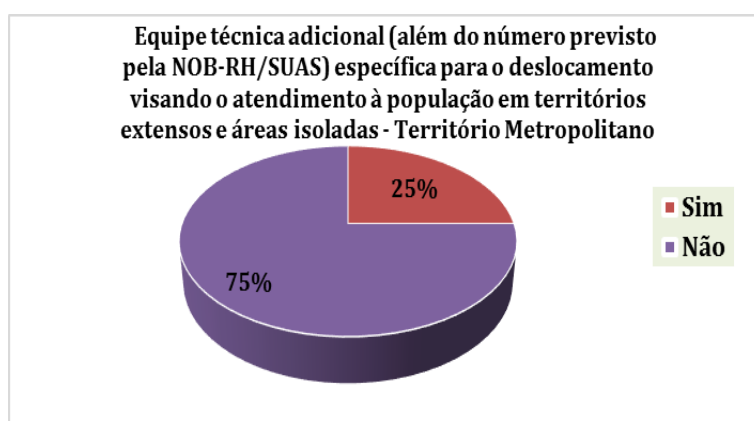
15- EQUIPE VOLANTE

Conforme Resolução nº 6, de 31 de agosto de 2011 da Comissão Intergestores Tripartite, a Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso.

15.1- Em relação a equipe técnica adicional (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS) específica para o deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas

Dentre os oito (08) equipamentos existentes no **Território Metropolitano**, seis (06) não possuem equipe adicional do serviço (**CRAS Alegria, CRAS Esperança, CRAS Amor, CRAS Simpatia, CRAS Igualdade e CRAS União**). Logo, apenas o **CRAS Paraíso** e o **CRAS Felicidade** possuem equipe técnica. E em relação ao deslocamento da equipe, apenas o **CRAS Paraíso** respondeu à pergunta, informou que o deslocamento ocorreu uma vez por mês, ou menos objetivando realizar atendimento nas áreas/comunidades. Contudo, as duas equipes volante dos equipamentos **CRAS Felicidade** e o **CRAS Paraíso** atendem territórios localizados em áreas urbanas e áreas rurais.

Gráfico 52: Demonstra se há equipe técnica adicional/equipe volante (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS)



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Quanto ao item possui equipe técnica adicional (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS) específica, para o deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas, apenas 25% possui essa equipe específica para atendimento dessas demandas e 75% responderam que não.

15.2- Territórios atendidos pela Equipe Volante

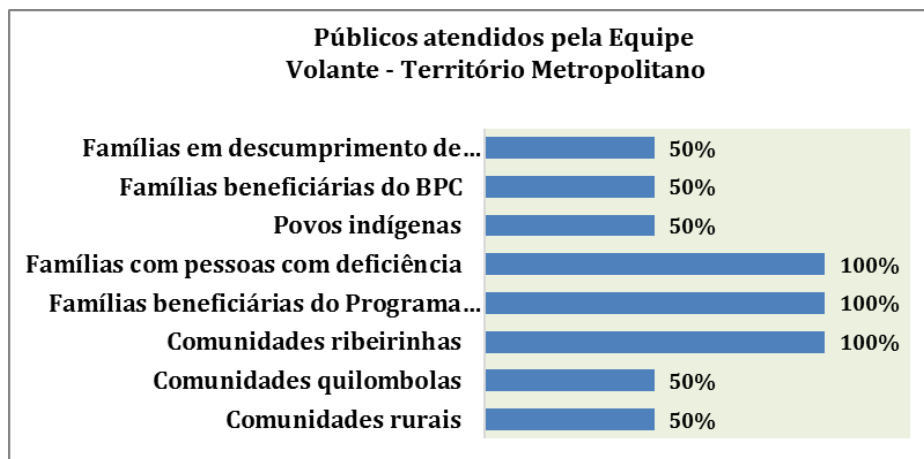
No Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), um dos objetivos estratégicos que consta como prioridade no item 1.1.7, estão os seguintes:

ampliar, fomentar e qualificar as equipes volantes, básica e especializadas, e a infraestrutura necessária para o atendimento a povos e comunidades tradicionais, bem como, a infraestrutura necessária para o atendimento a povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, ribeirinhas, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, marisqueiros, pescadores, população do semiárido, oriundas de acampamentos ciganos, acampamentos de reforma agrária e assentamentos, territórios rurais, áreas de fronteiras e novos aglomerados habitacionais. (II PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2016-2026, p.23)

Dito isto, é importante que os CRAS possuam equipes qualificadas para atender tais demandas do território. Assim, o **CRAS Felicidade** e o **CRAS Paraíso** responderam que a

equipe volante atende tanto os territórios de áreas urbanas quanto das áreas rurais, bem como, o público atendido são comunidades ribeirinhas, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias com pessoas com deficiência. E além destes, o **CRAS Felicidade** também atende famílias beneficiárias do BPC e o **CRAS Paraíso** comunidades rurais, comunidades quilombolas, povos indígenas e famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF. Quanto aos dias de funcionamento, somente o **CRAS Paraíso** respondeu que funciona cinco (05) dias na semana os atendimentos da equipe volante.

Gráfico 53: Demonstra quais os públicos atendidos pela equipe volante



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, as respostas correspondem às duas equipes volantes pertencentes ao território referenciado. Observa-se que 100% famílias com pessoas com deficiência, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, comunidades ribeirinhas; e 50% famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades rurais.

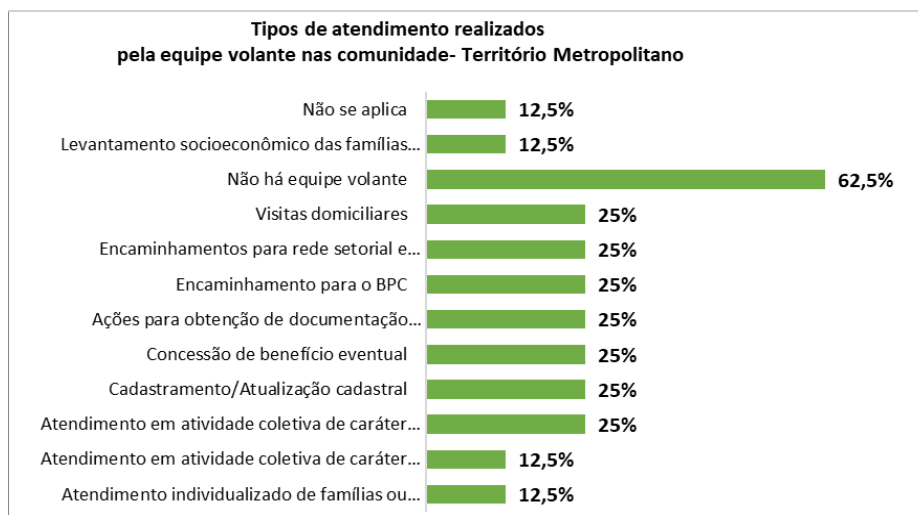
15.3- Tipos de atendimento realizados pela equipe volante nas comunidades

Entre os objetivos da Equipe Volante (EV), conforme a portaria 303 de 8 de novembro de 2011, estão os seguintes: realizar a busca ativa das famílias que vivem nos locais distantes da unidade física, ou dispersas no território. É também responsável por desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e demais serviços de Proteção Básica, que poderão ser adaptados às condições locais específicas do território. É ainda responsável por incluir as famílias no Cadastro Único, realizar encaminhamentos necessários para acesso à renda, para serviços da Proteção Especial e para serviços de outros setores, sempre que couber.

Assim, estão elencados abaixo os tipos de atendimento identificados pelas duas equipes volantes presentes nos **CRAS Paraíso e Felicidade**: atendimento em atividade coletiva de caráter não continuado (palestras); cadastramento/atualização cadastral; a concessão de benefício eventual, as ações para obtenção de documentação pessoal, o encaminhamento para o BPC, os encaminhamentos para rede setorial e intersetorial e as visitas domiciliares. Além disso, o **CRAS Paraíso** citou o atendimento individualizado de famílias ou indivíduos e o atendimento em atividade coletiva de caráter continuado (oficinas do PAIF, SCFV) e o **CRAS**

Felicidade realiza o levantamento socioeconômico das famílias ribeirinhas, principalmente no Bailique, sobretudo na realização da concessão de benefícios eventuais e orientação para o Programa Auxílio Brasil.

Gráfico 54: Demonstra quais são os tipos de atendimento realizados pela equipe volante



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Os tipos de atendimentos realizados pela equipe volante, conforme gráfico, são: 25% informou visitas domiciliares, encaminhamentos para rede setorial e intersetorial, encaminhamento para o BPC, ações para obtenção de documentação pessoal, concessão de benefício eventual, cadastramento/atualização cadastral, atividade coletiva de caráter não continuado (palestras) e 12,5% levantamento socioeconômico das famílias ribeirinhas, atendimento individualizado de famílias ou indivíduos, atendimento em atividade coletiva de caráter continuado (oficinas do PAIF, SCFV) entretanto 62,5% informaram que não possui equipe volante.

15.4- Composição da equipe volante (equipe exclusiva)

Conforme o **boletim da Vigilância Socioassistencial (2014)**, a composição da equipe volante deve conter 2 técnicos de nível superior (Um assistente social e outro preferencialmente psicólogo) e 2 técnicos de nível médio, independente do porte do município.

A equipe volante do **CRAS Felicidade e Paraíso** é composta por assistente social, outro profissional de nível superior, psicólogo e profissional de nível médio. Além disso, o **CRAS Felicidade** possui equipe exclusiva com pedagogo, quatro (04) auxiliares administrativos e um (01) educador social.

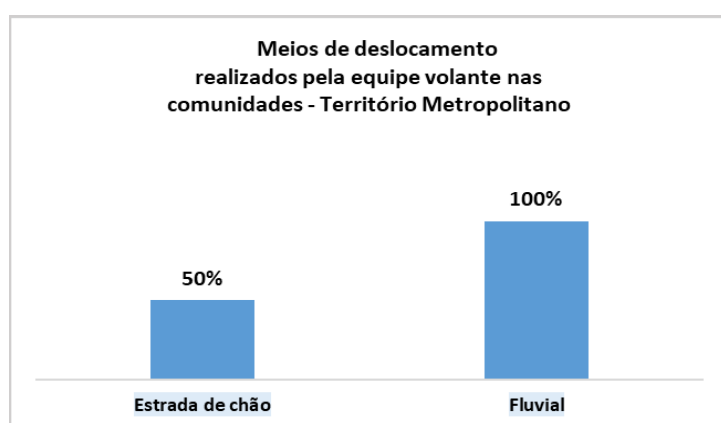
15.5- Meios de deslocamento realizados pela equipe volante nas comunidades e as dificuldades encontradas pela equipe

Nos equipamentos que possuem equipe volante como o **CRAS Paraíso e Felicidade**, o deslocamento para atendimento às comunidades é realizado por via fluvial. Além disso, a equipe do **CRAS Paraíso** também se desloca via estrada de chão.

Quando perguntado sobre as dificuldades encontradas para a realização do serviço, o **CRAS Felicidade, Amor e o Paraíso** informaram que dentre as maiores dificuldades encontradas para a realização do serviço estão as comunidades localizadas em regiões muito distantes da sede do município; e a quantidade elevada de comunidades a serem atendidas. Além disso, o **CRAS Amor** informou a falta de veículo, equipe incompleta e a falta de capacitação

Obs.: O **CRAS Amor** informou que não há equipe volante e que não possui equipe técnica adicional, não desenvolveu o serviço no ano de referência, todavia respondeu à questão sobre as dificuldades encontradas para a realização do serviço, o que torna a resposta contraditória para a questão mencionada.

Gráfico 55: Demonstra os meios de deslocamento realizados pela equipe volante nas comunidades



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme gráfico, os meios de deslocamento realizado pela equipe volante são 100% estrada de chão e 50% de forma fluvial.

15.6- Disponibilidade de lancha da Assistência Social complementar da equipe volante

A Amazônia possui características peculiares em relação ao território, suas longas distâncias, muitas vezes, comprometem o trabalho do SUAS. Em algumas situações só são acessadas por meio de embarcações devido seu vasto território. Como afirma Joaquina Barata Teixeira, ao expor como os componentes do Fator Amazônico afetam o trabalho do SUAS:

Afetam por suas diversificadas distâncias intermunicipais com sérios comprometimentos, inclusive financeiro, ao processo de trabalho e de gestão. Termos longas distâncias, é um bom sinal. É um indicador da existência de um vasto território. Mas o Estado tem que assumir os custos de manutenção dessa imensa área [...];

Afetam o trabalho do SUAS, por sua forma plural das vias de deslocamento: aéreo, fluviais e terrestres, com implicações de espaço/tempo (barcos, lanchas, balsas, aviões, “cascos, voadeiras, monomotores, jatos, entre outros);

Afetam, pelas diversificadas formas de trabalho, ocupações e estrutura familiar do território amazônico (populações ribeirinhas, povos da floresta, seringalistas, ocupação quilombola, garimpeiros, reservas indígenas, entre outras), (TEIXEIRA, 2013, p.192).

Assim, é importante destacar que a Assistência Social dispõe de Lanchas que são usadas no transporte das equipes volantes e dos materiais necessários para oferta dos serviços e ações de

proteção social básica em locais isolados ou de difícil acesso. Essas equipes fazem o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza, que residam em comunidades ribeirinhas, cujo acesso se dá exclusivamente por meio de embarcações.

Conforme portaria nº 30/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, as Lanchas da Assistência Social (LAS) são classificadas em dois tipos, são eles:

I – Lancha da Assistência Social: embarcação destinada à navegação em área de tipo 1, ou seja, áreas abrigadas: lagos, lagoas, baías, rios e canais. (Lancha tipo I);

II – Lancha da Assistência Social Oceânica: embarcação destinada à navegação em área tipo 2, ou seja, águas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento. Correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações."(Lancha tipo 2), (BRASIL, PORTARIA Nº 30/2015, p.2).

As lanchas, portanto, são importantes e servem de meio de transporte para o deslocamento das equipes volantes dos CRAS. Sendo assim, no **Território Metropolitano**, apenas o **CRAS Felicidade** possui, em pleno funcionamento, lancha da Assistência Social para a execução do serviço da equipe volante, o qual indicou realizar planejamento para sua utilização, conforme a portaria nº 30/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

16- PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E CADÚNICO

16.1- Concessão de Benefícios Eventuais, decorrente da situação de calamidade provocada pela pandemia da COVID 19

Em conformidade com as alterações promovidas na LOAS pela Lei nº 12.435, de 2011, a concessão e o valor dos Benefícios Eventuais devem ser definidos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Para tanto, os Municípios devem estruturar um conjunto de ações, tais como: regulamentar a prestação dos Benefícios Eventuais; assegurar, em lei orçamentária, os recursos necessários à oferta destes benefícios; organizar o atendimento aos beneficiários.

Dessa forma, foi observado que todos os equipamentos socioassistenciais do **Território Metropolitano** concederam benefícios eventuais em decorrência da pandemia da COVID 19. Isto posto, entre os benefícios concedidos, observou-se que todos os equipamentos concederam o auxílio alimentação. Seguido do auxílio natalidade, este indicado **por todos os CRAS**, exceto o **CRAS União**. O **CRAS Felicidade**, **Igualdade**, **Amor**, **Paraíso**, **Esperança e Alegria**, concederam o Auxílio funeral. E por fim, o auxílio gás o qual foi concedido pelo **CRAS Igualdade**, **Simpatia**, **Esperança e Alegria** como um dos principais benefícios eventuais.

16.1.1- Quadro 4 – Quantidade de Benefícios eventuais ofertados por equipamentos

Nº	Equipamento	Quantidade ofertada
01	CRAS Amor	1.258
02	CRAS Alegria	402
03	CRAS Esperança	3.616
04	CRAS Felicidade	543

05	CRAS Igualdade	2.603 (2.471 Auxílio Alimentação e Gás; 49 Auxílio Natalidade; 83 Auxílio Funeral)
06	CRAS Paraíso	6.137
07	CRAS Simpatia	946
08	CRAS União	Não informou o quantitativo ofertado.

Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

16.1.2- O conhecimento da equipe técnica sobre a resolução que estabelece os critérios de concessão de benefícios eventuais

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, e a União, por intermédio do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, estabeleceram critérios orientadores para a regulamentação e provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Foi observado que todos técnicos dos equipamentos do **Território Metropolitano** possuem conhecimento sobre a resolução que estabelece os critérios de concessão dos benefícios eventuais, assim como, todos participam do processo de avaliação dos critérios de concessão, itens e qualidade do serviço ofertado, exceto o **CRAS União**, o qual não participa desse momento de planejamento do serviço e benefícios.

16.2- Benefício da Prestação Continuada (BPC)

O BPC é um benefício da assistência social em que sua gestão está no âmbito do Ministério da Cidadania, enquanto que sua operacionalização é feita pelo INSS, o que engloba os seguintes passos: requerimento, concessão, manutenção e revisão do benefício. O pagamento também é feito pelo INSS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). O benefício de Prestação Continuada é um direito afiançado por meio da Lei Orgânica de Assistência social como descrito em seu artigo 20:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e/ou ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (LOAS, 1993, p.26).

Fazendo a observância quanto as pessoas com deficiência, está descrito o parágrafo § 2º, in verbis:

Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (LOAS, 1993, p.27)

Assim, o BPC é um direito assegurado aos idosos (com mais de sessenta e cinco anos) e às pessoas com deficiência (de qualquer idade), que garante o pagamento de um salário mínimo por mês à aqueles que comprovem não possuírem renda para prover seu sustento ou de tê-lo provido por sua família.

16.2.1- Ações realizadas pela equipe técnica proporcionada aos beneficiários ou usuários com perfil de acesso ao BPC neste CRAS

CRAS União: orientação/acompanhamento para inserção no BPC/ encaminhamento ao INSS; inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros); atualização do cadastro do BPC idoso-PCD e /ou BPC na escola no sistema BPC

CRAS Felicidade: identificação de possíveis beneficiários do BPC; inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros).

CRAS Igualdade: identificação de possíveis beneficiários do BPC; busca ativa de beneficiários do BPC para inclusão no Cadúnico; orientação/acompanhamento para inserção no BPC/encaminhamento ao INSS.

CRAS Simpatia: identificação de possíveis beneficiários do BPC; orientação/acompanhamento para inserção no BPC/encaminhamento ao INSS; inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros); aplicação da revisão de cadastro do BPC -idoso-PCD- PCD- na- escola; e atualização do cadastro do BPC idoso e PCD e / ou BPC na escola no sistema BPC.

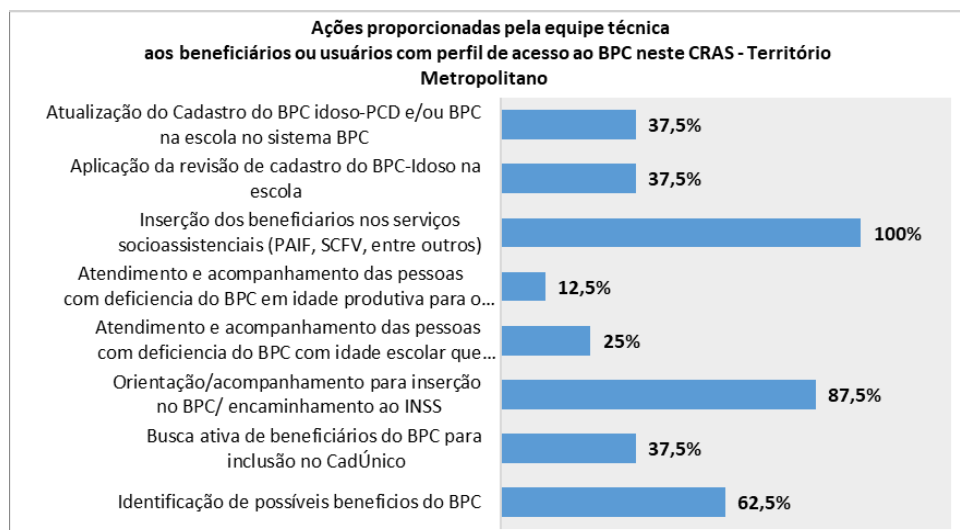
CRAS Amor: orientação/acompanhamento para inserção no BPC/ encaminhamento ao INSS; inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros);

CRAS Paraíso: busca ativa de beneficiários do BPC para inclusão no Cadúnico; orientação/acompanhamento para inserção no BPC/ encaminhamento ao INSS; atendimento e acompanhamento das pessoas com deficiência do BPC com idade escolar que estejam fora da escola (incluindo BPC na escola); inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros); aplicação da revisão de cadastro do BPC -idoso-PCD- PCD- na-escola; e atualização do cadastro do BPC idoso e PCD e / ou BPC na escola no sistema BPC.

CRAS Esperança: identificação de possíveis beneficiários do BPC; busca ativa de beneficiários do BPC para inclusão no Cadúnico; orientação/acompanhamento para inserção no BPC/encaminhamento ao INSS; atendimento e acompanhamento das pessoas com deficiência do BPC com idade escolar que estejam fora da escola (incluindo BPC na escola); atendimento e acompanhamento das pessoas com deficiência do BPC em idade produtiva para o mundo do trabalho (incluindo BPC trabalho); inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros); aplicação da revisão de cadastro do BPC-idoso-PCD- na -escola.

CRAS Alegria: identificação de possíveis beneficiários do BPC; orientação/acompanhamento para inserção no BPC/ encaminhamento ao INSS; e inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros).

Gráfico 56: Demonstra as ações que a equipe técnica proporciona aos beneficiários com perfil de acesso ao BPC no equipamento



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme apresentado pelo gráfico, as ações efetivadas pela equipe técnica do CRAS para os beneficiários ou usuários com perfil de acesso ao BPC são: 100% inserção dos beneficiários nos serviços socioassistenciais (PAIF, SCFV, entre outros); 87,5% orientação/acompanhamento para inserção no BPC/encaminhamento ao INSS; 62,5% identificação de possíveis beneficiários do BPC; 37,5% aplicação da revisão de cadastro do BPC-idoso-PCD- na –escola, busca ativa de beneficiários do BPC para inclusão no CadÚnico e atualização do cadastro do BPC idoso e PCD e / ou BPC na escola no sistema BPC; 25% acompanhamento das pessoas com deficiência do BPC com idade escolar que estejam fora da escola (incluindo BPC na escola); 12,5% atendimento e acompanhamento das pessoas com deficiência do BPC em idade produtiva para o mundo do trabalho (incluindo BPC trabalho).

16.2.2- Quantitativo de pessoas idosas beneficiárias do BPC em situação de acolhimento institucional

A questão foi informada apenas pelos equipamentos **CRAS Simpatia, Paraíso e Esperança** responderam este item. Desta forma, o **CRAS Simpatia e Esperança** atenderam a média de 01 a 10 pessoas idosas beneficiárias do BPC em situação de acolhimento institucional. Já o **CRAS Paraíso** do município de Santana atendeu entre 11 a 20 usuários na situação mencionada.

16.2.3- Quantitativo de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC em situação de acolhimento institucional

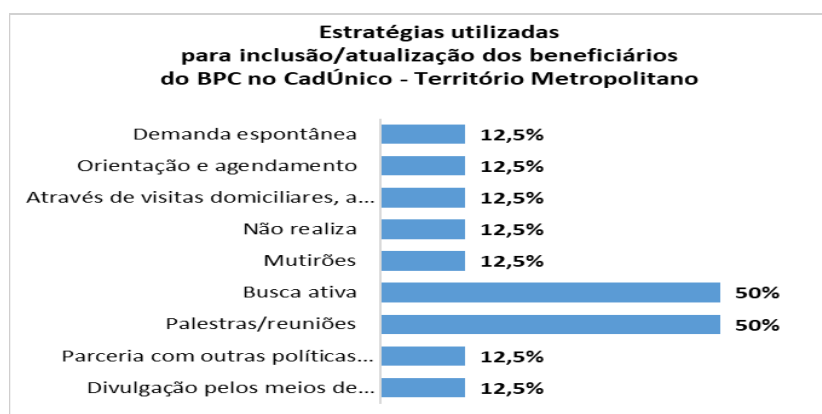
Neste item, novamente a questão foi informada apenas pelos equipamentos **CRAS Simpatia, Paraíso e Esperança**. Destarte, o **CRAS Simpatia e Esperança** atenderam a média entre 01 a 10 pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. E o **CRAS Paraíso** do município de Santana atendeu entre 11 a 20 usuários na situação mencionada.

16.2.4- Estratégias utilizadas para inclusão/atualização dos beneficiários do BPC no CadÚnico

Os equipamentos **CRAS União, Igualdade, Simpatia, Paraíso e Esperança** utilizam as palestras/reuniões, busca ativa, como estratégia. O **CRAS Felicidade, Amor, Paraíso e Esperança** utilizam a divulgação pelos meios de comunicação e rede sociais; parceria com outras políticas públicas, mutirões, visitas domiciliares, orientação e agendamento e demanda espontânea.

Ressalta-se que houve incongruência nas informações prestadas pelo **CRAS União**, uma vez que o mesmo informou que não realiza ações estratégicas, indicou palestras e reuniões como ações para inclusão/atualização dos beneficiários do BPC no CadÚnico.

Gráfico 57: Demonstra inclusão/atualização dos beneficiários do BPC quais são as estratégias utilizadas



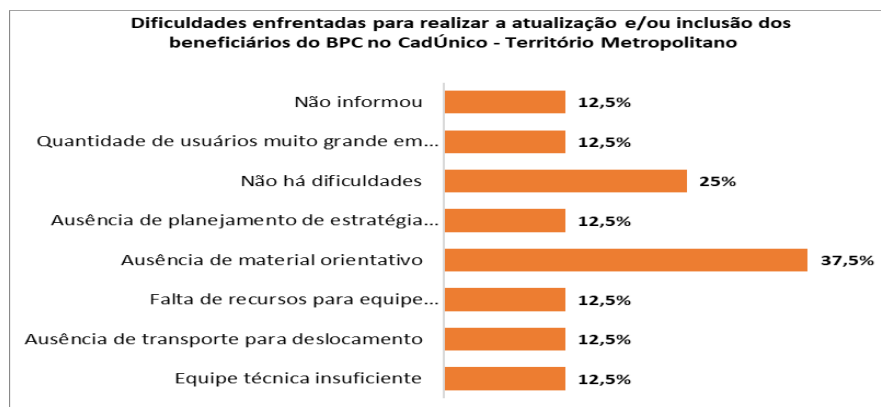
Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

As estratégias utilizadas pelo equipamento para inclusão/atualização dos beneficiários do BPC, conforme demonstrado no gráfico são: 50% palestras/reuniões e busca ativa; 12,5% realizam os atendimentos através de demanda espontânea; 12,5% orientação e agendamento; 12,5% visitas domiciliares; 12,5% mutirões; 12,5% parceria com outras políticas públicas; 12,5% utilizam a divulgação pelos meios de comunicação e rede sociais e 12,5% não realiza ações para este público.

16.2.5- Dificuldades enfrentadas para realizar a atualização e/ou inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico

Os equipamentos **CRAS União, Simpatia e Esperança** apresentaram dentre as dificuldades enfrentadas, a ausência de material orientativo. O **CRAS União, Amor e Paraíso**, apresentaram como dificuldade, equipe técnica insuficiente; ausência de transporte para deslocamento; falta de recursos para a equipe (local, veículo, estrutura física, material); ausência de planejamento de estratégia no território; e quantidade elevada de usuários. No entanto, o **CRAS Felicidade e CRAS Alegria** informaram que não possuem dificuldades e o **CRAS Igualdade** não respondeu.

Gráfico 58: Representa as dificuldades que o equipamento enfrenta para realizar a atualização e/ou inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

No que se refere as dificuldades enfrentadas para realizar a atualização e/ou inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico, os técnicos pontuaram, conforme gráfico, 37,5% ausência de material orientativo; 12,5% equipe técnica insuficiente; 12,5% ausência de transporte para deslocamento; 12,5% falta de recursos para a equipe (local, veículo, estrutura física, material); 12,5% ausência de planejamento de estratégia no território; quantidade de usuários muito grande em decorrência do período que é pequeno para a atualização de 1 ano. E ainda, 25% pontuou que não há dificuldades; e 12,5 não informou.

16.3- BPC na Escola

O BPC na Escola⁶ é um programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Ele visa promover a elevação da qualidade de vida e da dignidade das pessoas com deficiência para garantir o acesso e a permanência na escola e, o acompanhamento de seus estudos por meio da articulação intersetorial entre as esferas. O objetivo do BPC na escola é garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

16.3.1- Dificuldades para a aplicação dos questionários aos beneficiários

Conforme as orientações contidas nos Cadernos 1 e 2 de Orientações do BPC na Escola e Portaria Interministerial nº 1. 205 de 8 de setembro de 2011, o grupo gestor deve ser responsável pela coordenação do processo de aplicação do questionário de Identificação de barreiras para o acesso e permanência na escola dos beneficiários com deficiência do BPC, que é dividido em nove partes, nele são observadas as informações gerais do beneficiário, os tipos de deficiência, acesso à escola, trabalho, produtos e tecnologia assistivas, apoio e relacionamentos, acesso às políticas públicas, moradia e ambiente, barreiras vivenciadas pelos beneficiários que limitem o convívio sociofamiliar, acesso a espaços e políticas públicas em igualdade de condições com as demais pessoas e justificativa do não preenchimento do questionário.

⁶ Informações disponíveis nos cadernos 1 e 2 de orientação do BPC na Escola, bem como no site <https://setades.es.gov.br/bpc-na-escola>.

Conforme Orientações Técnicas do Programa BPC na escola (2023), o questionário é aplicado por meio de visita domiciliar, o que requer escuta qualificada pelos profissionais para conhecer a realidade dos beneficiários e das suas famílias e identificar as formas de atender às necessidades observadas.

Isto posto, o **CRAS Paraíso** apresentou dentre as dificuldades, a não localização dos beneficiários e a moradia em localidade de difícil acesso. O **CRAS Felicidade**, apontou como dificuldades, a mudança de prédio no ano de 2022, pois com isso, o acesso aos usuários foi dificultado. E o **CRAS Simpatia**, não realiza aplicação do questionário.

Obs.: O **CRAS Alegria, Igualdade, Esperança, União e Amor** não atendem ao programa. Durante o monitoramento das Unidades, o **CRAS União** e o **Igualdade** relataram que desconhecem acerca do programa BPC na escola.

16.3.2- De que forma acontece a articulação com o grupo gestor

O BPC na Escola se organiza intersetorialmente e envolve compromissos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Suas ações são desenvolvidas de maneira articulada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), envolvendo, inclusive, as respectivas instâncias estaduais, municipais e do DF.

As ações do Programa BPC na Escola são estruturadas a partir de quatro eixos, quais sejam:

1. Identificação dos beneficiários do BPC até 18 anos que estão na escola e os que estão fora da escola;
2. Identificação das principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;
3. Realização de estudos e desenvolvimento de estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e
4. Realização do acompanhamento sistemático das ações implementadas por meio do Programa. (CADERNO DE ORIENTAÇÕES BPC NA ESCOLA, BRASÍLIA, 2018).

Diante disso, no **Território Metropolitano**, apenas o **CRAS Paraíso** articula mensalmente, por meio de visitas a aplicação do questionário aos beneficiários do BPC na Escola; realiza o acompanhamento aos beneficiários; e as reuniões do grupo, informando ainda que o grupo gestor faz o cadastro do Plano de acompanhamento intersetorial no sistema do programa.

Ressalta-se que os demais equipamentos **CRAS Alegria, CRAS Amor, CRAS Esperança, CRAS Felicidade, CRAS Igualdade, CRAS Simpatia e CRAS União** não realizam articulação com o grupo gestor, e quanto ao cadastro do plano de acompanhamento intersetorial no sistema do programa, o **CRAS Simpatia** informou que não realiza em razão da falta de conhecimento para operar o sistema (necessidade de capacitação); dificuldade de acesso (falta de computador, não acesso à internet etc.); e não possui senha para acesso ao sistema. O **CRAS Esperança**, informou que não realiza a aplicação dos questionários e desconhece a necessidade do acompanhamento com inserção no sistema; **CRAS Amor**, ressaltou que não possuem senha para acesso ao sistema e o **CRAS Alegria** não executa o serviço.

16.3.3- Cadastro do Plano de Acompanhamento dos Beneficiários no sistema do programa

Com intuito de instrumentalizar o planejamento das ações a serem desenvolvidas para superação das barreiras identificadas após a aplicação dos questionários junto aos beneficiários do BPC na Escola, foi desenvolvido o módulo de “Acompanhamento de Beneficiários”⁷ dentro do aplicativo do Programa. Este módulo de “Acompanhamento de Beneficiários” também permite o registro do atendimento socioassistencial dos beneficiários, por meio das seguintes funcionalidades:

- **CONSULTA:** O sistema permite a visualização das principais barreiras identificadas;
- **CADASTRO:** após a consulta sobre as barreiras, os técnicos dos serviços cadastram o Plano de Acompanhamento. Nele são definidas as ações que serão realizadas;
- **SELEÇÃO:** cabe aos profissionais selecionar quais as ações/ atividades prioritárias a serem desenvolvidas, inclusive indicar outras ações;
- **RESERVA:** as atividades desenvolvidas são registradas, indicando a inclusão dos beneficiários nos serviços, programas e projetos socioassistenciais e encaminhamento às demais políticas públicas.

Cabe destacar, que todos os profissionais da rede socioassistencial pública podem ter acesso ao Sistema BPC na Escola, basta que o gestor da assistência social proceda à permissão de acesso, por meio do Sistema de Autenticação e Autorização – SAA.

Diante disso, as unidades **CRAS Esperança** não realiza o Cadastro do Plano de acompanhamento dos beneficiários no sistema do programa em virtude da falta de conhecimento para operar o sistema (necessidade de capacitação). O **CRAS Paraíso**, pontuou que não realiza o cadastramento, visto que registra as ações em outro instrumento técnico. O **CRAS Amor** não realiza, pois não possui senha para acesso ao sistema. E o **Simpatia** pontuou que não realiza em virtude da falta de conhecimento para operar o sistema (necessidade de capacitação); dificuldade de acesso (falta de computador, não acesso à internet etc.); bem como não possui senha para acesso ao sistema.

OBS.: Os equipamentos **CRAS União, Felicidade, Igualdade e Alegria** não responderam. Ressalta-se que o **CRAS Alegria, Igualdade e União**, pontuaram que não atendem ao programa BPC na escola. E o **Felicidade** não realizou o serviço em 2022.

16.3.4- Dificuldades dos usuários para requerer o BPC

O Meu INSS é um serviço online oferecido pelo **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** do Brasil, que permite aos cidadãos acessarem informações e serviços relacionados aos seus benefícios previdenciários como aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e

⁷ Retirado do site: <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>.

outros benefícios sem precisar ir a uma agência física do INSS. Entretanto, o cidadão, muitas vezes, não sabe como acessar tal serviço.

Diante disso, os equipamentos **CRAS União, Felicidade, Igualdade e Alegria** não responderam. As demais unidades responderam que as principais dificuldades encontradas pelos usuários para requerer o BPC estão em acessar/navegar o/no aplicativo: Meu INSS (**CRAS Simpatia, Amor, Paraíso e Esperança**), a dificuldade de acessar/navegar o/no site do INSS (**CRAS Simpatia, Amor, Paraíso e Esperança**) e por fim, o cadastramento/atualização no CadÚnico, o qual foi citado pelo **CRAS Paraíso**.

16.4- Realização do cadastramento ou atualização do CadÚnico

Conforme Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Este é um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional, será utilizado para o acesso e a integração de programas sociais do Governo federal, destinados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Destarte, no **Território Metropolitano**, o **CRAS União, CRAS Felicidade, CRAS Igualdade, CRAS Simpatia, CRAS Amor e CRAS Esperança**, pontuaram que realizam o cadastramento ou atualização juntamente com a equipe do CadÚnico. Em contrapartida, o **CRAS Paraíso** não realiza.

Obs.: O **CRAS Alegria** não respondeu à questão.

16.5- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família pela equipe de referência

As condicionalidades⁸ são compromissos que as famílias assumem nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. O objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social e, dessa forma, promover a melhoria da situação de vida dessas pessoas.

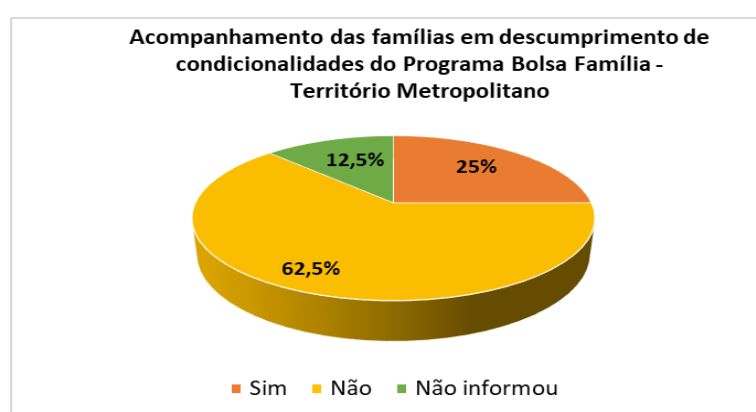
E sobre o acompanhamento das condicionalidades, de acordo com o Informe Controle Social Bolsa Família nº 9, o qual menciona sobre os objetivos que são: monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família; responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços sociais básicos e pela busca ativa das famílias em situação de maior vulnerabilidade; identificar as famílias em situação de não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas e programas públicos para melhor acompanhar as famílias que estejam nessa situação; e incentivar as famílias a participarem, de forma mais efetiva, no processo educacional e nas ações de prevenção e promoção da saúde, de modo que as futuras gerações possam ter melhores oportunidades devido ao seu maior grau de conhecimento e desenvolvimento de capacidades.

⁸ Informe Controle Social Bolsa Família nº 9 de dezembro de 2007.

Sendo assim, no Território mencionado, somente o **CRAS Simpatia e o Igualdade** realizaram o acompanhamento. Os equipamentos **CRAS União, Felicidade, Amor, Paraíso e Esperança**, não realizaram, respectivamente, pelos seguintes motivos: pelo fato de não possuir equipe técnica suficiente; alegou que desconhece a necessidade; alegou ser responsabilidade da equipe da casa do bolsa família, logo eles não têm acesso ao sistema; informou que a demanda é encaminhada para a casa do Bolsa Família; justificou a falta de indisponibilidade de tempo da equipe técnica, devido ao grande número de demandas.

Obs.: Não houve resposta neste item do **CRAS Alegria**.

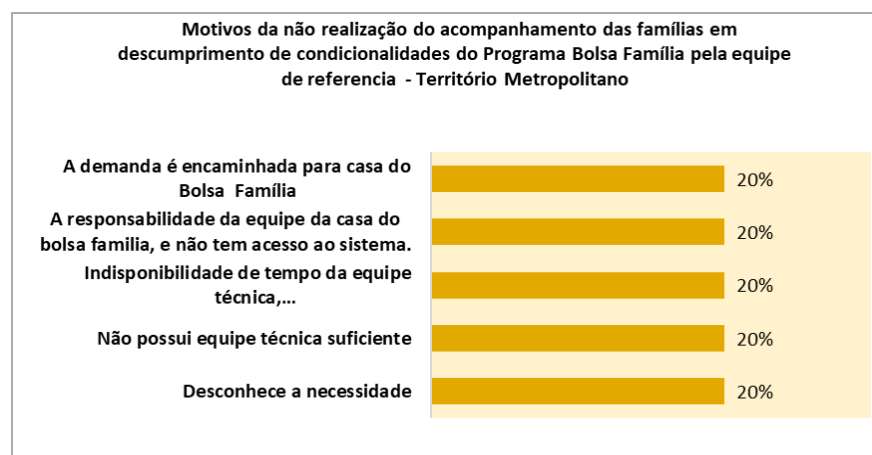
Gráfico 59: Representa o acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, apenas 25% realizaram o acompanhamento já mencionado; 62,5% não realizaram e 12,5% não informou.

Gráfico 60: Demonstra os motivos da não realização do acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família pela equipe de referência



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, dentre os motivos informados, pelas Unidades que não realizam o acompanhamento, estão o seguinte: a demanda é encaminhada para a casa do bolsa família,

com 20%; alegou a responsabilidade da equipe da casa do Bolsa Família, e não tem acesso ao sistema com percentual de 20%; indisponibilidade de tempo da equipe técnica, devido ao grande número de demandas 20%; não possui equipe técnica suficiente, 20%; e desconhece a necessidade percentual de 20%.

16.5.1- Caso realize acompanhamento, se as informações são inseridas no SICON

Conforme o Manual do Usuário do Sistema de Condicionalidades (2014), o SICON é uma ferramenta de apoio à gestão intersectorial que integra as informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de saúde e Educação, promovendo a interoperabilidade a partir da integração e consolidação das informações de frequência escolar, vacinação e das consultas, além das informações de atendimento/acompanhamento familiar da SNAS de forma a auxiliar o acesso aos serviços sociais e monitoramento das famílias beneficiárias do PBF.

Diante disso, no **Território Metropolitano**, apenas dois (02) equipamentos, o **CRAS Igualdade** e **CRAS Simpatia**, realizaram o acompanhamento com as famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, no entanto essas Unidades não realizaram a inserção das informações no SICON, em virtude de a equipe não ter acesso ao sistema.

Ressalta-se que, embora a pergunta refira-se apenas aos equipamentos que realizam o referido acompanhamento, o **CRAS Paraíso e Esperança** também responderam, pontuaram que as informações não são inseridas no SICON em virtude de a equipe técnica não ter acesso ao sistema, o que contradiz a sua resposta.

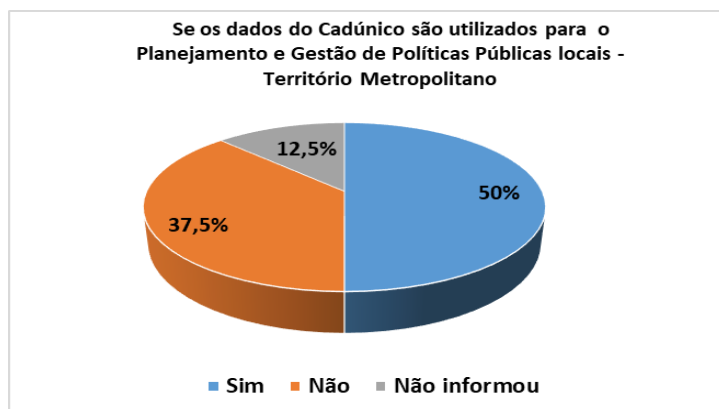
16.5.2- Os dados do CADÚNICO são utilizados para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda ou realização de estudos e pesquisas a serem executadas no âmbito do município.

O Cadúnico é um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, pois proporciona, em uma só base, um retrato abrangente das condições de vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis, agregando informações de renda, características do domicílio, escolaridade, deficiência, entre outras. Atualmente é utilizado por programas e políticas sociais, tais como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

Isto posto, quatro (04) equipamentos (**CRAS Simpatia, Amor, Paraíso e Esperança**) utilizam os dados do CADÚNICO para realização de planejamento e gestão de políticas públicas locais. Logo, informaram que utilizam os dados para produzir o Plano Municipal de Assistência Social (**CRAS Simpatia, Paraíso e Esperança**); bem como, para ampliar e implantar oferta de serviços (**CRAS Simpatia, Amor e Paraíso**); e para ampliar o cofinanciamento (**CRAS Simpatia e Paraíso**). Contudo, o **CRAS União, Felicidade e Igualdade** não utilizam os dados do CADÚNICO para o planejamento e gestão das políticas públicas.

Obs.: Ressalta-se que o **CRAS Alegria** não respondeu este item.

Gráfico 61: Demonstra se os dados do CadÚnico são utilizados para o planejamento e gestão de políticas públicas locais



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 50% dos equipamentos do território mencionado utilizam os dados do Cadúnico, enquanto que 37,5% não utiliza e 12,5% não informou.

16.6- Se o município possui agência do Instituto Nacional de Serviço Social

Todos os equipamentos socioassistenciais da Proteção Social Básica, do **Território Metropolitano**, possuem agência do INSS em seus municípios.

17- GESTÃO E TERRITÓRIO

17.1- Periodicidade das atividades de gestão

Conforme o caderno de Orientações do CRAS (2009), para o efetivo funcionamento do CRAS, é primordial o planejamento das atividades, organização do trabalho em equipe, a padronização dos instrumentais, definição das informações a serem coletadas, a forma de organização da unidade, frequência de reuniões da equipe com coordenador, com entidades do território, dentre outros, deve ser objeto de trabalho entre a equipe da secretaria e os coordenadores de CRAS. Estes últimos, por sua vez, devem planejar semanalmente as ações com sua equipe, viabilizar a troca de experiências entre os técnicos, aprimorar o trabalho interdisciplinar, melhorar os processos de gestão e contribuir para o planejamento da Assistência Social no município.

17.1.1- Reuniões de planejamento entre a equipe de referência e a coordenação

Em relação às reuniões, todos os equipamentos do território mencionado realizam com a equipe de referência e coordenação com a seguinte periodicidade:

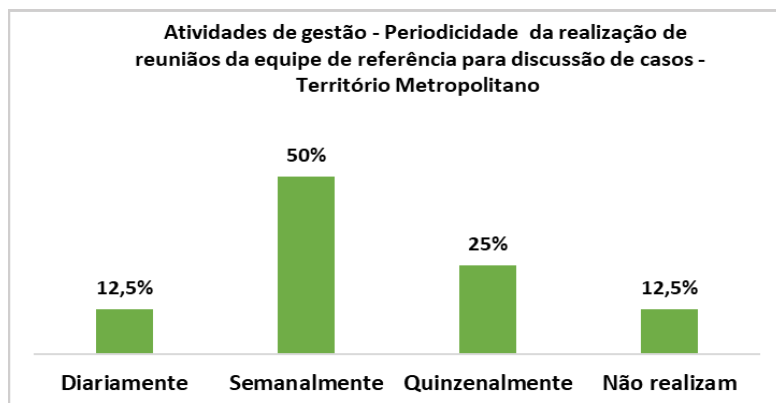
Nos equipamentos **CRAS Simpatia, Paraíso e Esperança**, as reuniões de planejamento entre as equipes ocorrem mensalmente. No **CRAS União, Felicidade e Alegria** ocorrem semanalmente. No **CRAS Amor**, ocorre quinzenalmente, e no **Igualdade**, acontece diariamente.

17.1.2- Reunião da equipe de referência para discussão de casos

No **CRAS Felicidade, Simpatia, Esperança e Alegria**, as reuniões mencionadas ocorrem semanalmente. Nas unidades **CRAS Amor e Paraíso** ocorre quinzenalmente. E no **CRAS**

Igualdade, ocorre diariamente. Contudo, o **CRAS União** informou que não realiza reuniões de equipe para discussão de casos.

Gráfico 62: Demonstra a periodicidade de reunião da equipe de referência para discussão de casos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico, em relação as atividades de gestão, a periodicidade com que acontecem as reuniões para discussão de casos, 50% ocorrem semanalmente, 25% quinzenalmente, 12,5% diariamente, e 12,5% pontuou que não realiza.

17.1.3- Elaboração de relatórios

Os equipamentos **CRAS União, Igualdade e Alegria**, elaboram relatórios diariamente. O **CRAS Amor e Esperança**, elaboram semanalmente. Nas unidades Felicidade e Paraíso a elaboração é feita mensalmente. O **CRAS Simpatia** elabora mensal e também trimestralmente.

17.1.4- Planejamento de atividades coletivas

Os equipamentos **CRAS Amor, Paraíso, e Esperança** realizam mensalmente o planejamento. As unidades **CRAS União e Felicidade** realizam semanalmente. E o **CRAS Alegria**, semestralmente; o **CRAS Igualdade** e o **Simpatia** informaram mensal e anualmente.

17.1.5- Se as ações do CRAS são planejadas de acordo com as demandas identificadas no território

Em relação ao planejamento das ações, todos os equipamentos socioassistenciais da proteção social básica no Território em comento planejam as suas ações de acordo com as demandas identificadas no território.

17.2- Se há povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS

Conforme Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como

condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

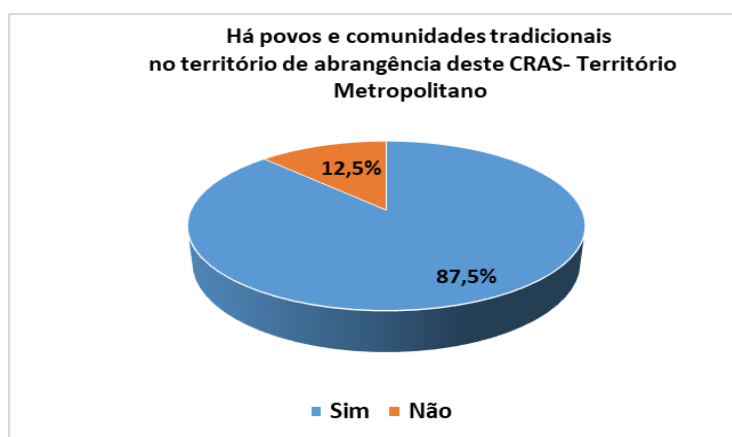
De acordo com o informativo do MC, a população de povos e comunidades tradicionais além dos povos indígenas, são listados outros povos e comunidades tradicionais no Brasil: Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros.

A Proteção Social Básica opera na lógica do reconhecimento desse público como prioritário, garantindo seus direitos socioassistenciais e na oferta qualificada dos serviços, programas e benefícios da Proteção Básica, reconhecendo a pluralidade de públicos e territórios e visibilizando as especificidades dos povos e comunidades tradicionais para o atendimento culturalmente adequado.

Destarte, quase todos os equipamentos do **Território Metropolitano** possuem povos e comunidades tradicionais em seus territórios de abrangência. Pois, apenas, o **CRAS Alegria** informou que não possui.

Visto que o **CRAS Felicidade, Igualdade, Amor, Paraíso e Esperança** indicaram povos de matriz africana e de terreiro no território. No **CRAS União, Felicidade, Simpatia, Amor e Paraíso** há comunidades ribeirinhas. No **CRAS Felicidade, Amor, Paraíso e Esperança**, os povos indígenas. E no **CRAS Igualdade, Amor, Paraíso e Esperança**, há as comunidades quilombolas. Além do mais, no **CRAS Paraíso** há povos ciganos. E no **Simpatia** os venezuelanos

Gráfico 63: Demonstra se existem povos e comunidades tradicionais no território de abrangência dos equipamentos



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

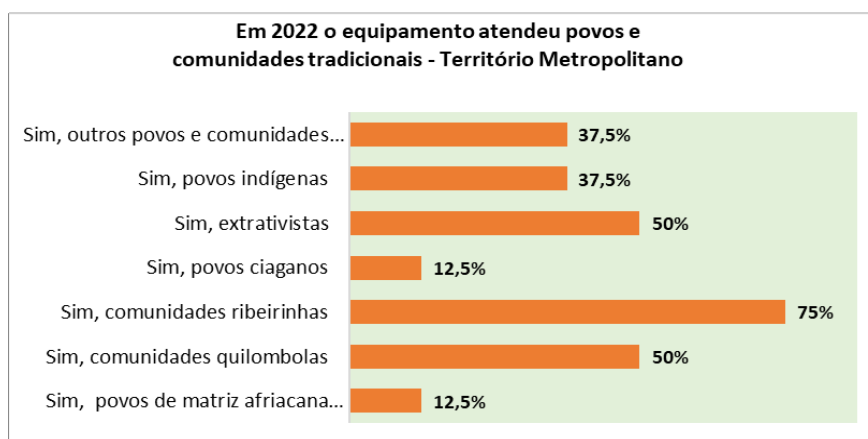
De acordo com o gráfico, 87,5% dos equipamentos responderam que há povos e comunidades tradicionais no território de abrangência, apenas 12,5% pontuou que não.

17.2.1- Se o equipamento atendeu em 2022 povos e Comunidades Tradicionais

Todos os equipamentos, no ano de 2022, atenderam povos e comunidades tradicionais, quais sejam:

O **CRAS Simpatia** atendeu comunidades ribeirinhas, bem como outros povos e comunidades tradicionais. O **CRAS Amor** atendeu comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas. O **Paraíso** atendeu comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, bem como povos indígenas, além de outros povos e comunidades tradicionais. Seguindo com o **CRAS Esperança**, o qual atendeu, comunidades quilombolas; ribeirinhas; extrativistas; povos de matriz africana e de terreiro; povos ciganos; bem como os povos indígenas; além de outros povos e comunidades tradicionais. Continuando com o **CRAS Alegria** que atendeu povos indígenas, apesar de responder em questão anterior que não havia povos e comunidades tradicionais no território de abrangência. O **CRAS Felicidade** que atendeu comunidades ribeirinhas e extrativistas. E o **CRAS União e Igualdade** atenderam, respectivamente, comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Gráfico 64: Demonstra se o equipamento atendeu em 2022 povos e comunidades tradicionais



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

O gráfico expõe que 75% das unidades CRAS atenderam comunidades ribeirinhas; 50% comunidades quilombolas; 50% extrativistas; 37,5% outros povos e comunidades tradicionais; 37,5% povos indígenas; 12,5% povos de matriz africana e de terreiro e 12,5% povos ciganos.

17.2.2- Para o atendimento às comunidades tradicionais, se a equipe de referência do CRAS possui qualificação adequada

De acordo com o caderno de orientações do CRAS (2009), os serviços ofertados no CRAS devem garantir formas de abordagens culturalmente adequadas em que sejam respeitados os costumes e tradições e que lhes sejam garantidos os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica. Os CRAS podem incentivar as manifestações culturais típicas dos povos tradicionais, propor rodas de conversa sobre o tema, promover ações, como dinâmicas e palestras, voltadas às especificidades dos PCTs, dentre outros. Recomenda-se a adoção de uma abordagem metodológica clara, que promova uma reflexão crítica sobre a sua situação de

vida e suas prováveis condicionantes socioeconômicas e culturais e favoreça a percepção das dimensões individuais e coletivas da situação vivenciada. No atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais, o trabalho social deve ultrapassar a noção de família e alcançar a coletividade, e deve ser permeado pela observação cuidadosa do território e realidade social local.

O **CRAS Esperança e Igualdade** pontuaram que a unidade para o atendimento apropriado, não possui capacitação específica; estratégias/metodologias específicas de atendimento; diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas; profissionais com vivências e/ou experiências específicas junto as comunidades atendidas; profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional; articulação com órgãos públicos que possuam atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.), bem como, articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas.

CRAS Paraíso pontuou que não há capacitação específica para o atendimento apropriado; bem como, não há articulação com órgãos públicos que possuam atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.). Entretanto, existe no equipamento estratégias/metodologias específicas de atendimento; diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas; profissionais com vivências e/ou experiências específicas junto as comunidades atendidas; profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional; bem como articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas.

CRAS Amor, informou que a unidade possui capacitação específica para atendimento; bem como diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas. Contudo, não há estratégias/metodologias específicas de atendimento; profissionais com vivências e/ou experiências específicas junto as comunidades atendidas; profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional; articulação com órgãos públicos que possuam atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.), bem como articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas.

CRAS Simpatia, sinalizou que a unidade não possui capacitação específica para atendimento; e também profissionais com vivências e/ou experiências específicas junto as comunidades atendidas; profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional; articulação com órgãos públicos que possuem atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.), bem como articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas. Entretanto, há estratégias/metodologias específicas de atendimento; diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas.

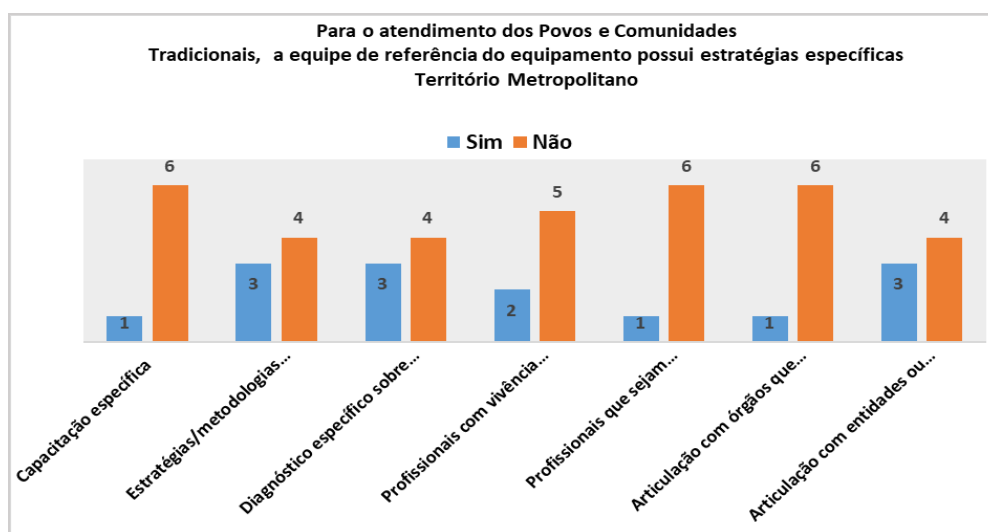
CRAS Felicidade mencionou que a unidade não possui capacitação específica para atendimento; bem como, diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas; e profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional. Pontuou que há estratégias/metodologias específicas de atendimento; articulação com órgãos públicos que

possuem atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.), bem como, articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas.

CRAS União pontuou que a unidade para o atendimento apropriado, não possui capacitação específica; estratégias/metodologias específicas de atendimento; diagnóstico específico sobre vulnerabilidades das comunidades atendidas; profissionais com vivências e/ou experiências específicas junto as comunidades atendidas; profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional; articulação com órgãos públicos que possuam atuação específica junto às comunidades atendidas (ex. FUNAI, INCRA etc.). No entanto, o equipamento apresenta articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas.

Obs.: Não houve resposta do **CRAS Alegria**

Gráfico 65: Demonstra se o equipamento atendeu em 2022 povos e comunidades tradicionais



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Importa ressaltar, para uma melhor análise do gráfico, que os dados foram computados na planilha, apenas com 7 (sete) respostas referente a 7 (sete) equipamentos do **Território Metropolitano**, pois um equipamento não informou (**CRAS Alegria**).

Logo, o gráfico demonstra o seguinte quanto as estratégias para o atendimento dos povos e comunidades tradicionais: capacitação específica (apenas 2 equipamentos) usam essa estratégia; estratégias/metodologias específicas de atendimento (3 equipamentos) utilizam a estratégia; diagnóstico específico sobre vulnerabilidade das comunidades atendida (3 equipamentos) utilizam; profissionais com vivência e/ou experiências específicas junto às comunidades atendidas (2 equipamentos); profissionais que sejam membros da comunidade/grupo tradicional (apenas 1 equipamento); articulação com órgãos que possuem atuação específica junto às comunidades atendidas ex. FUNAI, INCRA etc. (apenas 1 equipamento); e articulação com entidades ou organizações da sociedade civil de representação ou defesa de direitos das comunidades atendidas (3 equipamentos).

18- GESTÃO DE PESSOAS

Conforme a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004, a quantidade de profissionais para compor as equipes de referência deve considerar a quantidade de famílias referenciadas no território da seguinte forma:

(...) sendo **Pequeno Porte I (até 2.500 famílias referenciadas)**: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo e 2 técnicos de nível médio; **Pequeno Porte II (até 3.500 famílias referenciadas)**: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente, 1 psicólogo e 3 técnicos de nível médio; **Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal (a cada 5.000 famílias referenciadas)**: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS e 4 técnicos de nível médio. (PNAS, 2005, pág.19).

Assim, no **Território Metropolitano** os profissionais que compõem as equipes de referência dos equipamentos estão dispostos no quadro seguinte.

18.1- Quadro 5 - Composição da Equipe Técnica do CRAS

CRAS Amor	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Josilene Santos Mendes, efetiva Katia Samara Silva de Freitas. Comissionada.
Psicólogos	Tainá Brito de Abreu, efetiva Suelen Patrícia Smith trindade, efetiva
Pedagogos	Não possui
Sociólogos	Rubiele de Abreu Oliveira, efetiva
Orientadores / Educadores Sociais	Não possui
Outros profissionais	Valdirene Vieira Pires, efetiva
CRAS Alegria	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Elizângela Pereira Barbosa, efetiva. Nádia Moura Cardoso, efetiva.
Psicólogos	Aroldo José Marinho, efetivo
Pedagogos	Não possui
Sociólogos	José da Costa Gemaque, efetivo.
Orientadores / Educadores Sociais	Wendel Amorim, efetivo.
Outros profissionais	Laíla Estéfane dos Santos da Mata, assistente administrativo, contrato; Waldirene dos Santos Paz, auxiliar de serviços gerais, efetiva.
CRAS Esperança	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Cátia Vieira, efetivo Lindalmira Nogueira Ferreira, cargo comissionado
Psicólogos	Marcelo Guimarães Filho, efetivo Arleson, efetivo
Pedagogos	Não possui

Sociólogos	Olavo Reis Toledo, efetivo
Orientadores / Educadores Sociais	Não possui
Outros profissionais	Maria Eliana Santos Saraiva, recepcionista, vínculo efetivo; Henrique Winney, assistente administrativo, cargo comissionado; Cleidiane Amaral Damião, serviços gerais, terceirizada.
CRAS Felicidade	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Cláudia de Fátima Moraes da Luz, efetiva Denise Cardoso de Andrade, efetiva
Psicólogos	Ana Paula Miranda kunkel, efetiva Cláudia Tatiana Ferreira Cavalcante, efetiva
Pedagogos	Não possui
Sociólogos	Miqueias Serrão Marques, efetivo
Orientadores / Educadores Sociais	Não possui
Outros profissionais	Adriana Jaiyne de Souza Pereira de Sena, administrativa, cargo comissionado; Joelma do Socorro Ramos Santos, administrativa, contrato administrativo; Wanderton Darlon Rodrigues Viana, administrativo, cargo comissionado.
CRAS Igualdade	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Mana Barbosa Castelo, vínculo efetivo Maria de Fátima Barata, vínculo efetivo
Psicólogos	Keila Gouveia dos Santos, vínculo efetivo.
Pedagogos	Não possui
Sociólogos	Não possui
Orientadores / Educadores Sociais	Não possui
Outros profissionais	Oraci Martins, assistente administrativo; Rosana, administrativo; Maicon Entrevistador;
CRAS Paraíso	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Alexandra Mira Coelho; Aline Patrícia Santos; Fernanda Martins; Gisele Helaine Mesquita de Freitas.
Psicólogos	Rafael Garcia Moraes; Ivina Paola Borges.
Pedagogos	Maria Oneitg Moraes da Costa Sonize Morais Cavalcante
Sociólogos	Não possui
Orientadores / Educadores Sociais	Adilailson Oliveira de Souza; Anderson Machado Moura; Josiane Soares Fagundes Ferreira.

Outros profissionais	Eriane Paixão da Silva, Chefe de Departamento de Benefícios Eventuais; Deise Naiara Marinho da Rocha, administradora; Cilene Coutinho, técnico administrativo; Analice Martins de Sousa, consultora técnica; Frankeila Sanches, consulta técnica; Raissa Ferreira Braga, assistente administrativo; Raquel Rodrigues, assistente administrativo; Sidicleidison José Silva de Souza, assistente administrativo; Flávio de Lima Furtado, assistente administrativo; Kezia Moraes da Costa, digitadora; Ana Selma Mendes de Oliveira, serviços gerais; Antônio Benício Cardoso, serviços gerais; José Maria Goes Ferreira, serviços gerais.
CRAS Simpatia	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Meiri Rosi Carvalho dos Santos assistente social efetiva.
Psicólogos	Não possui
Pedagogos	Não possui
Sociólogos	Não possui
Orientadores / Educadores Sociais	Marciany Ribeiro Nascimento socióloga efetiva
Outros profissionais	Não possui
CRAS União	
Categoria profissional	Nome
Assistente Social	Maraci Damasceno; Janaina Ramos.
Psicólogos	Não possui
Sociólogos	Simone guerreiro de Melo Castro- efetiva.
Orientadores / Educadores Sociais	Merian de Souza da Silva efetiva
Outros profissionais	Silvana Corrêa Magalhães as. Adm contrato; Josiney coordenador Maré.

Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

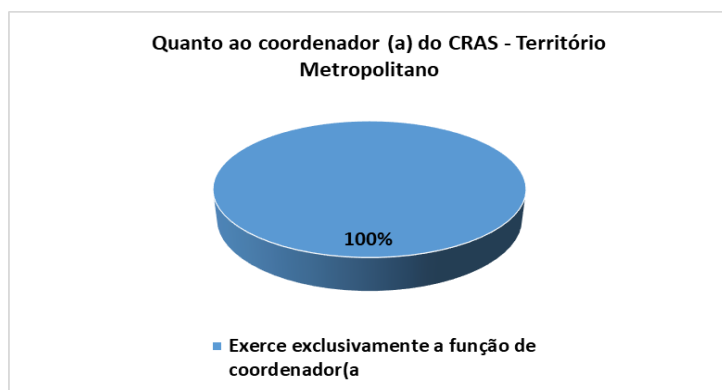
18.2- Sobre o coordenador do CRAS, se exerce exclusivamente a função de coordenador e qual a formação

De acordo com o Caderno de Orientações do CRAS (2009), as equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.

Destarte, todos os coordenadores dos equipamentos do território metropolitano, exercem exclusivamente a função de coordenador (a). E suas áreas de formação são as seguintes: coordenadores do **CRAS Paraíso e Alegria**, formação em serviço social. Os coordenadores do **CRAS União e Esperança** tem formação em pedagogia. Seguindo com o coordenador do **CRAS Igualdade**, cuja formação é em psicologia. Do **CRAS Amor** tem formação em

administração. E ainda, do **CRAS Simpatia** tem formação em educação física. E o coordenador do **CRAS Felicidade** tem somente o nível médio completo.

Gráfico 66: Demonstra se o coordenador do CRAS do território metropolitano exerce exclusivamente a função de coordenador



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme demonstrado no gráfico, todos os coordenadores dos equipamentos do mencionado território, exercem exclusivamente suas funções de coordenadores.

18.3- Nos últimos 12 meses, se a unidade proporcionou ou facilitou a participação dos seus profissionais em capacitação sobre os temas específicos

Conforme a Resolução CNAS nº 28, de 14 de outubro de 2014, o CapacitaSUAS é um Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social, que tem como objetivo garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Os profissionais da unidade **CRAS União** participaram de cursos com o tema violências e violações de direitos; população em situação de rua; concepção do SUAS; gênero; população LGBT+, orientação sexual e identidade de gênero; e diversidade étnico-racial (questão racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc.).

Para as equipes do **CRAS Felicidade** foi ofertado temas como planejamento e gestão de serviço/tipificação; violências e violações de direitos; trabalho social com família; crianças e adolescentes; e mundo do trabalho.

Já para os profissionais do **CRAS Simpatia** os temas foram população em situação de rua; gestão articulada de serviços e benefícios no SUAS; e diversidade étnico-racial (questão racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc.).

Os profissionais do **CRAS Amor** foram contemplados com os temas violências e violações de direitos; gestão articulada de serviços e benefícios no SUAS; trabalho infantil; crianças e adolescentes; migração; população LGBT+, orientação sexual e identidade de gênero; e diversidade étnico-racial (questão racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc.).

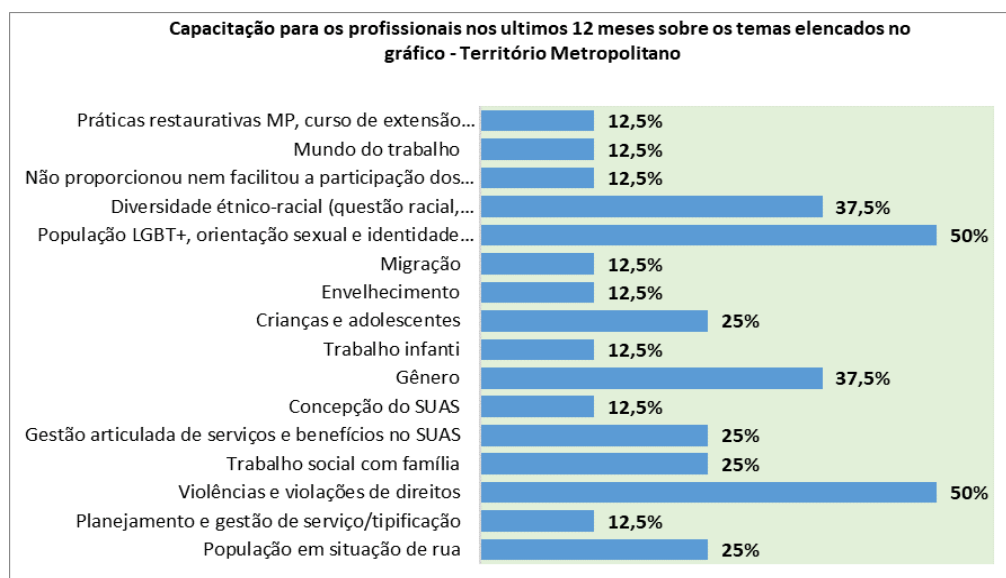
Em relação aos profissionais do **CRAS Paraíso**, foi trabalhado práticas restaurativas MP, curso de extensão universitária, cujo tema, conhecendo o SUAS.

E o quanto aos profissionais do **CRAS Esperança**, foram contemplados com temas como violências e violações de direitos; trabalho social com família; gênero; envelhecimento; e população LGBT+, orientação sexual e identidade de gênero

Os profissionais do **CRAS Alegria** os temas ofertados foram sobre gênero; e população LGBT+, orientação sexual e identidade de gênero

Na unidade do **CRAS Igualdade**, não houve, a coordenação pontuou que não proporcionou nem facilitou a participação dos profissionais

Gráfico 67: Demonstra temas das capacitações para os profissionais das unidades CRAS nos últimos 12 meses



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Em relação a participação dos profissionais em capacitação, apenas um equipamento pontuou que não houve, o que equivale 12,5%. Sobre os temas mais abordados 50% foi trabalhado o tema violência e violação de direitos; o mesmo valor para o tema população LGBT+, orientação sexual e identidade de gênero; 37,5% para o tema gênero; o mesmo valor para o tema diversidade étnico-racial (questão racial comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc.); 25% população de rua; 25% trabalho social com família; 25% gestão articulada de serviços e benefícios no SUAS; 25% crianças e adolescentes. Os demais com 13% planejamento e gestão de serviço e tipificação dentre outros dispostos no gráfico

18.4- Na unidade CRAS, algum profissional já participou de algum curso do CAPACITASUAS nos últimos 12 meses

No **Território Metropolitano**, apenas cinco (05) equipamentos possibilitaram que seus servidores participassem de cursos do CAPACITASUAS nos últimos 12 meses. O **CRAS União, Simpatia, Amor, Paraíso e Esperança**. E o quantitativo de técnicos que participaram foi o seguinte: no **CRAS União** 02 (dois) técnicos; **CRAS Simpatia** 01 (um); **CRAS Amor**

02 (dois) técnicos; **CRAS Paraíso** 06 (seis) técnicos; e **CRAS Esperança** 02 (dois) técnicos (as).

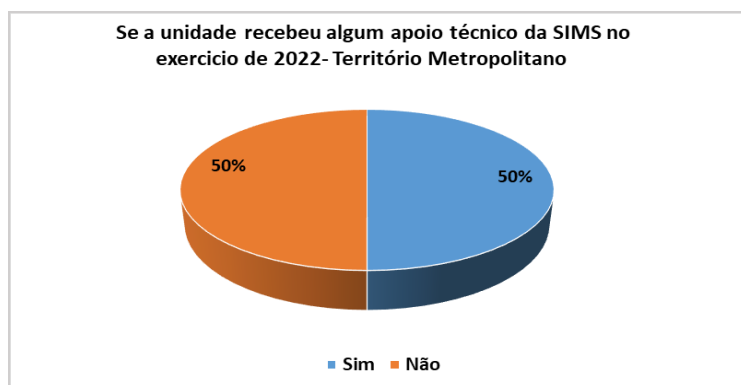
18.5- No exercício de 2022 se o equipamento recebeu algum apoio técnico da SIMS

De acordo com a NOB/SUAS, são responsabilidades do Estado, apoiar técnica e financeiramente os municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em sua esfera de abrangência e assessorar os municípios para o seu desenvolvimento.

Entretanto, apenas o **CRAS Igualdade, Simpatia, Amor e Esperança**, no exercício 2022 receberam apoio técnico da SIMS.

Desta forma, as unidades **CRAS Simpatia, Amor e Esperança** receberam apoio do setor Gestão do SUAS. E ainda, o **CRAS Simpatia e Esperança** também receberam apoio técnico do setor da Proteção Social Básica, bem como o **CRAS Igualdade** recebeu apoio do setor da primeira infância.

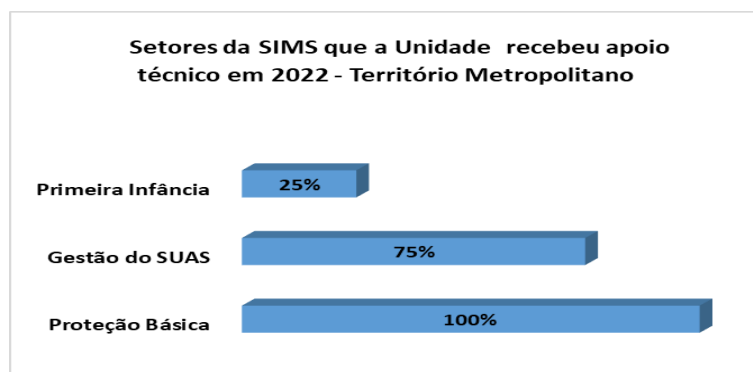
Gráfico 68: Representa o apoio técnico da SIMS aos equipamentos no ano de 2022



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme o gráfico expõe, 50% dos equipamentos receberam apoio técnico da SIMS no ano de 2022, e 50% pontuou que não recebeu o apoio.

Gráfico 69: Demonstra os setores da SIMS a prestar apoio técnico aos CRAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, dos equipamentos que receberam apoio da SIMS (4 equipamentos), 75% receberam apoio da gestão do SUAS, 50% da proteção básica e 25% do setor da primeira infância. Importa ressaltar que a porcentagem equivale somente aos equipamentos que receberam capacitação da SIMS, visto que 4 (quatro) equipamentos pontuaram que não receberam.

18.6- Se o município recebeu assessoramento do Núcleo de Proteção Social Básica - NPB/CPS/SIMS

Apenas dois (02) equipamentos (CRAS Amor e Esperança) receberam apoio técnico do Núcleo de Proteção Social Básica, sendo nas áreas serviços e programas e PAIF respectivamente.

Destarte, verificou-se que a maioria dos equipamentos socioassistenciais **CRAS União, Felicidade, Igualdade, Simpatia, Paraíso e Alegria**, não receberam apoio técnico do referido núcleo.

Obs.: Foi identificado contradição de informação, haja vista que o **CRAS Simpatia** na pergunta anterior afirmou ter recebido apoio técnico da SIMS do Setor da Proteção Social Básica.

18.7- Se a Unidade tem acesso ao CADSUAS

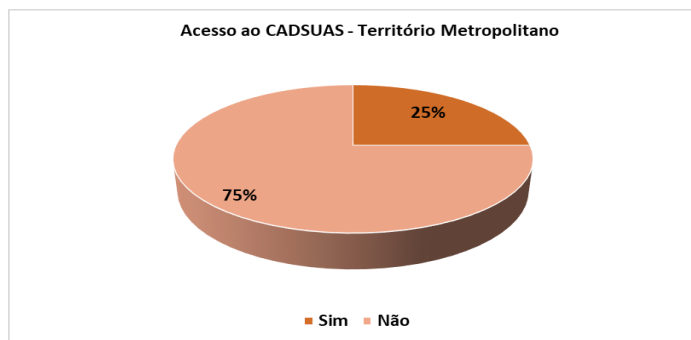
O CadSUAS⁹ é o Sistema de Cadastro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), instituído pela Portaria nº 430, de 3 de dezembro de 2008 que comporta todas as informações cadastrais de prefeituras, órgãos gestores, fundos e conselhos de assistência social, rede socioassistencial e, as informações dos trabalhadores do SUAS em todo o território nacional.

Neste sentido, no **Território Metropolitano**, apenas dois (02) equipamentos possuem acesso ao CADSUAS, o **CRAS Felicidade e Igualdade**. Entretanto, de acordo com o técnico Miquéias, Sociólogo, do **CRAS Felicidade**, pontuou que ele possui senha, porém, não consegue acessar o sistema. Enquanto no **CRAS Igualdade**, somente o coordenador possui acesso ao sistema.

Ressalta-se que foi identificado incongruência nas informações dos equipamentos **CRAS Esperança e Alegria**, os quais informaram anteriormente que a unidade não possuía nenhum servidor com acesso ao CADSUAS. Entretanto quando perguntado sobre o perfil de acesso, responderam, respectivamente, que técnicos possuem acesso e o coordenador do equipamento também possuía acesso ao sistema do CADSUAS.

Gráfico 70: Demonstra se o equipamento tem acesso ao CADSUAS

⁹ Consultado no Manual do Sistema CadSUAS. Junho de 2017/ versão 4.4. Disponível em <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2014/02/Manual-CadSUAS-v-4.4-1.pdf>.



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme demonstrado no gráfico, a maioria dos equipamentos do território metropolitano não tem acesso ao CADSUAS, o que equivale a 75%, apenas 25% tem acesso ao sistema.

18.8- A frequência de atualização das informações dos equipamentos no CADSUAS

O **CRAS Felicidade, Amor e Alegria**, em relação a frequência, atualizam as informações anualmente. E o **CRAS Esperança** informou atualizar os dados no CADÚNICO em uma frequência menor que três (03) meses.

18.9- Sobre os atendimentos da unidade, se são informados em algum sistema da Rede SUAS.

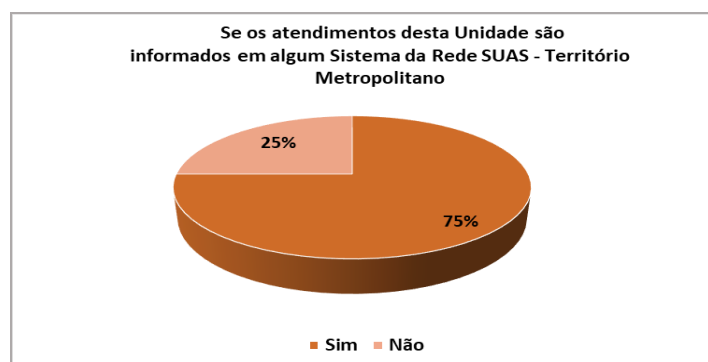
Quanto aos atendimentos, em seis (06) equipamentos são informados em sistemas da rede SUAS, são eles: **CRAS União, Felicidade, Simpatia, Amor, Esperança e Alegria**.

As unidades **CRAS União, Felicidade, Simpatia, Amor, Esperança e Alegria** informam os atendimentos no Registro Mensal de Atendimentos - RMA. Além disso, o **CRAS Felicidade** apontou o Censo SUAS e o **CRAS Amor**, o Censo SUAS e o CADSUAS.

E o **CRAS Simpatia** ainda informou o sistema do Passe livre - pessoa idosa. E o **CRAS Paraíso e CRAS Alegria**, informaram que os dados são encaminhados para SEMAS.

O **CRAS Paraíso**, e o **Igualdade** pontuaram que os atendimentos na unidade não são informados nos sistemas da rede SUAS, desta forma, no **CRAS Paraíso** os dados são encaminhados para a SEMAS.

Gráfico 71: Demonstra se os atendimentos da unidade são informados em algum sistema da rede SUAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

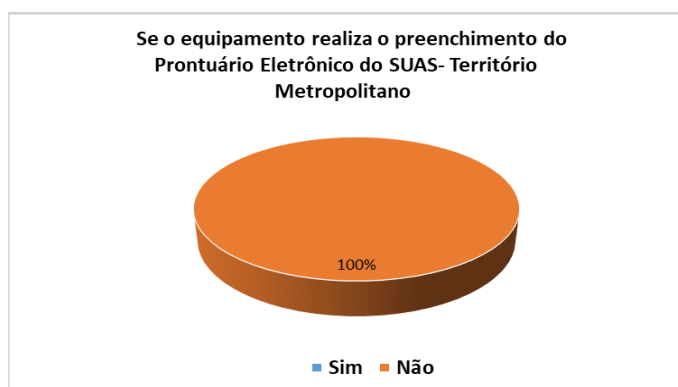
De acordo com o gráfico 75% dos equipamentos não informa os atendimentos em nenhum sistema da rede SUAS, apenas 25% informam.

18.10- Se a unidade realiza o preenchimento do Prontuário Eletrônico do SUAS

O Prontuário Eletrônico¹⁰ é uma ferramenta que auxilia o trabalho dos profissionais dos CRAS, CREAS e Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes no registro dos atendimentos realizados às famílias e indivíduos, e que permite qualificar o atendimento social e analisar de forma sistematizadas as informações sobre o território e a população.

Contudo, no território metropolitano, nenhum dos 8 (oito) equipamentos socioassistenciais realizam o preenchimento do prontuário eletrônico do SUAS.

Gráfico 72: Demonstra se os atendimentos da unidade são informados em algum sistema da rede SUAS



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Conforme representado no gráfico, nenhum dos equipamentos realiza o preenchimento do prontuário eletrônico do SUAS, totalizando 100% dos equipamentos.

18.11- A frequência de preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos – RMA, na unidade

O Registro Mensal¹¹ de Atendimentos (RMA) é um sistema onde são registradas mensalmente as informações relativas aos serviços ofertados e o volume de atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). Tem como função uniformizar as informações e proporcionar dados qualificados que contribuam para o desenvolvimento do SUAS, conforme as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 4/2011 e nº 20/2013.

Destarte, todos os equipamentos do referido território, pontuaram que realizam mensalmente o preenchimento do RMA.

¹⁰ Retirado do site: <https://aplicacoes.mds.gov.br/prontuario/> <Acesso em 25 de agosto de 2023>

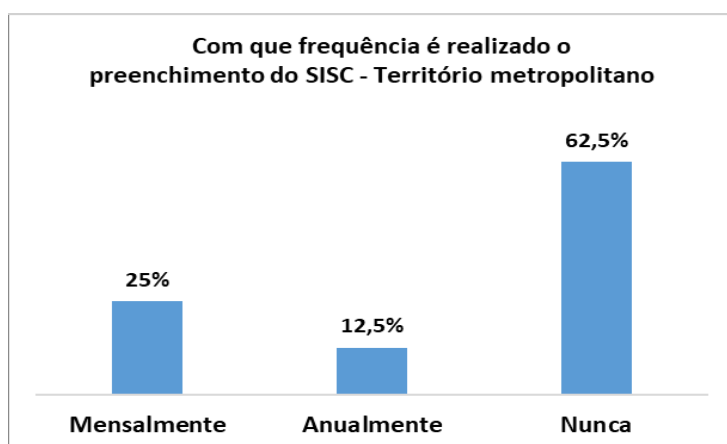
¹¹ Consultado em Manual de Instruções Para o Registro de Informações Especificadas na Resolução nº 04 de 2011 alterada pela Resolução nº 20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

18.12- A frequência de preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC

Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC)¹² é uma ferramenta de gestão, que permite o acompanhamento, o monitoramento do serviço executado e a apuração dos atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em âmbito nacional, por meio dessa ferramenta a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realiza a aferição dos atendimentos realizados para provisão do cofinanciamento federal.

Os equipamentos **CRAS União, Felicidade, Igualdade, Amor e Esperança** nunca realizaram o preenchimento do SISC. O **CRAS Simpatia e Paraíso** realizam mensalmente, e o **CRAS Alegria** realiza anualmente.

Gráfico 73: Demonstra a frequência de preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

De acordo com o gráfico, 62,5% dos equipamentos pontuaram que nunca realizaram o preenchimento do SISC; apenas 25% realiza mensalmente; e somente 12,5% realiza anualmente.

19- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

19.1- Medidas utilizadas para qualificar o processo de monitoramento e avaliação do serviço prestado no equipamento

A realização do monitoramento e avaliação das atividades são funções importantes no SUAS, pois consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas (NOB/SUAS, 2012). E de acordo com os art. 103 e 104 da NOB/SUAS 2012, que estabelecem o monitoramento no âmbito estadual e municipal, respectivamente.

¹² Consultado no site: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sisc/>

Neste sentido, em relação as medidas utilizadas para qualificar o processo de monitoramento e avaliação no **Território Metropolitano** foi especificado o seguinte:

O **CRAS Esperança e CRAS Paraíso**, pontuaram a padronização dos instrumentais de registro e coleta de dados e informações; desenvolvimento de ferramentas para armazenamento, sistematização e análise dos dados e informações; construção de indicadores; participação dos usuários no processo de monitoramento e avaliação; e integração com as ações de vigilância socioassistencial.

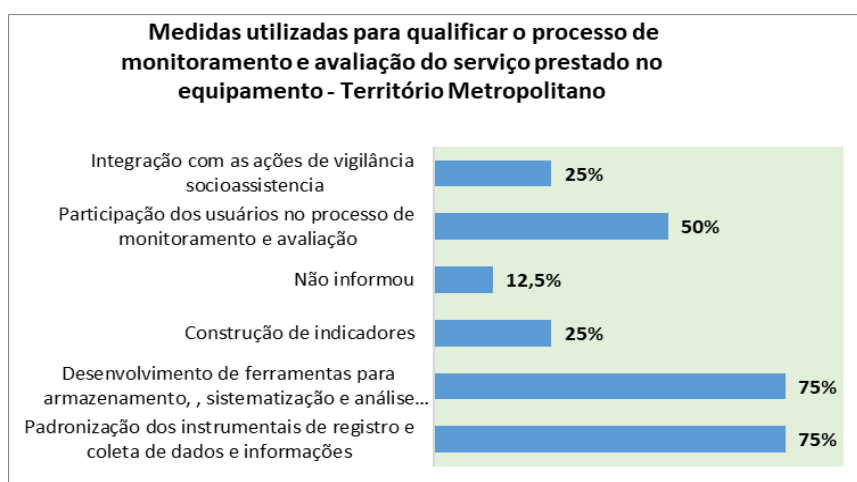
CRAS Amor, CRAS Igualdade e CRAS Felicidade, informaram a padronização dos instrumentais de registro e coleta de dados e informações; desenvolvimento de ferramentas para armazenamento, sistematização e análise dos dados e informações.

CRAS Simpatia, citou a padronização dos instrumentais de registro e coleta de dados e informações; desenvolvimento de ferramentas para armazenamento, sistematização e análise dos dados e informações; e a participação dos usuários no processo de monitoramento e avaliação

CRAS União, pontuou apenas a participação dos usuários no processo de monitoramento e avaliação

Obs.: O **CRAS Alegria** não respondeu à questão.

Gráfico 74: Demonstra quais as medidas utilizadas para qualificar o processo de monitoramento e avaliação do serviço prestado na unidade



Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

Em relação às medidas utilizadas para qualificar o processo de monitoramento e avaliação, 75% das respostas apontaram para a padronização dos instrumentais de registro e coleta de dados e informações; seguindo com o mesmo valor para o desenvolvimento de ferramentas para armazenamento, sistematização e análise dos dados e informações; 50% participação dos usuários no processo de monitoramento e avaliação; 25% construção de indicadores e 25% integração com ações de vigilância socioassistencial; e 12,5% não informou a questão.

19.2- Se o município, através dos serviços e programas executados por este equipamento, ofereceu resposta adequada às demandas do território

As unidades **CRAS Paraíso, Esperança e Alegria** pontuaram que conseguiram oferecer resposta adequada em relação as demandas dos seus territórios. Entretanto, o **CRAS União, Felicidade, Igualdade, Simpatia e Amor**, não informaram que não conseguiram

19.3- Sobre as atividades realizadas

O CRAS Alegria pontuou que identifica as áreas onde residem as famílias de baixa renda; coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; incluir e atualizar os dados das famílias no sistema de CadÚnico; estabelece rotinas de atualização das informações, incluindo a contínua comunicação com as famílias cadastradas; divulga o CadÚnico e os programas sociais às famílias de baixa renda; adota procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados; e zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas.

CRAS Esperança informou que identifica as áreas onde residem as famílias de baixa renda; Capacita continuamente os entrevistadores, digitadores e todos os profissionais envolvidos na gestão do CadÚnico, em parceria com os governos estaduais; coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; inclui e atualiza os dados das famílias no sistema de CadÚnico; estabelece rotinas de atualização das informações, incluindo a contínua comunicação com as famílias cadastradas; mantém infraestrutura e quantitativo de profissionais adequados à gestão do CadÚnico e ao processo de cadastramento das famílias em sua área de abrangência; divulga o CadÚnico e os programas sociais às famílias de baixa renda; adota medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias; adota procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados; zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas; disponibiliza para as instâncias de Controle Social o acesso aos dados cadastrais, aos formulários arquivados e aos documentos referentes às ações de verificação de inconsistências cadastrais; e disponibiliza para as instâncias de Controle Social o acesso aos dados cadastrais, aos formulários arquivados e aos documentos referentes às ações de verificação de inconsistências cadastrais

CRAS Paraíso, citou que identifica as áreas onde residem as famílias de baixa renda; capacita continuamente os entrevistadores, digitadores e todos os profissionais envolvidos na gestão do CadÚnico, em parceria com os governos estaduais; coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; inclui e atualiza os dados das famílias no sistema de CadÚnico; estabelece rotinas de atualização das informações, incluindo a contínua comunicação com as famílias cadastradas; adota procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados; zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas; disponibiliza para as instâncias de controle social o acesso aos dados cadastrais, aos formulários arquivados e aos documentos referentes às ações de verificação de inconsistências cadastrais; e autoriza e disponibiliza acesso à base de dados cadastrais do município, observando as definições de sigilo e os procedimentos previstos na legislação.

CRAS Simpatia, declarou que identifica as áreas onde residem as famílias de baixa renda; capacita continuamente os entrevistadores, digitadores e todos os profissionais envolvidos na gestão do CadÚnico, em parceria com os governos estaduais; coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; inclui e atualizar os dados das famílias no sistema de CadÚnico; mantém infraestrutura e quantitativo de profissionais adequados à gestão do CadÚnico e ao processo de cadastramento das famílias em sua área de abrangência; divulga o CadÚnico e os programas sociais às famílias de baixa renda; adota medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias; adota procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados; zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas; e disponibiliza para as instâncias de controle social o acesso aos dados cadastrais, aos formulários arquivados e aos documentos referentes às ações de verificação de inconsistências cadastrais.

CRAS Felicidade declarou que capacita continuamente os entrevistadores, digitadores e todos os profissionais envolvidos na gestão do CadÚnico, em parceria com os governos estaduais; coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; inclui e atualizar os dados das famílias no sistema de CadÚnico; divulga o CadÚnico e os programas sociais às famílias de baixa renda; e zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas

CRAS União citou que coleta as informações das famílias por meio de entrevista em domicílio, em mutirões ou em postos fixos de atendimento; adota procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados; zela pela guarda e pelo sigilo das informações coletadas; e autoriza e disponibiliza acesso à base de dados cadastrais do município, observando as definições de sigilo e os procedimentos previstos na legislação

Obs.: O CRAS Igualdade não respondeu a questão

19.4- Quadro 6 - Responsáveis pelas informações coletadas conforme: Termo de Responsabilidade

Todos os informantes, declararam que as respostas prestadas no formulário google forms foram fielmente informadas/preenchidas, possuem fé pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social:

Equipamento	Nome	Contato	Data das informações prestadas
CRAS Amor	Rubiele de Abreu Oliveira	E-mail: rubieledeabreu@gmail.com Telefone: 984188402	18/04/2023
CRAS Alegria	Ivanildo da Silva Ferreira	Email: iva32nildo@gmail.com Telefone: 991245838	20/04/2023
CRAS Esperança	Marcos Aberlado Rodrigues da Silva	E-mail: sr.marcosaberlado@hotmail.com Telefone: 991636888	20/04/2023
CRAS	Keuren Vanessa de	E-mail:	14/04/2023

Felicidade	Oliveira Nascimento	keurinvanessa015@gmail.com Telefone: 96991176811	
CRAS Igualdade	Keila Regina	E-mail: keila_mariafernanda@outlook.com Telefone: 991999389	14/04/2023
CRAS Paraíso	Glaucirenhe França Oliveira da Silva	Email: glaucirenhe@gmail.com Telefone: 984162865	19/04/2023
CRAS Simpatia:	Darliene Riandra Bastos de Jesus Tavares	E-mail: darliene.bastos@gmail.com Telefone: 992005141	17/04/2023
CRAS União	Maraci Damasceno Picanço Cajueiro	E-mail: maracidp@gmail.com Telefone: 96981293459	12/04/2023

Fonte: NMA/CFGPAS/SIMS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vigilância Socioassistencial é fundamental para subsidiar as ações da Política de Assistência Social. Ela é imprescindível, enquanto função nas ações de monitoramento e avaliação, para que as informações da ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças ou de vitimizações, que possam comprometer a capacidade protetiva das famílias, sejam identificadas, visando, assim, melhorar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Assistência Social.

E como forma de manter as atividades da Vigilância Socioassistencial, função da Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social, através do Núcleo de Monitoramento e Avaliação, é que este relatório foi produzido tendo em vista a produção, sistematização e análise de informações territorializadas.

Assim, diante do estudo realizado, pode-se inferir que no processo de monitoramento até produção e análise de dados, o desafio posto, foi em razão de algumas dificuldades ocorridas como a equipe técnica reduzida do setor de monitoramento e avaliação, bem como com a logística, especificamente quanto ao transporte utilizado para chegar ao local de destino.

Todavia, considera-se que o relatório alcançou o resultado almejado a que se propôs acerca da obtenção de informações para subsidiar o fortalecimento da Política de Assistência Social nos Centros de Referência de Assistência Social do Território Metropolitano.

Ademais, este trabalho aconteceu com observação e visita “*in loco*”, registro e posterior transformação das informações em indicadores ou dados sistematizados. Além disso, as informações, foram produzidas por meio de uma análise criteriosa realizada pela Equipe Técnica do NMA, as quais servirão de suporte para as decisões dos gestores da Política de Assistência Social no Estado do Amapá.

Neste seguimento, o monitoramento realizado a partir da observação dos equipamentos e dos relatos dos coordenadores e técnicos deram-nos uma ideia geral de como está, atualmente, a oferta de serviço disponível á população. Com isto foi possível perceber os avanços alcançados até aqui, bem como, as limitações que o SUAS enfrenta acerca da situação socioterritorial dos equipamentos e da oferta de serviços às famílias e indivíduos em situação

de vulnerabilidade social. Tais indicadores sinalizam a diversidade, e ao mesmo tempo, os pontos em comum existentes entre os equipamentos socioassistenciais monitorados.

Dessa forma, a análise dos dados presentes neste relatório revela a necessidade de elaboração de processos mais participativos no âmbito do SUAS para que se garanta a efetiva resolução de problemas encontrados nos equipamentos, assim como, assegure direitos e participação cidadã aos usuários dos serviços ofertados.

Logo, diante do que foi analisado nos 8 (oito) equipamentos do **Território Metropolitano** e para que se ajuste a Política Nacional de Assistência Social faz-se as seguintes **RECOMENDAÇÕES A GESTÃO E COORDENAÇÃO MUNICIPAL:**

- Garantir, aos usuários, o horário de funcionamento de 8 horas diárias;
- Garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e pessoas idosas, tais como rampa de acesso, rota acessível aos principais espaços dos equipamentos e banheiro adaptado entre outros;
- Garantir funcionamento para os telefones móveis dos equipamentos;
- Proporcionar aos equipamentos: brinquedoteca, acervo bibliográfico, aparelho de TV, computadores com acesso a internet;
- Pensar na possibilidade de implantação de mais um CREAS para atender demandas que são realizadas no CRAS e que não são de sua competência;
- Disponibilizar aos técnicos normativas relacionadas aos serviços ofertados nos Equipamentos CRAS, bem como acervo bibliográfico para consulta;
- Proporcionar estudos e acesso aos conteúdos relativos ao do BPC na Escola para os técnicos;
- Garantir que o equipamento CRAS esteja implantado mais próximo das famílias em situação de vulnerabilidade;
- Aprimorar o conhecimento dos trabalhadores envolvidos na operacionalização dos programas e projetos sociais desenvolvidos nos CRAS;
- Avaliar a realização de concurso público e/ou avaliar a contratação de técnicos, considerando as demandas dos territórios;
- Proporcionar, aos trabalhadores, participação em capacitações em relação a execução dos serviços ofertados pelo CRAS; principalmente:
 - Acesso e operacionalidade dos Sistemas de informação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais;
 - Planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais da proteção social básica.

- Proporcionar estudos e acesso aos conteúdos relativos ao preenchimento do Prontuário SUAS;
- Avaliar a contratação de equipe técnica adicional (equipe volante), considerando as atividades específicas que demandam deslocamento visando o atendimento à população em territórios e áreas isoladas;
- Garantir espaço físico com acessibilidade para o desenvolvimento das atividades do SCFV nos equipamentos;
- Realizar avaliação por meio dos resultados e impactos dos serviços realizados com famílias e indivíduos no SCFV;

E RECOMENDAÇÕES A GESTÃO ESTADUAL:

- Realizar capacitação aos técnicos municipais do SUAS sobre BPC na escola
- Retomar as discussões respeito do Protocolo de intenções nº 001/2019, considerando a resolução CNAS Nº 119 de 04 de agosto de 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. **Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.**

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 09 de, 15 de abril de 2014.** Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS.

_____. Portaria nº 303, de 8 de novembro de 2011. **Estabelece o cofinanciamento dos serviços de Proteção Social Básica e ações executadas por equipe volante do Centro de Referencial de Assistência Social por meio do piso básico variável.** Brasília: MDS, 2011.

_____. Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011, **pactua critérios e procedimentos das expansões 2011 do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF e de Serviços de Proteção Social Básica e Ações executados por Equipes Volantes, no âmbito do Distrito Federal e Municípios.**

Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos. [livro eletrônico]/ Kessia Oliveira da Silva... [et al] – 1 ed – Brasília: Kessia Oliveira da Silva: Ministério da Cidadania, 2021.PDF.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. **Resolução nº 28, de 14 de outubro de 2014. Altera a Resolução nº 8, de 16 de março de 2012,** que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS e aprova os procedimentos e critérios para a adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-28-de-14-de-outubro-de-2014/>

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 7, de 18 de maio de 2016. **Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026).**

_____. Resolução nº 119 de 4 de agosto de 2023. Aprova parâmetros para a atuação do SUAS na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros órgãos de defesa e garantia de direitos.

MEDEIROS, Juliana. SCFV: **Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.GeSuas.** Atualizado em 02 de junho de 2023. Disponível em, < <https://blog.gesuas.com.br/scfv/>> acesso em 30 de agosto de 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2009, reimpresso em 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Prontuário Eletrônico: Orientações para o preenchimento**. Brasília, 2014.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, Volume 2 – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1ª edição, Brasília, 2012.

_____. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos**. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos**. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. **Boletim da Vigilância Socioassistencial. Boletim de responsabilidade da CGVIS/DGSUAS/SNAS/MDS**, divulgado em fevereiro de 2014.

_____. **Manual do Usuário do Sistema de condicionalidades (SICON)**. Outubro de 2014.

_____. **Registro Mensal de Atendimentos CRAS**. Manual de Instruções para o Registro das Informações Especificadas na Resolução nº04/2011 alterada pela Resolução nº20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT. versão preliminar 1.2. Brasília, 2018.

_____. II PLANO DECENAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (2016/2026): **“Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”**. Parte 1. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS/MDS. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicação/assistenciasocial/II Plano Decenal Assistência Social.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicação/assistenciasocial/II_Plano_Decenal_Assistencia_Social.pdf) Acesso <01/09/2023>.

_____. **Portaria nº 30, de 13 de abril de 2015** que altera a Portaria nº 44, de 09 de maio de 2013, do que estabelece procedimentos para a doação da Lancha da Assistência Social e para o cofinanciamento federal de sua manutenção, por meio do Piso Básico Variável – PBV.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL AGRARIO. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Programa BPC na Escola: Acompanhamento dos Beneficiários**. Brasília, DF: 2016.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Orientações Técnicas do Programa BPC na Escola. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Publicações caderno 1. **Concepções e fundamentos**. Brasília, 2018.

Orientações Técnicas do Programa BPC na Escola. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Publicações caderno 2. **Recomendações para fazer avançar o BPC na Escola**. Brasília, 2018.

REIS, Kaiane. **O que é busca ativa na Assistência Social? GeSuas**. Atualizado em 12 de novembro de 2019. Disponível em < <https://blog.gesuas.com.br/busca-ativa/> > acesso em 25 de agosto de 2023.

SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **BPC na Escola** – Setades. Governo do Estado do Espírito Santo. Equipe Técnica do Programa BPC na Escola. Link: <https://setades.es.gov.br/bpc-na-escola>.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL. Ministério de Desenvolvimento Social. Nota Técnica nº 02 de 11 de maio de 2016. **Nota Técnica sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça.**

SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Protocolo de Intenções nº 001/2019. Aprova parâmetros para a atuação do SUAS na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros órgãos de defesa e garantia de direitos.**

TEIXEIRA, J. B. **A Amazônia e a interface com o SUAS.** In: CRUS, José Ferreira da et al (Orgz). Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. P. 188-203.

SITES CONSULTADOS

<https://www.gesuas.com.br/blog/plano-de-assistencia-social/>, acesso em 27 de julho de 2022.

<https://www.planalto.gov.br/>, acesso em 17 de junho de 2022.

POST:<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/lancha-da-assistencia-social>. Acesso 08/08/2023 às 12h24.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2009.pdf. Acesso dia 10/08/2023 às 00h10.

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/perguntas_frequentes_dados_cadastro_unico_programas_sociais.pdf. Acessado 10/08/2023 às 11h24.

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/Informativo-Atendimento-PCTs-na-PSB.pdf>. Acessado dia 10/08/2023 às 13h13.

<https://blog.gesuas.com.br/registro-mensal-de-atendimentos-cras>. Acessado dia 08/08/2023 às 17h29.

https://www.mds.gov.br/relcrys/bpc/3_inst_nac_seg_social_dirben.htm. Informações técnicas sobre o processo de revisão e procedimento do INSS. Acessado dia 09/08/2023 às 11h50.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/aplicacao_Questionario_Identificacao_Barreiras_Programa_BPC_Escola.pdf. Acessado dia 14/09/2023

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. <Acesso em 14/09/2023>

ANEXOS

Fotos do monitoramento realizado nos equipamentos do Território Metropolitano

CRAS UNIÃO (Perpetuo Socorro)



CRAS ESPERANÇA (Nova Esperança)



CRAS ALEGRIA (PEDRINHAS)

CRAS FELICIDADE (PACOVAL)

CRAS IGUALDADE (Marabaixo)

CRAS SIMPATIA (Fazendinha)

CRAS PARAÍSO (Santana)

CRAS AMOR (Infraero)